UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

KATIANE MACIEL PEREIRA

MESSEJANA DA EDUCAÇÃO:
a ação educacional da Igreja Católica na produção espacial (século XX)

FORTALEZA – CEARÁ

2010

Katiane Maciel Pereira

MESSEJANA DA EDUCAÇÃO:
a ação educacional da Igreja Católica na produção espacial (século xx)

FORTALEZA – CEARÁ
2010

Katiane Maciel Pereira

MESSEJANA DA EDUCAÇÃO: A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NA PRODUÇÃO ESPACIAL (século XX)

Dissertação apresentada à coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior

FORTALEZA – CEARÁ
2010

P436m Pereira, Katiane Maciel
Messejana da Educação: a ação educacional da Igreja Católica na produção espacial (século XX) / Katiane Maciel Pereira. — Fortaleza, 2010.
189 p.
Orientador: Profº. Drº. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.
1. Messejana. 2. Igreja Católica. 3. Produção do espaço. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 910.91732

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

Titulo do trabalho: MESSEJANA DA EDUCAÇÃO: A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NA PRODUÇÃO ESPACIAL (século XX)

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Autora: Katiane Maciel Pereira
Defesa em: 12/04/ 2010

Conceito obtido: Satisfatório com Louvor
Nota obtida: 10,0

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – Orientador
Universidade Estadual do Ceará – UECE

_____

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará – UFC

_____

Prof. Dr. Luís Távora Ribeiro
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades, experiências e pessoas maravilhosas que colocou em minha vida.

Ao meu amado Paulo, pelo carinho, amor e dedicação a nossa família, estando ao meu lado sempre, nas conquistas e nas dificuldades.

Ao meu querido Paulo Arthur, pelos sorrisos e carinho inestimáveis.

Aos meus pais, pela educação, amor e apoio constante.

Aos meus amigos Ana Maria, Enyvládia, Flaviana, Fábio, Maclécio e Natacha, pelo apoio e amizade que me ajudaram a vencer mais uma etapa.

À querida amiga Bárbara Kelly, por atender aos meus pedidos sempre apressados.

À turma do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE de 2008.

Ao professor Doutor Luíz Távora, pelos brilhantes ensinamentos na disciplina Educação, Memória e Sociedade.

Ao professor Doutor Francisco Ari, pelas críticas e sugestões pertinentes.

Ao professor Doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, pela orientação e estímulo na realização deste trabalho.

Aos dirigentes e secretários das escolas católicas de Messejana, pela ajuda e fornecimento de dados.

À FUNCAP pelo apoio financeiro como bolsista.

RESUMO

A Igreja Católica, ao longo de sua história, traçou projetos que viabilizam a manutenção do seu poder político, cultural e econômico. Entre suas ações, existe a formação de intelectuais, cujo objetivo é a defesa dos ideais desta instituição. Desde o século XIX, a Igreja preocupou-se com a formação de um catolicismo conservador no Brasil, que visava a minar um catolicismo popular que aqui se formava. Uma das práticas tomadas pela Igreja Católica versou na constituição de numerosos grupos escolares e seminários no País. É preciso difundir e compreender que os estudos dos aspectos socioculturais têm tanta importância como qualquer outro elemento, para se compreender e interpretar a conquista histórica do espaço geográfico. É assim que o trabalho tenta aliar as temáticas sobre religião, espaço e educação, envolvendo as ações instrucionais da Igreja Católica, na qualidade de agente (re) produtor de determinadas condições sociais, à medida que esta se apropria, organiza, produz e reproduz o espaço ao seu redor. Com o objetivo central de analisar a conformação do espaço de Messejana, mediante a instalação de escolas confessionais, buscou-se o entendimento do papel sociocultural desempenhado por estas instituições de ensino no referido Distrito. Ao longo de sua história, Messejana foi fortemente orientada pela religião Católica que marca sua presença desde o período jesuítico. Um dos principais marcos do Distrito é sua centenária Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ao redor da qual Messejana cresceu. A atuação da Igreja Católica reflete na organização do espaço como um agente social (por muitas vezes eficiente) capaz de interferir na produção e consumo deste espaço. Com efeito, o estudo da religião e da história da educação no Ceará servirá de arcabouço teórico para asseverar o potencial transformador deste agente produtor do espaço.

Palavras-chave: Messejana; Educação; Igreja; Produção do espaço.

ABSTRACT

The Catholic Church, throughout its history, has outlined projects that enable the maintenance of its political, cultural and economic power. Among its actions, there is the formation of intellectuals, whose goal is to defend the ideals of this institution. Since the nineteenth century, the Church has been concerned with the formation of a conservative Catholicism in Brazil, which aimed to undermine a popular Catholicism that was being formed here. One of the practices adopted by the Catholic Church discussed the creation of numerous school groups and seminars around the country. It is necessary to disseminate and understand that the studies of socio-cultural aspects are just as important as any other element, to understand and interpret the historic achievement of geographical space. Thus, this paper attempts to combine the themes of religion, space and education, involving the Catholic Church instructional actions, acting as a (re) producer agent of certain social conditions, as it appropriates, arranges, produces and reproduces space around its area. With the main aim of analyzing the space conformance of Messejana through the installation of confessional schools, we sought the understanding of the socio-cultural role played by these educational institutions in that district. Throughout its history, Messejana was strongly guided by the Catholic religion which makes its presence from the Jesuit period. One of the major milestones of the District is its centenary Mother Church of *Nossa Senhora da Conceição*, around which New York increased. The role of the Catholic Church reflects on the organization of the space as a social agent (much more efficient) able to interfere in the production and consumption of such space. Indeed, the study of the religion and history of education in Ceará will be the theoretical basis for asserting the transformative potential of this agent producer of space.

Keywords: Messejana; Education, Church; Production of space.

LISTA DE FIGURAS

01 – Mapa de localização do Distrito de Messejana **23**

02 – O primeiro engenho de ferro da Província do Ceará **34**

03 – Estátua de Iracema, localizada na Lagoa de Messejana **41**

04 – Casa onde nasceu José de Alencar **42**

05 – Batistério de José de Alencar **42**

06 – Gravura de Iracema em exposição na Casa José de Alencar (Descartes Gadelha) **42**

07 **–** Homenagem da Paróquia de Messejana ao Jesuíta Padre Francisco Pinto **43**

08 – Igreja Matriz de Messejana **45**

09 – Festejos em comemoração aos 402 anos de evangelização católica em Messejana **58**

10 – Município de Fortaleza, seus bairros e sistema viário principal **66**

11 – Mosteiro de São Bento **80**

12 – Limites do Bairro de São Bento **82**

13 – Estrutura Hierárquica da Igreja Católica Apostólica Romana **101**

Figura 14 – Equipamentos Católicos presentes na área central do Distrito de Messejana **120**

15 – Mapa de localização dos equipamentos católicos na área central de Messejana **121**

16 – Cartaz de divulgação do Colégio Seráfico N. S. do Brasil **142**

17 – Alunos no pátio interno do Colégio Seráfico **143**

Figura 18: Missa de abertura do ano letivo de 2010 **144**

19 – Igreja do Seminário Seráfico **146**

20 – Fachada do Colégio Seráfico **146**

21 – Seminário Seráfico na década de 1980 **146**

22 – Fachada do prédio de educação infantil Instituto Frei João Pedro de Sexto **151**

23 – Maria Nilsa, secretária do Instituto **152**

24 – Capela e prédio da Educação Infantil **152**

25 – Patronato Luiz Barbosa Moreira (fachada à esquerda/ lateral à direita) **156**

26 **–** Primeira mudança de fachada do Colégio Seráfico (1999) **163**

LISTA DE TABELAS

01 – Proporção de católicos e evangélicos, por Estados **98**

02 – As religiões do Brasil em 2000 **99**

03 – Evolução da porcentagem de católicos e de seus concorrentes no Brasil **123**

04 – Número de alunos matriculados no Colégio Seráfico **160**

05 – Alunos matriculados no Instituto Frei João Pedro de Sexto **161**

LISTA DE QUADROS

01 – Dados gerais do que produziu a Vila de Mecejana em 1760 **32**

02 – Periodização histórica do processo de expansão urbana de Messejana – Fortaleza **39**

03 – Situação da rodovia federal BR 116 - trecho de Fortaleza **67**

04 – Situação da CE 040 – Trecho de Fortaleza a Aquiraz **68**

05 – Brasil – Dioceses e prelazias criadas até 1930, segundo períodos **96**

06 – Organização pedagógica nos colégios femininos **107**

07 – Criação de arquidiocese/dioceses no Ceará (1854-1971) **110**

08 – Paróquias e áreas pastorais de Fortaleza **113**

09 – Congregações católicas de Messejana **118**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

BR – Brasil

CE – Ceará

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEC – Conselho de Educação do Ceará

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

ECC – Encontro de Casais com Cristo

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

JUFRA – Juventude Franciscana

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OFS – Ordem Franciscana Secular

ONG – Organizações não-governamentais

PROARCE – Programa de Avaliação Acadêmica da Rede Católica de Educação

RCE – Rede Católica de Ensino

SER – Secretaria Executiva Regional

SME – Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza-Ce

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÂO 15

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MESSEJANA **20**

2.1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 20

2.2 EVOLUÇÃO URBANA DE MESSEJANA 29

2.3 ALGUNS TRAÇOS SOBRE MESSEJANA NA LITERATURA CEARENSE: *IRACEMA* DE ALENCAR 40

2.4 A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MESSEJANA 44

2.4.1 Chegada dos Capuchinhos a Messejana 48

3. AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO EM MESSEJANA: AMENIDADES E CONTÍNUA EXPLORAÇÃO DO VERDE **52**

3.1. MESSEJANA E A RELAÇÃO COM O MEIOAMBIENTE 52

3.2 MESSEJANA DOS SERVIÇOS: EXPANSÃO URBANA – FORTALEZA ENCONTRA MESSEJANA 59

3.2.1 Agentes produtores do espaço 60

3.2.2 Expansão da malha viária e incorporação de Messejana a Fortaleza 65

3.3. CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS 71

3.4. A IGREJA COMO AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO 75

4. A IGREJA CATÓLICA PRODUTORA DO ESPAÇO **83**

4.1 A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO ESTADO LAICO BRASILEIRO 83

4.2 O REGIME DO PADROADO: A BENÇÃO DO IMPERADOR SOBRE A IGREJA 85

4.3 ROMANIZAÇÃO *VERSUS* CATOLICISMO POPULAR BRASILEIRO 88

4.4. DIFUSÃO DE TERRITÓRIOS RELIGIOSOS NO BRASIL: MULTIPLICAÇÃO DAS DIOCESES, PARÓQUIAS E ESCOLAS CATÓLICAS 94

4.4.1Educação feminina: para entender o Instituto Frei João Pedro de Sexto 106

4.5 AS DIOCESES DO CEARÁ E A ROMANIZAÇÃO 109

4.5.1Desafios para a Igreja Católica no século XXI 122

5. EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MESSEJANA **126**
5.1. EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MESSEJANA: BREVE HISTÓRICO 127
5.2. SUBVENCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NO CEARÁ 131
5.3. EDUCAÇÃO CONFESSIONAL CATÓLICA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS 136
5.4 ESCOLAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS DE MESSEJANA 138
5.4.1 Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil 138
5.4.2 Instituto Frei João Pedro de Sexto 147
5.4.3 Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira 154
5.5. ESCOLAS CATÓLICAS DE MESSEJANA: DA CRISE A SUPERAÇÃO 159
5.5.1.Rede Católica de Ensino: associar para fortificar 165
CONCLUSÃO **168**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **177**

APÊNDICES **183**

ANEXOS **186**

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que nasceu à sombra da religião católica. Desde o início da colonização observa-se a presença importante da Igreja por meio de seus sacerdotes, atuando na concretização dos planos da Coroa Portuguesa e da expansão do catolicismo no Novo Mundo.

Não restam dúvidas de que a colonização à sombra da Cruz não só religiosa, mas também moral, intelectual e política, durante aproximadamente três séculos, se desenvolveu em grande parte, senão por iniciativa, ao menos com participação constante do clero.

Muitos foram os religiosos que tiveram forte atuação na história do Brasil desde o século XVI, entre eles merecendo destaque os Jesuítas (Companhia de Jesus) e os de outras ordens religiosas europeias, como os beneditinos, os lazaristas franceses, os oratorianos, os carmelitas e os franciscanos e seus "dissidentes", entre estes, capuchinhos italianos que atuaram em grande parte do Território Nacional.

Quebrado o regime do padroado[1], rapidamente aumentou o número de dioceses, evidenciando a latente necessidade da Igreja de expandir sua área de atuação, já que nesse momento histórico de separação entre esta instituição e o Estado, a Igreja não poderia demonstrar fraqueza nem recuar. Era primordial manter-se firme e demonstrar o poder da fé católica.

A expansão do número de dioceses veio acompanhada de uma série de outras medidas, que visava a uma aproximação do catolicismo brasileiro, tão carregado de simbolismo popular, com a Igreja Romana, cujos preceitos e dogmas foram definidos e/ou reafirmados pelo Concílio Trento e que foram reiterados nos Concílios do Vaticano I, II III e IV.

[1] O padroado durante o período colonial foi o processo mais visível da relação entre o poder temporal e do Clero, visando à implantação de um projeto colonizador da monarquia portuguesa e o projeto missionário da Igreja Católica no Novo Mundo. No padroado, o Rei de Portugal era responsável por recolher os dízimos, apresentar os postulantes aos cargos eclesiásticos e prover as condições para o culto, ao mesmo tempo em que, como rei conservar o direito de propor a criação de bispados e seus titulares. Em contrapartida, a Igreja Católica auxiliava no processo de colonização pela da catequese e aculturação dos nativos.

A Diocese do Ceará, criada em 1853, por decreto do Imperador Dom Pedro II, em junho de 1854, foi ratificada pelo papa Pio IX. Após a criação das Dioceses do Crato e Sobral, a Diocese do Ceará foi elevada à categoria de Arquidiocese, em novembro de 1915, facilitando a formação de uma estrutura eclesiástica estadual com a divisão do Estado em dioceses sufragâneas e paróquias nas áreas em crescimento econômico.

Com estas ações, a Igreja mantinha a sua inserção na sociedade civil, atuando como força espiritual dominante e influenciando, principalmente por meio da educação, os vários centros econômicos regionais do país, demonstrando que a atuação da Igreja se dava de forma planejada, utilizando-se de estratégias as mais variadas para administrar o Território cearense, com base na religiosidade. Estas dioceses eram seguidas pela implantação de equipamentos que ampliavam o potencial político e econômico da Igreja no Ceará.

No Estado, o atual Distrito de Messejana desde sua origem como aldeamento indígena, teve a companhia da Igreja Católica. Primeiro com a presença dos padres jesuítas, que estabeleceram relação profunda com os habitantes da Paupina[2], ensinando-lhes a catequese, as tradições, cultos e os costumes do catolicismo e da sociedade branca colonizadora. Desde 1607, há registros históricos sobre a presença de tais religiosos na referida área. Os jesuítas construíram a primeira capela da então aldeia indígena e, anos depois no mesmo local, foi erguida a primeira Freguesia de Messejana.

Em nenhum outro bairro de Fortaleza se vê a concentração de escolas, em especial de escolas confessionais, como ocorre em Messejana. Analisar o modo como este processo se efetivou e seus desdobramentos em relação às condições geográficas da área em estudo (clima, vegetação, localização etc.), a mobilidade populacional à procura deste serviço, a concentração de população e de outros serviços representa, ao nosso ver, fatores importantes para conhecer a evolução urbana não apenas do referido bairro, como também da própria capital, Fortaleza.

[2]Nome do povoado indígena, formado por índios potiguaras e que em 1607 foi rebatizado como Aldeia de São Sebastião de Paupina pelos jesuítas sob ordem Real. Em 1760, a aldeia foi elevada a Vila, tornando-se também uma Freguesia Católica (RIBEIRO, 1982).

Acreditamos que este recorte espacial é suficiente para verificarmos as estratégias adotadas pela Igreja, desde a quebra do regime de padroado para manter seu *status* político, econômico e cultural, mediante a instalação de equipamentos católicos, a formação de intelectuais para a defesa dos interesses dessa instituição no contexto do Ceará e de Fortaleza.

Os longos trabalhos de gabinete, com visitas ao levantamento bibliográfico e documental para a realização desde estudo nos apresentaram uma Messejana que possui, como está retratada numa placa fixada em frente a Igreja Matriz, mais de 400 anos de evangelização de forte atuação católica. Sendo assim, optamos por trabalhar algumas das ações da Igreja católica ao longo do século XX sobre o espaço que hoje representa o núcleo central do Distrito de Messejana. Ver Figura 01.

Este período, ainda que relativamente amplo, é considerado relevante e pertinente, possibilitando que sejam trabalhados alguns momentos importantes da história educacional de Messejana, desde a chegada das congregações franciscanas e capuchinhas, instalação dos equipamentos educacionais, o cursos de formação religiosa; a crises decorrentes das políticas de incentivo à constituição de um modelo de escola empresarial, e o período mais recente, que confere as reformulações por que passaram estas escolas na tentativa de manter suas portas abertas.

Ademais, a pesquisa buscou compreender como se efetivaram as práticas espaciais advindas de ações planejadas da Igreja Católica para a criação de uma estrutura de sobrevivência, com arrimo na instalação de escolas confessionais para educar o seu “rebanho”, segundo sua doutrina. Para isso foi necessário conhecer a evolução política desta instituição durante o período apurado e suas práticas territoriais.

É irrefutável a intensa orientação católica que marca a história de Messejana, presente nesse recorte desde o período jesuítico. Um dos principais marcos do Distrito é sua centenária Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, ao redor da qual Messejana cresceu.

É neste ponto que a pesquisa se justifica, ao propor o entendimento de como ocorreu a instalação das escolas confessionais, procurando analisar o papel desempenhado por estas ordens na formação do espaço de Messejana. Cremos que o ambiente escolar contribui, de modo marcante, na formação e

organização das pessoas, pois, a educação é inerente ao ato da produção do homem social e na relação que este estabelece para a conformação da atual sociedade – a que vivemos.

Nosso recorte espacial, como comentado, corresponde à área sudeste do Município de Fortaleza; segue-se historicamente ao Distrito de Messejana, atualmente, composto por bairros bastante heterogêneos quanto aos aspectos socioeconômico e ambientais, estando quase todos, administrativamente, incluídos na VI Secretaria Regional da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A área de estudo a ser percorrida coincide com o espaço referente à Paróquia de Messejana, limitada praticamente pelo núcleo central do Distrito. O fato é que esta área reúne os principais equipamentos religiosos que interessam à pesquisa (escolas confessionais católicas, seminários, conventos, igrejas, entre elas a Matriz de Messejana). Além disso, o núcleo central de Messejana abrigava a única paróquia do Distrito até o final do século XX, quando houve a criação de outras paróquias e áreas pastorais.

Entre os equipamentos católicos presentes na área de estudo, temos: a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, que aparece como referência simbólica do poder católico; Associação São Vicente de Paulo, fundada em 1886; Casa Paroquial; Comunidade Jesus e Maria (ligada ao Movimento Carismático); Casa de Retiro Sant'Ana, pertencente a Instituto das Filhas de Sant'Ana; Casa Geral; Casa Geriátrica, Noviciado, Convento e Instituto Frei João Pedro de Sexto (escola que até 1998 era restrita às crianças e jovens do sexo feminino), pertencentes as Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco; o Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil e o Seminário, fundados em 1934, pertencentes à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos; Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira, inaugurado em 1953 e Casa de Retiro, do Instituto Josefino; Casa Geral das Filhas de Santa Tereza e Noviciado Nossa Senhora das Dores, da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. É importante ressaltar que estes equipamentos se encontram localizados na área mais central de Messejana, estando, a maior parte deles, localizada ao longo de duas avenidas centrais: avenida Frei Cirilo e avenida Padre Pedro de Alencar, enquanto os demais estão localizados em quarteirões subsequentes às avenidas retrocitadas.

Entre os principais objetivos considerados durante a análise, é importante ressaltar a pretensão de investigar a relação histórica entre Igreja Católica, produção do espaço e ações educacionais em Messejana; recompor os momentos importantes da história de Messejana que permitam entender tal relação; discutir a produção do espaço de Messejana com o desenvolvimento do setor de serviços, entre estes os educacionais; entender os mecanismos de instalação dos serviços educacionais da Igreja Católica em Messejana; compreender como a ação planejada se espacializa, quais as repercussões advindas destes fatos e quais são seus resultados.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MESSEJANA

2.1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Na elaboração do conhecimento, para a análise dos fatos históricos e recuperação da memória dos lugares, o pesquisador deve preocupar-se com a Geografia do objeto estudado para encontrar as respostas no contexto social e político no qual o objeto está inserido.

Ao trabalhar com história, principalmente com a dos lugares, faz-se necessária uma nova concepção de tempo, em que os acontecimentos do cotidiano se relacionam de forma intensa, complexa e complementar com as transformações de longa duração (RIBEIRO, 2009).

Para a realização deste trabalho, deparamos muitas dificuldades. Não restam dúvidas de que a delimitação do foco da pesquisa sobre as ações instrucionais da Igreja Católica foi a maior delas (dada a atuação da Igreja sob as mais diversa dimensões). Obviamente, foram as leituras realizadas na etapa de gabinete que ajudaram a superar os desafios metodológicos que se apresentavam. Entre essas leituras, é possível destacar as palavras do renomado historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, ao tratar, ainda nas primeiras páginas de sua obra, a dificuldade de trabalhar a história do século XX. Tal embaraço está relacionado ao fato de que a proximidade com o tempo de vida do historiador, que viveu este século e, por conta disso, enxerga os acontecimentos com paixão.

Outra dificuldade reside na coleta de fontes para a pesquisa histórica, quando o período é tão próximo da vida do historiador. E sobre isso Hobsbawn (1995) assegura que,

> A medida em que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais.(P. 9).

Para nosso caso – o trabalho com a pesquisa histórica envolvendo instituições educacionais no século XX – é possível acrescentar que as memórias das personagens que vivenciaram direta ou indiretamente a rotina destas instituições fazem-se ainda presentes; além do mais, se faz preciso acrescentar que nosso objeto de estudo (a ação instrucional da Igreja) aparece como parte inerente das pessoas com as quais dialogamos.

Para Hobsbawm (1995), o ofício do historiador reside em lembrar o que os outros esquecem, porém atentando para a necessidade de ser mais do que simples memorialistas. Analisar os fatos e os conflitos históricos de forma crítica deve ser uma preocupação constante de todo pesquisador. O pesquisador da educação deve refletir sobre o contexto social em que seu objeto está inserido e as mudanças históricas passadas por ele ao longo do tempo, devendo observar ainda para os (novos) arranjos espaciais que se formam a cada mudança experimentada.

Então, para realizar um bom trabalho, buscamos analisar as ações educacionais da Igreja Católica Romana na produção do espaço de Messejana. Para isto, foram empregadas várias ferramentas, tais como: entrevistas com os dirigentes das escolas católicas de Messejana, ex-alunos destas escolas e, quando possível e necessário, com alguns componentes familiares desta clientela; análise e interpretação dos últimos censos do IBGE (foram examinados os censos de 1940 a 2000 no tocante às religiões no Brasil, a fim de acompanhar as modificações ocorridas no campo religioso no Território Nacional; comparar os dados censitários entre o percentual de católicos e o crescimento de outras religiões); pesquisa *in loco*; pesquisa de gabinete; tabulação e confecção de tabelas, gráficos, mapas etc.

A investigação sobre escolas católicas, às quais nos dedicamos, envolveu buscar em jornais, revistas e outros periódicos, entrevistas com funcionários e ex-alunos, com o objetivo de reaver a memória das escolas, e principalmente para analisar as entrelinhas dos discursos, além de uma profunda averiguação de documentos (da Igreja e do Estado) que relatam ações desempenhadas pela Igreja no recorte espacial focalizado.

As entrevistas representaram ferramenta importante para a elaboração desta pesquisa, dada a escassez de material sobre o objeto em foco. Além disso, vale ressaltar que trabalhar o tempo presente requer

sensibilidade para buscar informações nos diversos segmentos envolvidos: Igreja, congregações e ex-alunos das escolas confessionais católicas. Não poderíamos trabalhar apenas com depoimentos dos membros da Igreja, pois as informações poderiam ser omitidas, mascaradas ou mesmo distorcidas. Por este mesmo motivo, não foram entrevistados alunos matriculados e que frequentam as escolas, acreditando que seus posicionamentos de estudantes poderiam mascarar os dados. As entrevistas, portanto, ajudaram a confirmar/contestar os indicadores recolhidos.

No desenrolar da pesquisa, a revisão bibliográfica possibilitou entrar em contato com leituras gerais sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, além de vários documentos específicos e referentes à área de estudo. Seguiu, contudo, a dificuldade de trabalhar com Messejana, pois são raros os documentos e escassas as pesquisas, mesmo aqueles referentes ao período em que Messejana era município.

O certo é que o Município de Fortaleza possui seis secretarias executivas regionais, intra-regionalmente distribuídas. As secretarias executivas regionais foram criadas pela Lei nº 8.000, de 29/01/1997, que reformulou a organização administrativa municipal. São elas: SER I – Grande Barra do Ceará; SER II – Grande Mucuripe; SER III – Grande Antônio Bezerra; SER IV – Grande Parangaba; SER V – Grande Mondubim; SER VI – Grande Messejana. Estas secretarias foram criadas com o objetivo de promover a descentralização administrativa de Fortaleza, ficando cada secretária regional como responsável por determinada área da cidade. A Secretaria Regional VI, à qual o distrito de Messejana pertence, configura-se como a maior em extensão territorial (FUCK JÚNIOR, 2002). Ver Figura 01.

O Distrito de Messejana é composto por 27 bairros heterogêneos, onde é possível encontrar muitos equipamentos católicos como aqueles retrocitados, porém, como se trata de uma área muito grande e que envolveria o estudo de outras paróquias (a grande maioria delimitadas em 2000), nos detivemos no estudo da área central da grande Messejana, correspondente à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, que é a mais antiga do Distrito (existe desde a implantação da Vila de Messejana em 1760, porém a padroeira permanece a mesma desde a aldeia Paupina).

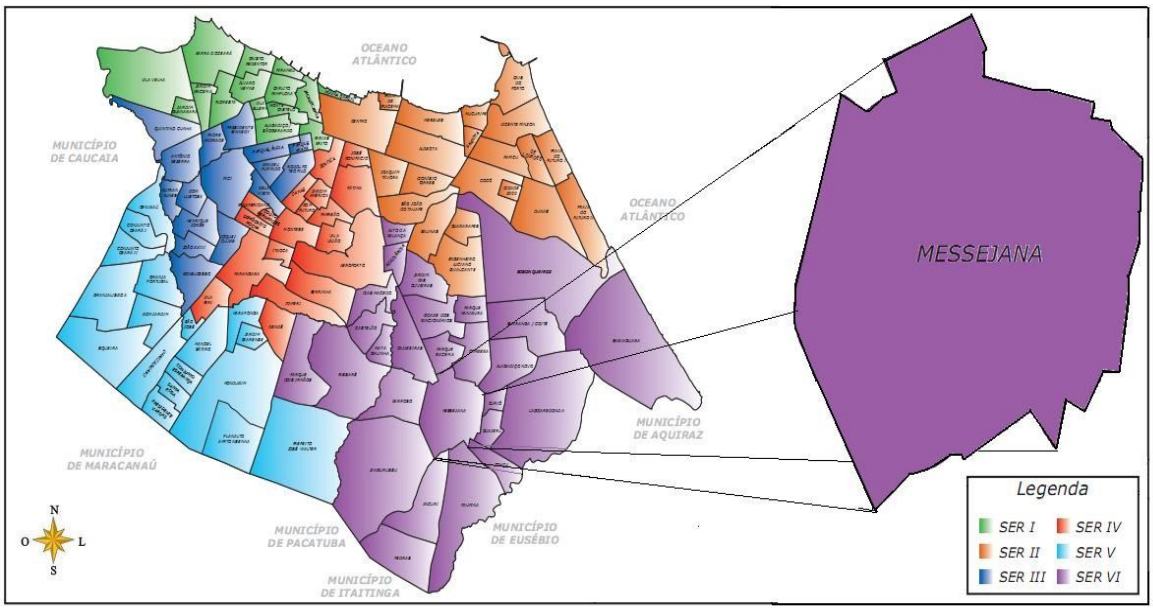


FIGURA 01- Mapa de localização do Distrito de Messejana
FONTE: Dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2010)

Messejana possui uma história que durante muito tempo se constituiu independente do crescimento de Fortaleza, e, por algumas ocasiões, foi município autônomo. Sua origem remonta ao povoamento indígena, posteriormente denominado Aldeia de São Sebastião de Paupina, criado pela Coroa Portuguesa em 1607, que teve à frente de sua catequese os padres jesuítas, fato que já demonstra a influência da Igreja desde a sua origem.

Em 1760, foi elevada à categoria de vila, ganhando autonomia de município até os anos de 1839, quando foi, novamente anexada a Fortaleza, perdendo inclusive parte de seu território. No ano de 1878, experimenta novamente a condição autônoma de município que perdurou até o ano de 1921, data em que novamente foi anexada ao Município de Fortaleza, sendo elevada a Distrito no ano de 1938.

Para o escritor José de Alencar (1965), em seu famoso romance Iracema, a palavra *Mecejana* significa “Lagoa ao abandono” devendo ser escrita com a letra **c**. Para Antônio Bezerra (1917), todavia, o vocábulo Messejana faz referência a um lugar em Portugal; uma freguesia nas proximidades da fronteira entre Portugal e Espanha. O nome Messejana atribuído a tal lugar teria origem na palavra árabe *Masjana* e significa *prisão* ou *cárcere,* deriva do verbo *sajana* (encarcerar, meter na prisão). O autor relata

que muitas das vilas criadas após a reforma pombalina receberam nomes portugueses, como é o caso da Villa de Viçosa Real (1759), Soure (1959), Arronches (1759) e Messejana (1760).

Com origem nos anos de 1960, em especial com a criação da região metropolitana de Fortaleza, em 1973, Messejana tornou-se área urbana, fortemente ligada à dinâmica da Capital. Para uma discussão mais aprofundada, utilizamos o conceito de espaço urbano, apresentado como "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas". (CORRÊA, 1995, p. 9). Entre estas condicionantes, assinalamos a atuação da Igreja Católica refletindo na organização do espaço como um agente social capaz de interferir na produção e no consumo deste espaço.

E assim, na tentativa de recompor os momentos importantes da história de Messejana e da sua relação com a Igreja Católica, foi necessário realizar pesquisas em documentos históricos pertencentes ao Instituto do Ceará, por meio, principalmente, de sua revista (da qual foram utilizadas vários publicações); recorremos ao livro *Memorial e História de Messejana,* de Esaú Costa Ribeiro, publicado em 1982, que trata da história de Messejana e retrata suas memórias de morador do Distrito, mesmo ciente da fragilidade cientifica que o conteúdo poderia porventura apresentar.

As informações trazidas da publicação de Ribeiro (1982), bem como a bibliografia por ele utilizada, passaram por um rigoroso crivo cientifico e alguns relatos, apresentados no livro, foram confirmados pelo levantamento documental que fizemos durante os trabalhos de gabinete. As contribuições que daí vieram nos ajudaram a direcionar nossas buscas na confirmação e complementação daqueles relatos. Dessa forma, passamos a utilizar matérias de jornais de grande circulação no Estado, aquelas publicadas em datas especiais para Messejana, na tentativa de contar um pouco da história desta aldeia, que se tornou vila, município e distrito de Fortaleza.

Para a realização dos trabalhos de campo nas escolas, etapa que julgamos de enorme importância para responder às questões levantadas no trabalho, tomamos como ponto de partida as informações contidas no site das escolas pesquisadas, no Portal de Messejana, entre outros. Posteriormente, foram elaborados os roteiros de entrevistas e foi programado um calendário de

visitas aos estabelecimentos de ensino, onde conversamos com os dirigentes e funcionários mais antigos.

As visitas foram documentadas em imagens fotográficas. É relevante destacar o fato de que em nenhum momento abandonamos a pesquisa bibliográfica, possibilitando-nos acrescentar outros autores que ajudaram a compor o pensamento, conferindo melhor embasamento e fôlego à discussão.

Ademais, centramos nossas referências em algumas questões consideradas de fundamental importância para o estudo da ação educacional católica. Assim, os temas romanização, educação confessional, educação feminina, produção do espaço e agentes produtores do espaço são frequentes neste ensaio, visto que identificamos na Igreja Católica o papel de agente produtor do espaço que se apropria, conforma (e, quando quer, fragmenta) territórios mediante a educação que promove, seja ela formal ou informal.

É importante frisar que a análise das espacialidades advindas de ações da Igreja Católica, na área educacional, não está presente na produção acadêmica nacional, muito embora os estudos sobre Geografia Urbana e serviços analisem o assunto como reflexo das políticas de desenvolvimento econômico. A Geografia da Educação é um debate novo no âmbito da Ciência Geográfica brasileira, fato que torna inovadoras as pesquisas desenvolvidas pela Geografia.

Mesmo entendendo que no mundo contemporâneo há uma relação da educação formal com a promoção socioeconômica e cultural dos espaços, reduzir sua análise ao escopo de existir como consequência de outros macro-projetos políticos e institucionais torna aparentemente desvalorizadas as investigações que têm a perspectiva de analisar o espaço geográfico tendo como base os projetos educacionais. A pesquisa deve contribuir para a fundamentação de uma Geografia da Educação, como forma de participar junto com outras pesquisas da constituição de um acervo bibliográfico acerca do tema.

Impende asseverar que a Igreja Católica, ao longo de sua história, tem traçado projetos que viabilizaram a manutenção do seu poder político, cultural e econômico. Entre as suas ações, temos a formação de intelectuais, cujo objetivo era, e ainda permanece, a defesa dos ideais desta instituição. Desde o século XIX, a Igreja se preocupou com a formação de um catolicismo

romanizado no Brasil, com vista a minar um catolicismo popular que aqui se formava. Uma das práticas tomadas pela Igreja Católica consistiu na formação de um grupo numeroso de escolas e seminários no País. A Igreja Católica é aqui entendida como agente que se apropria, organiza, produz e reproduz o espaço mediante a utilização das práticas espaciais (CORRÊA, 1995).

Com efeito, conceitos-chave relevantes para a compreensão deste aspecto, como os de *espaço e território* (não aprisionada exclusivamente a sua dimensão material) aparecem como elemento enriquecedor da análise proposta. Estes conceitos foram utilizados com base nas idéias de Souza (1995), para quem o território é apreendido como o espaço apropriado por relações de poder.

No intuito de viabilizar o trabalho, foram traçados alguns objetivos operacionais como forma de reunir esforços e procedimentos para a conclusão desta análise. Entre eles é possível destacar:

a) recompor a história da evolução urbana deste espaço, com base nas fontes escritas (documentos religiosos e de órgãos públicos municipais), complementadas por fontes orais (o período é considerado como pertencente à história do tempo presente[3], várias personagens podem contribuir para complementar e/ou esclarecer algumas questões que porventura surjam durante a pesquisa);
b) discutir a produção do espaço de Messejana com suporte na importância do setor de serviços;
c) entender os mecanismos de instalação dos serviços educacionais da Igreja Católica em Messejana; e
d) compreender como a ação planejada da Igreja se espacializa e as repercussões advindas deste processo.

[3] Trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou do tempo cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em xeque. Ou ainda, como afirma Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (FERREIRA, 2000, p. 9).

De tal maneira, o trabalho foi estruturado em seis capítulos, divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo coincide com a introdução, enquanto o segundo foi dedicado a descrever as bases teórico-metodológicas e os procedimentos utilizados no desenvolvimento do trabalho. Buscamos aqui analisar os antecedentes históricos católicos de Messejana; o surgimento do povoado, transformação em vila, emancipação e integração ao Município de Fortaleza, destacando como foco central a ligação de Messejana com a Igreja Católica. Mesmo de forma simplificada, aproveitamos este segmento para mostrar como Messejana aparece na literatura cearense, nos romances de José de Alencar, um de seus filhos ilustres.

O terceiro módulo traz uma discussão sobre a Messejana da educação, com arrimo no conceito de espaço na Geografia. Entre os pontos fortes desta parte, é possível destacar a Messejana das amenidades, do clima agradável, do descanso, da contemplação, do crescimento urbano e do setor se serviços, temas considerados importantes para perceber a dinâmica desta área de expansão da Cidade. Existe, ainda, uma discussão sobre os fatores locacionais, culturais, sociais e normativos católicos que levaram à escolha desta área como *locus* de importantes investimentos católicos ao longo do século XX.

O quarto segmento envolve a discussão da Igreja Católica na qualidade de agente produtor do espaço e suas estratégias de atuação no Brasil. São ressaltados acontecimentos importantes na história da Igreja, como a queda do padroado e a consequente romanização que a Igreja Católica passou a adotar como estratégia de reprodução, utilizando a educação da juventude como forma de promover a manutenção do seu poder, disseminando territórios com a criação das dioceses, seminários e escolas confessionais em todo o País.

O quinto trecho aborda a Igreja Católica, com respaldo nas suas ações educacionais, principalmente na criação de escolas confessionais. Houve a preocupação em produzir um breve apanhado histórico sobre o subvencionamento das escolas confessionais pelo Estado nas constituições do Ceará, passando pela municipalização do ensino. Esta porção do ensaio traz o ponto culminante das pesquisas de campo que nos permitiram a análise do

período de crise destas escolas, bem como seus desdobramentos e estratégias para manter seu funcionamento.

As dificuldades foram muitas. Compreender a apreensão do objeto não se faz de maneira simples. Perceber os elementos que compõem, forjam e consolidam o espaço é estar ciente de que tal fenômeno está relacionado (mas não apenas) com a inevitabilidade da renovação permanente dos espaços – uma das condições de sua sobrevivência – atingindo toda a sociedade, situando diante da humanidade, por meio dos veículos modernos de comunicação, um volume de informações e problemas, que torna a análise do espaço como algo cada vez mais complexo de se realizar.

Assim, entre as hipóteses, acreditamos que a Igreja Católica escolheu Messejana para instalação de suas instituições religiosas, atendendo a recomendações do Concílio de Trento (1545-1563) e do Concílio Vaticano II (1962-1965) e aproveitando-se da sua ligação histórica com a área que remete ao período colonial pela criação da aldeia de São Sebastião de Paupina, além, é claro, da excelente posição estratégica de local de passagem e eixo de ligação entre Fortaleza e a porção sul e sudeste do Ceará, tendo destaque no período do gado como rota de passagem de boiadas.

Deste modo, o século XX, como recorte temporal estabelecido no estudo, justifica-se pelo fato de propiciar reflexão e análise sobres as ações estratégicas da Igreja Católica no Brasil, na tentativa de manter suas atribuições e regalias como religião da maioria. Messejana aparece como ponto de partida para entender questões maiores que envolvem não apenas o espaço do sagrado, mas questões políticas, econômicas, sociais e culturais de um país que nasceu à sombra do catolicismo.

É importante ressaltar que, embora o recorte temporal remeta ao século XX, por vezes, houve a necessidade de retroceder um pouco no tempo, a fim de buscar sustentação nos fatos históricos para reforçar nossas argumentações, pois a Messejana da educação católica resulta do acumulado de tempos e de atuações planejadas da Igreja em permanente reestruturação de sua ação geopolítica.

As estratégias desta instituição milenar são objetos de mudanças que ocorrem de maneira mais lenta, desde a observação e análise da

conjuntura a cada momento histórico, de maneira a permitir uma adaptação e uma apropriação do espaço produzindo territórios.

2.2 EVOLUÇÃO URBANA DE MESSEJANA

Messejana, um das zonas mais populosas incorporadas à grande Fortaleza, ainda se destaca dentre os bairros vizinhos como centro coletor de produtos agrícolas, e do comércio varejista, sendo um dos que mais ocupa mão de obra. Amaral (1996) nos descreve como no antigo Município de Messejana ocorreu a transformação dos engenhos de cana-de-açúcar para os sítios agrícolas "modernos", com início no século XX, com produção de frutas e verduras (como manga, caju e coco), passando pela importante produção de "tijolo branco", lenha, cera de carnaúba e vestuário de renda. E, ainda no início do século XX, a expansão urbana de Messejana começava a despontar – sendo reconhecida além do próprio Município – tendo como virtudes características a religiosidade, a educação e os serviços médicos (FUCK JÚNIOR, 2002, p. 46).

"É lugar antigo, Messejana. Origina-se de uma aldeia de população selvagem – uma aglomeração de malocas, moradas típicas de índios". (BEZERRA DE MENEZES *apud* RIBEIRO, 1982; p. 20). Segundo Ribeiro (1982), Messejana – aldeia formada por índios potiguaras – já existia antes da chegada do capitão-mor Pero Coelho de Sousa ao Ceará, em 1603. Parte desses índios era procedente do Rio Grande do Norte, de onde saíram em fuga, alcançando refugio em terras cearenses.

Em 1607, dois anos depois do insucesso de Pero Coelho de Sousa, chegavam ao Ceará, em passagem para o Maranhão, mais precisamente na aldeia que mais tarde receberia o nome de São Sebastião de Paupina, os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, missionários da Companhia de Jesus, procedentes de Pernambuco. Eles desembarcaram próximo à foz do rio Jaguaribe em companhia de alguns índios cristianizados. Chegando à primeira aldeia potiguara, instalaram-se e realizaram missões catequéticas (RIBEIRO,

1982)[4].

Em 1663, o governador geral Francisco Barreto de Menezes determinou que fosse dado nome a todas as aldeias de índios do Ceará. As aldeias, que nesse período eram cinco, receberam oficialmente os nomes de: São Sebastião de Paupina (atual Messejana), Arronches (atual Parangaba), Soure (atual Caucaia), Paranamirim (constituída de Potiguaras), Montemor Velho (de Paiacus) e Viçosa (de Tabajaras) (RIBEIRO, 1982). Torna-se relevante frisar que o povoamento Paupina foi fundado no período anterior à chegada dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. Referida aldeia teria sido fundada pela ocupação dos índios potiguaras, que passaram a habitar a área. O nome Paupina vem, segundo Ribeiro (1982), muitos anos após a passagem desses sacerdotes.

A palavra Paupina representa para alguns autores uma corruptela de Padre Pinto (Pai Pina), delicadeza respeitosa como era lembrado pelos índios. Esta versão, porém, é contestada por outros historiadores que apontam as palavras do jesuíta Serafim Leite quando este afirma:

> Dificilmente se pode provar a procedência de tal nome dada a distância de 152 anos que separam o mártir da Ibiapaba, morto (padre Francisco Pinto) em janeiro 1608, dos que viviam em Paupina em 1760. O nome é indígena certamente e significa "lagoa limpa" ou "descoberta" (A ALDEIA DE PAUPINA E OUTRAS ALDEIAS...; 1969, p.38-39) [5].

O primeiro documento oficial que fez menção à aldeia de Paupina foi a Carta Régia de 1698 dirigida ao capitão de ordenança Caetano Melo de Castro[6].

Em razão do aumento da população, em 23 de novembro de 1700, foi expedido um "alvará em forma de lei concedendo a cada Missão pelo qual uma légua de terra em quadro para sustentação dos índios e do respectivo

---

[4] Louvemo-nos no historiador Esaú Costa Ribeiro (1982), levando em consideração seu livro que mescla memórias de sua vida em Messejana e fatos históricos. As informações prestadas pelo autor e utilizadas neste trabalho foram devidamente confirmadas em documentos do Instituto do Ceará e demais fontes apresentadas. Cabe salientar que as referências deste livro direcionaram à captura das fontes da pesquisa sobre antecedentes históricos de Messejana.

[5] A ALDEIA DE PAUPINA E OUTRAS ALDEIAS. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo LXXXIII, 1969, p.38-39.

[6] DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ. Coleção Studart. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo XXXVII, 1923, p.87-88.

missionário com a declaração de que cada aldeia se hade compor ao menos de cem casais[7]“ (DATAS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ...; 1895, p. 92). A ampliação das terras das aldeias permitiu a ampliação das lavouras e sustentação do respectivo missionário. O mesmo documento aponta que, nos anos de 1708, 1709 e 1722[8], Paupina continua ampliando seus espaços e, dentro de poucos anos, apresentava um território, desde a praia até a serra de Pacatuba, sendo detentora de terras no litoral, serra e sertão (RIBEIRO, 1982, p.27).

A Vila Nova de Mecejana e a sua Freguesia foram implantadas em 1º de Janeiro de 1759[9], fato que confere à antiga aldeia autonomia política; pois se criavam o Município e a Câmara Municipal; eram estabelecidos também uma representação da Justiça, uma força militar de segurança pública e uma escola de ensino primário e profissional. O nome Paupina foi substituído por Vila Nova Real de Messejana d’ América (FUCK JÚNIOR, 2002). Na Vila, também foi instituída uma escola de ler e escrever, atendendo às normas da Reforma dos estudos menores. Na sequência é reproduzido um trecho do documento de criação da Vila Nova de Mecejana:

> Aos 29 dias do mez de Maio do anno de 1759 na secretaria de”este governo, em presença do Illm. e Exm. Sr. Luiz Diogo Lobo da Silva, governador e capitão geral d”estas capitanias, aonde veio João Caetano Alves e Elias de Sousa Paes nomeado o primeiro para director da nova vila de Mecejana, e o segundo para mestre das escola da mesma, aonde pelo dito governador lhes foi dado o directorio, porque se devião regular e, cartilha para a instrução dos meninos encarregado-lhes que bem e verdadeiramente procurassem com toda a inteireza cada um na parte que lhe toca, seguir em tudo o referido directorio e cartilha gradualmente, segundo a natureza dos habitantes, a que se dirigião as referidas instruções, o permitisse e fôsse conducente a civilizal-os, como se pretende; para o que lhe lembrava ser precizo obrigal-os, quanto fosse justo, pelos meios da brandura e da suavidade, a fim de que, ajudados com a sua doutrina, venção as trevas da ignorancia em que se achão envolvidos, para o conhecimento da razão e do beneficio,...(DOUS DOCUMENTOS

[7] DATAS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII. STUDART, Guilherme Dr. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo XVIII, 1895. p. 92.
[8] *Ib idem*
[9] DOUS DOCUMENTOS REFERENTES À ANTIGA ALDEIA DE PAUPINA. Termo que fazem os directores para satisfazer as obrigações, que se lhes encarregao. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1913, p. 225-227.

REFERENTES À ANTIGA ALDEIA DE PAUPINA...; 1913. p. 225).

Guilherme Studart[10] (2004) apresenta um mapa geral do que foi produzido pelas sete vilas e lugares no ano de 1760. O Quadro 01 traz os dados referentes à Vila de Mecejana e constitui resumo do que foi encontrado em poder dos missionários na ocasião de sua saída da Capitania e prestam informações sobre os moradores das aldeias tiradas de sua administração.

VILA DE MECEJANA	
Rendimento dos Dízimos	000
Rendimento dos Subsídios de 400 rs. por cabeça que se conta para a Câmara	14$000
Ganho que tiveram os Maiores dos serviços em que se ocuparam maiores por jornal, e ajuste	0000
Rapazes que andam na escola	124
Raparigas que andam na mesma aprendendo a fiar, tecer e coser	27
Rapazes aprendendo vários ofícios	4
Número de casais	308
Número de almas	1393
Pobres de um e outro sexo	125
Rapazes e moças solteiros de um e outro sexo	973
Ausentes de diversas idades e sexos	1
Companhias	6
Número de praças que compreendem as ditas	300
Escravos de um sexo e de outro	
Cabeças de gado Vacum	120
Cabeças de gado cavalar	21
Cabeças de gado miúdo	000

QUADRO 01 – Dados gerais do que produziu a Vila de Mecejana em 1760
FONTE: STUDART, 2004 (adaptado)

No século XIX, Messejana tornou-se espaço atrativo para a construção de sítios e casas de fim de semana para famílias ilustres que buscavam não só descanso, mas, também, desenvolver atividade econômica como a cana de açúcar e a produção de farinha.

[10] STUDART, Guilherme. **Notas sobre a História do Ceará.** Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2004.

> Grandes engenhos de cana-de-açúcar se estabeleceram e se desenvolveram em sítios nesta nova Vila. José Martiniano de Alencar (pai do famoso escritor) fundou o sítio Alagadiço Novo, com o primeiro engenho a vapor da Província do Ceará; padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, o sítio Cambeba; Antônio Alexandrino da Cunha Lage, o sítio Ancori; Antônio da Silva Porto, o sítio Guajeru (antigo São Gerardo); Urbano de França Alencar, o sítio Jangurussu; e Antônio Felino Barroso, o sítio Itambé. (FUCK JÚNIOR, 2002; p. 78-79).

Além desses, havia outros inúmeros sítios e arraiais (freguesias, povoados) em Messejana, como: Carrapicho, fundado pelo major João Leonel de Alencar e pelo capitão Afrânio de Alencar Benevides; São Cristovão, pelo coronel Tristão Antunes de Alencar; Trairá, por João Assunção; o sítio Paupina é de fundador ignorado (RIBEIRO, 1982), além da sede ("Vila"), propriamente. Além disso, deve-se salientar a existência de várias áreas alagadas. Segundo Ribeiro (1982), a relação das lagoas é esta: Messejana, Paupina, Piauí, Sapiranga, Itambé, Precabura, Pedras, Maria Vieira, Talos, Cachorros, São João e Ancori.

A Messejana no século XIX foi palco de reuniões da Confederação do Equador[11] que teve como principal líder Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. O Jornal *Diário do Governo do Ceará*[12] traz alguns trechos em que o Líder da Confederação do Equador no Ceará convida para reuniões e batalhas e felicita nos momentos de vitórias.

A agricultura e a pequena pecuária eram as atividades predominantes. Nessa época, Messejana atuava no abastecimento de animais e vegetais para Fortaleza, e alguns habitantes das classes média-alta e alta de Fortaleza já possuíam sítios em Messejana (para diversos fins). Algumas famílias tradicionais de Messejana (Município/Distrito/Vila), desde essa época, são: Alencar, Gurgel do Amaral, Matos, Cavalcante, Araripe, Salgado, Dummar, entre outras (FUCK JÚNIOR, 2002, p. 79).

---

[11] "Em 26 de agosto (1824) o Ceará declara-se abertamente pela República em reunião de 405 eleitores, com assistência das Câmaras de Fortaleza, Aquiraz e Messejana". (BRITO, 2006, p. 21).

[12] Primeiro jornal a aparecer na província, entre abril e novembro de 1824, foi porta-voz da Confederação do Equador, movimento liderado por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (BRITO, 2006, p. 17).

Entre as famílias ilustres de Messejana, destaca-se a família Alencar. O primeiro engenho de cana a vapor do Estado (Figura 02) foi construído em 1836, pelo então Presidente da Província, José Martiniano Pereira de Alencar. O engenho foi construído em terreno por trás da casa onde vivia a família, no sítio Alagadiço Novo em Messejana.

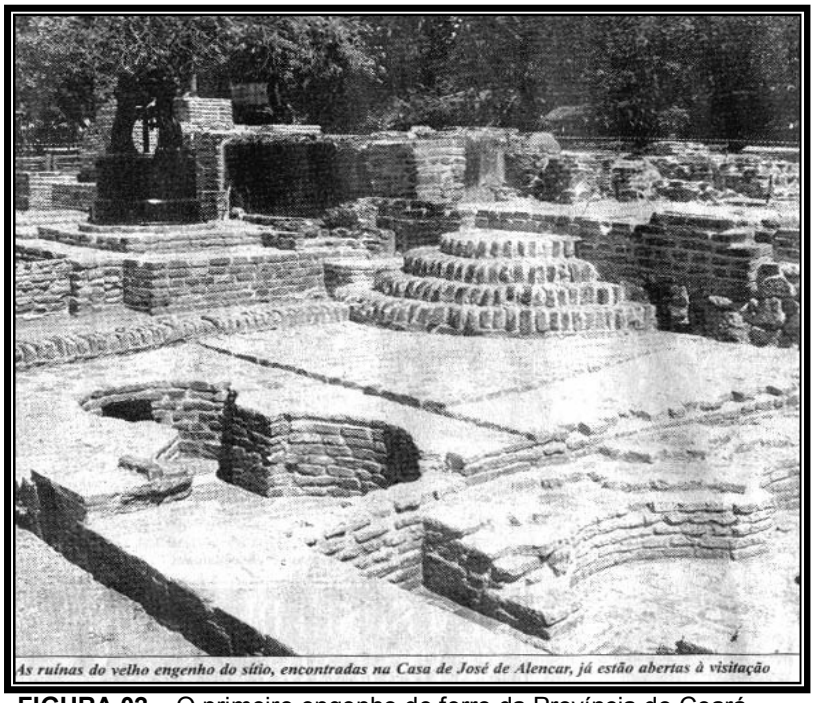


FIGURA 02 – O primeiro engenho de ferro da Província do Ceará.
FONTE: Portal Gentree, 2009

José Martiniano de Alencar, na qualidade de Presidente da Província, "providenciou, em setembro de 1836, a aquisição de engenhos, arados, modelos de máquinas de serrar, de descaroçar algodão, de descascar café de debulhar milho, de moer, espremer, e peneirar mandioca, de fazer manteiga". (RIBEIRO, 1982, p.68). Neste mesmo ano, José Martiniano de Alencar assinou uma lei pela qual foi aberta a estrada carroçável ligando Fortaleza à vila de Messejana A indústria açucareira prosperava em Messejana, também, de grande importância, a produção de farinha de mandioca (RIBEIRO, 1982).

No ano de 1839, Messejana foi incorporada ao território de Fortaleza, pela Lei nº 188, de dezembro de 1839, sob ordem do então Presidente da Província, João Facundo de Castro Menezes (Major Facundo),

perdendo, dessa forma, a sua autonomia. Além da autonomia, Messejana perdia também parte de seu território, dividido em duas partes, pertencendo uma a Fortaleza e a outra à Vila de Aquiraz. A área de limite entre estes territórios ficou sendo a lagoa da Precabura (RIBEIRO, 1982).

O período de 1877 a 1879 foi marcado por seca intensa, que afligiu toda a Província do Ceará. Como forma de combater os efeitos da estiagem, o Governo instalou uma série de obras, a fim de ocupar a mão de obra de flagelados e realizar benfeitorias que aumentassem a capacidade de captação de água e que diminuíssem a presença de epidemias.

Sobre as obras executadas em Messejana com as características retrocitadas, temos o "calçamento no trecho compreendido da Capela do Seminário a Cajazeiras, o calçamento desde a Rua José Hipólito até o início da Avenida Frei Cirilo, parte dos quarteirões que ladeiam a Matriz, o aterro da lagoa (tomando a forma de açude) e a cacimba da Praça Matriz". (RIBEIRO, 1982, p. 51).

> A grande seca de 1877-79 também assolou esses sítios, e seus proprietários faliram; a partir de então os terrenos foram sendo divididos (parcelados) e vendidos, iniciando o *processo de urbanização* (isto até contribuiu para a recuperação de sua autonomia política, em 1878). (FUCK JÚNIOR, 2002; p. 79).

As obras contra a seca tornaram o espaço de Messejana mais urbanizado, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias. A urbanização também contribuiu para a retomada da autonomia.

Em 1878, passados 30 anos de município extinto, Messejana volta a gozar das prerrogativas de outrora como vila e município. É importante salientar, porém, a diminuição de seu território em virtude da definição de 1866 (AMARAL, 1996). Em 1883, foi inaugurada a Casa de Câmara e Cadeia de Messejana. Após a extinção definitiva do Município, este prédio abrigou um espaço de reuniões políticas, posto de vacinação, seções eleitorais, porém, em 1938, o prédio seria derrubado no governo municipal de Raimundo de Alencar Araripe, fato, que segundo Ribeiro (1982), deixou os moradores de Messejana bastante descontentes.

O Desembargador Álvaro Gurgel de Alencar expõe sua indignação diante da demolição do Passo Municipal de Messejana:

> Foi demolida a casa-antigo solar das municipalidades da terra que serviu de berço a José de Alencar. Em aludido prédio, como já sabemos, funcionou a primeira Câmara, quando pela Lei de 15 de outubro de 1759, foi criada e inaugurada em 1º de janeiro de 1760, e pela segunda vez, quando foi restaurado o Município, depois de proclamada a República. [...] Embora Messejana estivesse, como está hoje, rebaixada a distrito de Fortaleza, (o prédio) devia ter sido conservado, principalmente por ser o povo de Messejana respeitador de monumentos. Demorava na bela Praça Coronel Tristão de Alencar, e poderia continuar a servir para os trabalhos da Sub-Prefeitura, Cartório de Casamentos, podendo também dar rendimentos a prefeitura de Fortaleza, se quisesse adaptá-lo a um *restaurant* e bilhares como lembrou a "Gazeta de Notícias" da Capital. (A DEMOLIÇÃO DO PASSO MUNICIPAL DE MESSEJANA... 1940, p. 70-71)[13].

No mesmo documento, o Desembargador comenta a utilidade deste prédio para reuniões de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe para a Confederação do Equador[14].

No período de 1887-1889, a escassez outra vez assolava o então município, bem como toda a Província do Ceará, fato que trouxe a necessidade da criação de mais obras, como a construção do Mercado Público de Messejana, que aproveitou mão de obra dos flagelados (RIBEIRO, 1982). Estas obras, bem como as executadas no período de estiagem anterior (1877-1879), assim como o loteamento e venda dos antigos sítios, contribuíram com a urbanização de Messejana.

No ano de 1921, no governo de Justiniano de Serpa foi novamente extinto o município de Messejana (como o de Parangaba)[15]. "Pequenos, vizinhos e com suas sedes muitos próximas de Fortaleza a qual carecia de uma maior área para o seu município, parece ter sido o principal motivo da eliminação das referidas comunas, nascidas da mesma origem (...)" (RIBEIRO, 1982, p. 73). O loteamento dos antigos sítios intensificou-se, dando origem a diversos conjuntos habitacionais/loteamentos e novos bairros em Fortaleza. Muitos desses bairros ainda permanecem com os nomes dos antigos sítios que lhe deram origem.

---

[13] A DEMOLIÇÃO DO PASSO MUNICIPAL DE MESSEJANA. In: **Revista do Instituto do Ceará**. TOMO LIV Fortaleza, 1940, p. 70-71.
[14] *Ib. Idem.*
[15] MUNICIPIOS CEARENSES EXTINTOS. In: **Revista do Instituto do Ceará**. TOMO LIV. Fortaleza, 1940, p. 279.

Segundo Fuck Júnior (2002), desde os anos 1940 o crescimento de Fortaleza levou ao *processo de incorporação* de novas áreas na zona leste, realizado por empresários e proprietários fundiários, que se apropriavam de terrenos localizados na periferia urbana. Tal fato foi proporcionado pelo loteamento de antigos sítios de uso rural, como o Cocó, o Alagadiço Novo, o Cambeba, ao Estância (Dionísio Torres), o Colosso, o Tunga (na "Água Fria"). Por exemplo, o sítio Cocó, da família Diogo (à margem esquerda do rio), deu origem a um loteamento na praia do Futuro (na década de 1950), e à Cidade 2000 (a partir de 1971).

> Já no lado de Messejana (margem direita do rio), os Srs. Patriolino Ribeiro e Edson Queiroz possuíam terras que se estendiam do rio Cocó ao mar. Ao mesmo tempo, muitos terrenos "centrais" ficavam sem uso, à espera de *valorização*, demonstrando que a *especulação fundiária e imobiliária* é também "histórica". (FUCK JÚNIOR, 2002, p. 79).

Com o loteamento dos antigos sítios, Messejana acelera a urbanização. Podemos citar outro núcleo surgido no Distrito, mais recentemente; o bairro Cidade dos Funcionários, cuja ocupação iniciou-se em 1952, como um projeto dos Correios (em terras pertencentes ao Estado), próximo de onde já existiam algumas povoações, como o sítio Cajazeiras e a Vila Cazumba (Jardim das Oliveiras).

Inicialmente, os lotes eram vendidos apenas para funcionários públicos. A partir de 1970, houve o aumento da demanda pelas residências na cidade. "A disponibilidade de terrenos, o clima e a infra-estrutura, constituíam-se nos atrativos usados pelas imobiliárias para atrair compradores". (SOUSA, 2001:32). Como podemos observar, a área do Distrito de Messejana é bastante conhecida por ser dotada de maior proximidade com a natureza, lugar calmo, agradável e centro dinâmico de serviços.

Na verdade, ao observar a história de Messejana no seu contato com a cidade de Fortaleza, podemos dizer que a infraestrutura foi sendo vagarosamente implantada, em razão dos custos com relação à distância da região central da Cidade, e a despeito do bom nível de rendimentos auferidos pelos seus moradores. Segundo Sousa (2001), até 1983, sequer a rede de abastecimento de água potável estava completamente instalada no bairro. Em

razão da procura e da consequente *valorização do solo*, construíram-se prédios de apartamentos (de até cinco andares) de 1985 a 1992, após o que se voltou a *valorizar* a construção de casas. Configurou-se um núcleo rodeado de “vazios urbanos”, e ainda é a sede de um dos dois subdistritos de Fortaleza. O Quadro 02 apresenta um resumo didático de fatos marcantes da história de Messejana, buscando um paralelo para evidenciar também marcos na história de Fortaleza e do Ceará.

HISTÓRIA DE MESSEJANA*		FORTALEZA	CEARÁ
PERÍODOS	**FATOS MARCANTES E CARACTERÍSTICAS**		
1607-1759 "Fase Colonizadora"	Jesuítas e Indígenas em atividades agropecuárias e de catequização	1726 – Elevação da povoação de Nossa Senhora da Assunção (povoação de Fortaleza) a categoria de Vila, como Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	Povoamento e distribuição fundiária
1759-1839 – "Fase Urbanizadora"	1760 – Elevação da Aldeia de São Sebastião de Paupina (povoação de Messejana) a categoria de Vila, Vila Nova Real de Messejana da América	1823 – Elevação da Vila de Fortaleza a categoria de cidade, como Cidade de Fortaleza de Nova Bragança.	1799 – Desmembramento da Capitania do Siará Grande (semi-autônoma) da capitania de Pernambuco; exportação do algodão...
1839-1878 – "Fase essencialmente Agrícola"	Como Distrito pertencente a Fortaleza*	Consolidação do Mercado e da função político-administrativa	Exportação do algodão
1878-1921 – "Fase Desenvolvimentista"	Como município (autônomo): "formação de grandes mangueirais"	Avanço da modernização	Exportação de óleo de caroço de algodão, cera de carnaúba e oiticica; indústria nascente: têxtil, alimentícia, calçadista...
1921-1986 – "Fase modernizadora" **	Messejana é definitivamente incorporada à Fortaleza (jurídico-administrativamente), mas permanece efetivamente "isolada".	Crescimento populacional e configuração da macrocefalia	Fordismo: processo industrial comandado pelo Estado e pelo capital industrial mesclado ao capital bancário (formando o capital financeiro)...
1986 à Atualidade – "Fase Contemporânea	O Distrito de Messejana é efetivamente incorporado a cidade, com a expansão promovida pelo mercado imobiliário – a porção sudeste do município (provocando também a "periferização" em outras áreas.	Fortaleza configura-se com maiores adensamentos na porção Norte (central) e Oeste (Parangaba e Antonio Bezerra), assim como o favelamento na porção Oeste (embora disperso por todo o município), as classes média-alta e alta concentram-se na porção Nordeste expandido para Sudeste...	"Redemocratização" (Nacional); "Governo das Mudanças" (Estadual): industrialização e turismo fomentados pelo Estado; "explosão" do Terciário; consolidação do capital financeiro e incorporador...

QUADRO 02 – Periodização histórica do processo de expansão urbana de Messejana – Fortaleza.
FONTE: FUCK JÚNIOR (2002; 2004).

* AMARAL (1996).
** Amaral, originalmente, estendia essa fase até a atualidade; mas, inserimos em seu "curso final" um novo período.

2.3 ALGUNS TRAÇOS SOBRE MESSEJANA NA LITERATURA CEARENSE: *IRACEMA* DE ALENCAR

Messejana com suas belezas naturais, seus mangueirais, sua lagoa símbolo. Todas essas características, bem como as demais características citadas até agora fazem desse lugar cenário para belas histórias.

Entre as histórias contadas sobre Messejana, sem dúvida a mais famosa é sem dúvida a contada por José de Alencar. Este filho ilustre nascido no ano de 1829, no sítio Alagadiço Novo, autor de vasta obra, muitas delas com o tema indígena como: “O Guarani” (1857) e “Ubirajara” (1874). Iracema (1865) representa uma de suas criações mais versáteis. O livro narra a história de amor, um dos ingredientes da escola romântica, entre a índia tabajara e o colonizador português, Martim Soares Moreno, conhecido como guerreiro branco.

A virgem dos Lábios de Mel tornou-se símbolo do Ceará. Em muitos municípios cearenses encontramos estátuas que fazem referências à bela índia de José de Alencar. Iracema saiu da literatura e passou para outras formas de manifestações artísticas, passando pelas artes plásticas (pintura e escultura), artes visuais (cinema), dança (ballet), além de ser retratada também pela cultura popular.

Em reportagem do Diário do Nordeste, Iracema é descrito como:

> O romance “Iracema - Lenda do Ceará” escrito, em 1865, por José de Alencar, um dos representantes do romantismo brasileiro, movimento que traz no seu bojo a idéia de nação, não apenas aqui, mas também na Europa, elege o índio como o elemento autóctone e tece a construção de um mito não apenas do Brasil, mas da América. O livro narra a história de amor, um dos ingredientes da escola romântica, entre a índia tabajara e o colonizador português, Martim Soares Moreno, conhecido como guerreiro branco. (MESSEJANA E SEU FILHO ILUSTRE, 2009).

Segundo reportagem do *Diário do Nordeste*, a história de amor foi transposta para o cordel, recebendo o título *Iracema* - A Virgem dos Lábios de Mel, de autoria do poeta e editor pernambucano João Martins de Athayde, conforme apresentação do pesquisador Gilmar de Carvalho, em edição pelos

140 anos de publicação do romance, em 2005. (LUGARES DE JOSÉ DE ALENCAR, 2009). A Figura 03 mostra a Estátua de Iracema existente na lagoa de Messejana.

FIGURA 03 – Estátua de Iracema, localizada na Lagoa de Messejana
FONTE: www.diariodonordeste.com.br (foto: Miguel Portela)

Outra importante homenagem ao escritor é a Casa de José de Alencar, localizada na então Freguesia de Messejana. A casa onde nasceu o escritor (Figura 04) é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Casa José de Alencar, pertencente à Universidade Federal do Ceará, guarda documentos como o batistério do Escritor (Figura 05). Dentre outros, o equipamento possui a biblioteca Braga Montenegro com obras de José de Alencar e outros autores cearenses.

FIGURA 04 – Casa onde nasceu José de Alencar
FONTE: Arquivo pessoal, 2009.

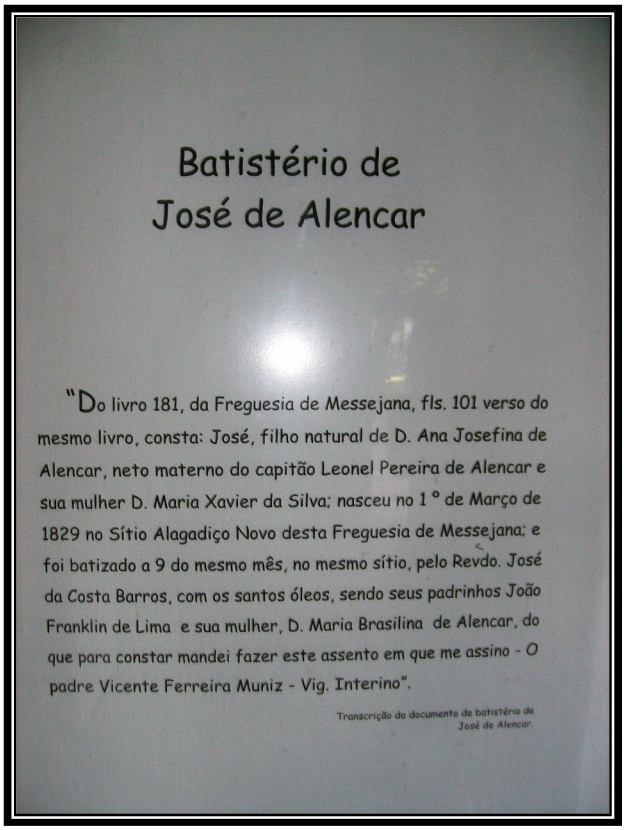


FIGURA 05 – Batistério de José de Alencar
FONTE: Arquivo Pessoal, 2009

Na Casa de José de Alencar é possível encontrarmos também pinturas e quadro que retratam as obras do Autor, como é o caso da linguagem pictórica exposta na Figura 06 de autoria do artista plástico Descartes Gadelha.

FIGURA 06 – Gravura de Iracema em exposição na Casa José de Alencar (Descartes Gadelha)
FONTE: www.diariodonordeste.com.br (Foto: Kiko Silva)

Atualmente, o romance *Iracema* apesar dos seus 149 anos da primeira edição, continua fazendo sucesso entre os leitores, além de ser cotado para exames vestibulares como importante obra no cenário literário nacional, mostrando não só a maestria deste escritor messejanense, como literário, mais também, como provocador de discussões de temas importantes para a sociedade e que se configuram como tabus na sua época. Os romances de José de Alencar discutem mais do que a beleza do indigianismo, debatem o papel da mulher, a traição, a prostituição, entre outros temas (LUGARES DE JOSÉ DE ALENCAR, 2009).

2.4 A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MESSEJANA

Como exposto anteriormente, Messejana, desde sua existência, apresenta intensa ligação com a Igreja Católica. Primeiro com a presença dos padres jesuítas, que estabeleceram uma relação profunda com os habitantes de Paupina, ensinando-lhes a catequese, as tradições, práticas, cultos e os costumes do catolicismo e da sociedade branca colonizadora. Desde 1603, tem-se registro histórico sobre a presença de tais religiosos na referida área, tendo sido estes padres incumbidos de dar, por exemplo, nome a aldeia Paupina em 1663 (ver tópico 2.1). Os jesuítas construíram a primeira capela da então aldeia indígena. Anos depois, no mesmo local, foi erguida a primeira Freguesia de Messejana. A Figura 07 mostra a placa afixada na praça da Igreja Matriz de Messejana em homenagem ao Padre jesuíta Francisco Pinto, considerado pela Paróquia como primeiro catequista-missionário de Messejana.

Homenagem dos paroquianos de N. Sra da Conceição à memória do Pe. Jesuíta Francisco Pinto, primeiro catequista-missionário da Aldeia Potiguara, mais tarde São Sebastião de Paupina, hoje Messejana.

+ 1608
Fort. 27-11-2005

FIGURA 07: Homenagem da Paróquia de Messejana ao Jesuíta Padre Francisco Pinto
FONTE: PEREIRA, 2008

A primeira Freguesia de Messejana foi criada em 1759 pelo Governo de Pernambuco e inaugurada a 1º de janeiro de 1760, sob as bênçãos de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da Paróquia de Messejana até os dias atuais). Segundo Ribeiro (1982), em 1849 a Freguesia de Messejana foi transferida para Maranguape, junto com o Padre Pedro Antunes de Alencar.

A atual Paróquia de Messejana é proveniente da lei 1445 de 12/10/ 1871, porém, só instituída canonicamente a 20 de fevereiro de 1873, conforme provisão episcopal de D. Luis Antônio dos Santos (RIBEIRO, 1982).

FIGURA 08: Igreja Matriz de Messejana
FONTE: PEREIRA, 2008

Entre os equipamentos pertencentes à Igreja Católica, podemos apontar que a primeira associação pia foi fundada na Paróquia de Messejana em 1886. A Conferência de São Vicente de Paulo foi fundada em 06/01/1886 e inaugurada em 22/08/1887[16]. Na história de Messejana temos a contribuição permanente dos frades capuchinhos (ver 2.3.1). Alguns assumiram como vigários, outros substituíram vigários titulares, eventualmente. Em 1934, a Ordem fundava na entrada do Distrito, uma casa de estudos e formação denominada Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil, reinaugurado após uma reforma para ampliação de seu espaço, em 31 de julho de 1938 (MORAES 2000).

Em 1938, assume a paróquia de Messejana o Padre Francisco Pereira da Silva. Permanecendo por mais de 40 anos em Messejana, foi autor de grandes empreendimentos: reforma da Igreja, abrindo uma arcada maior, entre a nave e o altar-mor, montagem do relógio na torre, construção do Salão

[16]DATAS E FACTOS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ: último qüinqüênnio da monarchia. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza; Tomo XXXIX, 1925, p. 307.

Paroquial, inaugurado a 31/08/1954 com o nome Pio X, em homenagem ao Papa, construção da casa Paroquial, hoje secretaria paroquial, e o Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira.

Monsenhor Antônio Souto Ribeiro da Silva (na década de 1980) iniciou seu trabalho como pároco, visitando durante a semana, todas as noites, as comunidades, sobretudo as mais distantes, com seu carro-som fusquinha. Sua passagem em Messejana ficou inesquecível: nas celebrações eucarísticas, convocando as pessoas e construindo comunidades. Programou o Encontro de Casais com Cristo (ECC), movimento que engajou vários casais em pastorais, movimentos e sindicatos, apoiou a criação da escola de catequese para catequistas (SITE DA PARÓQUIA DE MESSEJANA, 2008).

A escola de catequese formou várias turmas de catequistas e funcionou de 1985 até 1992, os dois últimos anos em Lagoa Redonda. Em 1990, assumiu a Paróquia o Padre José Maria Cavalcante. Em 1991, Padre Álvaro e Padre Ribamar foram residir no Parque São Miguel e o Padre Gilson Soares foi nomeado vigário paroquial de Messejana. Frei Martins e um grupo de jovens iniciaram um trabalho de presença na Lagoa Redonda.

Neste mesmo ano, pela decisão da Assembleia Paroquial e depois regional, a Paróquia de Messejana foi descentralizada em sete áreas pastorais: Palmeiras, Barroso, Guajeru, Lagoa Redonda, Pisando no Chão Novo (São Miguel, São Bernardo), área da BR e área Centro (Matriz).

Entre 1992 e 1995, assumiram a paróquia os monges beneditinos. No dia 02 de julho de 1995, assumiu como pároco padre Alderi Leite. Neste mesmo dia, aconteceu uma assembleia no centro de Formação Dom Aloísio Lorscheider, definindo "oficialmente" as áreas no plano pastoral com seus respectivos padres e sua autonomia pastoral. No dia 10 de fevereiro de 2006, padre Daniel Morais assumiu a Paróquia de Messejana.

Após a virada do milênio, foram criadas as paróquias de Alto Alegre (pertencente ao bairro Paupina, Distrito de Messejana), Paróquia de Lagoa Redonda (Bairro da grande Messejana) e as áreas pastorais do Conjunto São Miguel, Conjunto Palmeiras e Pedras (grande Messejana). Esta decisão da Igreja de reorganizar os espaços católicos antes pertencentes apenas à Paróquia de Messejana modifica o arranjo da Igreja na área do Distrito, pois algumas comunidades, até então submetidas a paróquia central de Messejana,

passaram a ter mais autonomia após essa divisão. Tal ação da Igreja teve por objetivo trazer para mais próximo as comunidades e os fiéis, podendo assim acompanhar mais de perto as ações das comunidades em crescimento, facilitando a coordenação dos trabalhos pastorais.

A paróquia de Messejana tem como padroeira, desde o período referente à antiga Vila de Messejana, Nossa Senhora da Conceição, sendo celebrada por festejos realizados na primeira semana de dezembro, com uma semana de festas e eventos que envolvem a participação da comunidade, das associações leigas, das Ordens presentes na paróquia e das escolas católicas.

No dia 08 de março de 2009, foi realizada uma homenagem especial pelo recebimento dos símbolos açorianos, uma coroa e a bandeira do Divino Espírito Santo, à Paróquia de Messejana, em comemoração aos seus 402 anos de evangelização.

Em uma celebração na Paróquia de Messejana, foram recebidos os símbolos açorianos em homenagem aos 402 anos de Messejana e em especial ao 1º missionário do Ceará, Padre Francisco Pinto. Tais símbolos representam a ligação entre o Ceará e Portugal e denotam a importância dos Jesuítas na colonização do Ceará, bem como a relevância de Messejana, antiga aldeia Paupina nesse processo (www.portaldemessejana.com.br/história, 2009).

A missa foi celebrada por padre Daniel – pároco de Messejana, e pelo Monsenhor João Jorge – Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza. Estiveram presentes alguns convidados especiais, entre eles o Cônsul de Portugal – Sr. Francisco Brandão; Professor Adauto Leitão (que tem pesquisado a relação entre Portugal e Brasil, principalmente no Ceará); uma família de origem açoriana – Sr. José de Viveiros Cabral e a família Nogueira – Sr. José Antônio Nogueira, antigos moradores de Messejana e que tem origem portuguesa.

2.4.1 Chegada dos Capuchinhos a Messejana

A primeira congregação a se instalar em Messejana no século XX foi a Ordem dos Capuchinhos[17]. Em Messejana, estão localizados a Casa/Sede Geral das Irmãs Capuchinhas, noviciado, Casa das Irmãs idosas, Convento e Instituto Frei João Pedro de Sexto. Também estão presentes os Capuchinhos da Província de São Francisco das Chagas[18] (do Ceará e Piauí). Esta foi a primeira a instalar um seminário e escola em Messejana. Trata-se do Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil.

Segundo Moraes (2000), os missionários capuchinhos, que atuam em Messejana, são originários dos capuchinhos lombardos. Em 1892, os capuchinhos da Província de Lombardia, na Itália, foram designados pela Santa Sé para abrir uma missão indígena na Amazônia, Brasil. A missão, abrangendo Norte e Nordeste do Brasil, possuía interesses e objetivos diversificados, como:

> [...] a administração das Obras Missionárias da Prefeitura Apostólica de Pernambuco, em processo de extinção; as tradicionais missões populares e outras ajudas pastorais, constantemente solicitadas pelos bispos sem padres suficientes para atender a população católica de mais da metade do Brasil; fundação de missões indígenas da alta Amazônia, para proteger as fronteiras como pretendia o Governo Brasileiro; a fundação de Missão Apostólica em sentido jurídico, para organizar novas igrejas locais, como desejava a Santa Sé; e finalmente [...] formar capuchinhos nativos. (MORAES, 2000, p. 33).

Nas entrelinhas desse discurso envolvente, percebemos alguns ideais expansionistas presentes na atuação da Igreja Católica no Brasil. Fala-

[17] Não vamos nos deter no resgate da história de outras congregações ou mesmos de outras fraternidades capuchinhas presentes em Messejana antes do século XX. As informações mínimas e imprecisas e as muitas lacunas associadas à dificuldade de dados históricos nos fizeram optar por recompor brevemente a história das congregações apenas a partir do nosso recorte.

[18] A Província tem oito fraternidades no Ceará, estando presente em quatro dioceses: Fortaleza, Crato, Sobral e Iguatu. As oito fraternidades são: a da Cúria (Convento S. Coração de Jesus, a do Santuário S. Coração de Jesus, a do Pirambu, (Casa de Inserção), a de Messejana, em Fortaleza; e a de Guaramiranga, a de Minerolândia, (Residência Missionária do Município de Pedra Branca), a do Santuário de São Francisco, em Juazeiro do Norte, e a de Sobral (MORAES, 2000).

se até em defesa das fronteiras nacionais, demonstrando o tipo de acordo existente entre Estado (laico) e Igreja; a Igreja atuando próximo às comunidades, ocupando espaços, criando paróquias, seminários, escolas, auxiliando na conquista de uma identidade nacional.

O Norte e o Nordeste representavam uma grande área a ser ocupada e dominada pelas congregações, com suas missões e escolas, pela aproximação com o povo e pela construção de mais igrejas, bem assim a presença de maior contingente de clérigos.

Continuamos o raciocínio apresentando os dois períodos em que se divide o trabalho dos capuchinhos lombardos: período de exploração e fixação da Missão (1892-1922); e período de implantação da Ordem (1928-1966). Por questões internas da Igreja, a missão indígena dos capuchinos lombardos foi instalada no Maranhão, mas vamos nos manter nos acontecimentos no Território cearense.

No Ceará, onde já se encontravam desde 1897, os capuchinhos abriram a primeira residência em Canindé, em 1898, passando a cuidar da paróquia e do santuário. Constroem um convento e o Colégio Artesanal, um orfanato entregue às irmãs capuchinhas e um pequeno seminário. Em 1901, os capuchinhos abrem residência junto à Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Fortaleza, assumindo seus serviços religiosos (MORAES, 2000).

O Seminário Seráfico já funcionava em São Luiz (Maranhão) desde 1928, no Convento do Carmo. Segundo Moraes (2000), o seminário precisava de mais espaço para os seminaristas e, como a maior parte dos alunos provinha do Ceará, os superiores inclinaram-se para este Estado. Cabe salientar, porém, que, segundo o mesmo autor, foram concedidos dois terrenos para a construção do referido seminário: um localizado no Anil, próximo de São Luiz (MA) e outra no Boqueirão da Arara, a 50 Km de Fortaleza. As duas opções foram descartadas; a segunda foi justificada pela distancia de Fortaleza. Os capuchinhos procuravam um terreno de localização calma, próximo da Capital.

> Frei Bernardino, Superior do Convento S. Coração de Jesus, encontrou um sítio ameno chamado Boa Fé, cheio de árvores frutíferas, na margem da Lagoa de Messejana, a 12

> quilômetros de Fortaleza, à beira da BR 116, e se animou a comprá-lo[19]. (MORAES, 2000, p. 124).

Podemos observar os aspectos locacionais envolvidos na escolha do sítio a ser adquirido pela referida Ordem. Em vez de optar por terrenos doados e com localização menos atraente, os capuchinhos preferiram estabelecer seu seminário em área comprada, mas que oferecia determinadas condições: certa proximidade da Capital, estrada de acesso (BR 116), local agradável, clima ameno, próximo à Lagoa de Messejana, grandes terrenos para a expansão dos equipamentos, próximo ao sanatório (Hospital do Coração), com população católica.

Em 9 dezembro de 1934, foi inaugurado o Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil. Em 1937, iniciou-se a construção de novo prédio, mais amplo, para abrigar mais seminaristas. Foi necessário comprar mais dois sítios limítrofes, o Boa Esperança e o Sant'Ana e anexá-los ao primeiro, Boa-Fé (MORAES, 2000). Neste período, o Seminário já contava com 50 alunos internos, alguns vindos do Seminário de São Luiz. O ensino do Seminário abrangia o curso elementar (admissão) e ginasial.

A influência dos padres capuchinhos do Seminário Seráfico já era sentida em Messejana, mesmo antes da construção da casa. Alguns frades tinham sido párocos da Igreja Matriz (1922, 1934). A capela dos frades, a partir de 1922, tornou-se sede da chamada Área Pastoral do Seminário Seráfico, pertencente à Paróquia de Messejana. Os frades e seminaristas coordenavam os trabalhos pastorais em grande parte das comunidades e bairros de Messejana, sobretudo no setor das CEBs, Catequese e Pastoral de Juventude e dos Sacramentos (MORAES, 2000).

Em 1999, a Paróquia de Messejana dividiu o território de atuação dos capuchinhos, deixando as comunidades do Barroso sob os cuidados dos monges cirtercienses; "e os Frades ficaram assumindo as comunidades do Pampulha, Parque Iracema, Sítio S. José, e mais as de Nova Conquista e S. Bernardo em frente ao Seminário". (MORAES, 2000, p. 131).

Até os anos de 1980, os frades do Seminário também eram responsáveis pela assistência pastoral à Capela das Cajazeiras e realizavam

[19] *Tombo do Convento de Messejana – 1934-1966.* fls. 4v- 6v. O registro de compra da propriedade Sítio Boa-Fé pertence a Álvaro de Castro Corrêa.

celebrações eucarísticas e sacramento aos enfermos do Sanatório de Tuberculose (atual Hospital do Coração) e ao Hospital Jesus Sacramentado, em Messejana, enquanto lá trabalhavam as Irmãs Missionárias Capuchinhas.

> Atualmente assistem com celebrações eucarísticas semanais três capelas de religiosas, sobretudo a do Coração de Maria, a da Nova Porciúncula e a da Casa Geriátrica das Capuchinhas; aos domingos a Capela de Santa Tereza. Além disso, animam uma Fraternidade da OFS [Ordem Franciscana Secular] e da JUFRA [Juventude Franciscana], e um Grupo Vocacional. (MORAES, 2000, p. 131).

Todos esses pontos demonstram a forte atuação dos frades do Seminário Seráfico na Paróquia de Messejana. Estes frades, junto com as irmãs capuchinhas, atuavam por meio das pastorais na formação católica dos fiéis da área da grande Messejana, dividindo seus bairros com outras congregações que se instalaram na área. Atuando na educação dita informal pelo trabalho pastoral e na educação chamada formal nos Colégios Seráfico e Instituto Frei João Pedro de Sexto. O próprio nome da avenida (Frei Cirilo), onde está localizado o Seminário, convento e colégios, homenageia um frade franciscano.

3 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO EM MESSEJANA: AMENIDADES E CONTÍNUA EXPLORAÇÃO DO VERDE

Na história de Messejana, o verde, os mangueirais e a lagoa, ocupam lugar de destaque, aparecendo como importantes características para a instalação de sítios de segunda residência, no século XIX; instalação de seminários e demais equipamentos católicos na primeira metade do século XX; construção de sanatório para cuidado com as doenças pulmonares, ou para o tratamento das doenças psíquicas. Tais características ambientais ganham destaque pelas inovações do discurso higienista do século XIX, que foi incorporado pela Igreja Católica e coincidia com as determinações da própria Igreja para seus empreendimentos.

A ligação com o discurso do verde é tão forte em Messejana que, no decorrer dos séculos XX e XXI, com a crescente valorização do verde e exploração da expressão “qualidade de vida”, Messejana continua a vender o verde, os mangueirais e a lagoa como qualidades (em associações a outros aspectos importantes) cruciais para instalação de serviços e equipamentos urbanos de toda ordem.

3.1 MESSEJANA E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Atualmente, Messejana, com seus 249 anos, encontra-se inserida na dinâmica de Fortaleza. Isto, pode ser percebido com a instalação de empreendimentos imobiliários de toda ordem, desde apartamentos residenciais, instalação de grandes lojas de varejo no centro do Distrito, supermercados e condomínios (fechados) de casas e apartamentos nos bairros que compõem o Distrito, além de empresas dos mais variados ramos, instalando-se às margens da BR 116.

Apesar deste crescimento, Messejana ainda consegue manter algumas características que remetem às pequenas cidades: as cadeiras nas calçadas à tarde e o entrosamento entre as famílias que se avizinham.

> Messejana mantém seu caráter independente. Mesmo fazendo parte de Fortaleza, o distrito consegue permanecer com ar de cidade do interior, com ruas apertadas, casas antigas, habitantes simples, conservando grandes áreas rurais[20]. (MESSEJANA COMPLETA 238 ANOS, 1998).

Entre os atrativos de Messejana, o historiador Ribeiro (1982) destaca, logo no início de seu livro, a bela lagoa que, segundo relatos, possuía e ainda hoje possui encantos e proporcionou um clima agradável ao lugar.

> Edificada na margem oriental da lagoa de mesmo nome, à altitude presumível de 10 metros acima do nível das suas águas; lago muito freqüentado por banhistas, por apreciadores do esporte náutico e por contemplativos de belas vistas naturais; possuidora de locais de importantes traços históricos; dotada de clima saudável e daquela vastidão de pomar em que a mangueira predominante não cessa frutificar, Messejana é bem um convite aos turistas, uma atração a visitas de estudiosos de sua história, passeios, estadas de fins de semana e a temporadas repousantes. (RIBEIRO, 1982, p.19).

Esta descrição ajuda-nos a endossar nossa hipótese de que a tranquilidade, as amplas áreas verdes, o ambiente calmo e distante da agitação da Capital, porém de fácil acesso, serviram de local apropriado para a Igreja Católica abrigar seus equipamentos. Este raciocínio de que a Igreja está influenciada pelas diretrizes traçadas pela Cúria Romana aproxima-se do pensamento ocidental vigente no século XIX e que influenciou uma série de mudanças na organização do espaço urbano europeu e brasileiro, iniciando-se pelo Rio de Janeiro e depois se expandindo para o resto do Brasil, atingindo Fortaleza e Messejana.

Trata-se do discurso médico higienista que esteve presente nas discussões dos diversos setores da sociedade no século XIX e primeira metade do século XX, e que modificou costumes e reorganizou os espaços da Cidade. Tais proposições surgem em uma categoria profissional bastante respeitada

[20] MESSEJANA COMPLETA 238 ANOS. **O Povo** – Editoria de Cidades, 04/01/1998.

pelo Poder Público e pela sociedade em geral e ultrapassou as escolas de Medicina, influenciando o pensamento social dos séculos XVIII e XIX. Naquele período, os trabalhos dos urbanistas seguiram a direção que apontava as descobertas da Medicina, utilizando inclusive termos que fazem parte do universo médico (COSTA, 2002).

> Dentre as Ciências Sociais, destaca-se o urbanismo, onde se registram inúmeras metáforas organicistas. O discurso urbano é impregnado pelo linguajar médico. Analogias são feitas entre o corpo social e o corpo humano. A cidade é tratada como um organismo vivo, comparada ao corpo humano, onde cada órgão tem uma função e anatomia peculiar. O planejador urbano tem o papel de diagnosticar os males da cidade e de propor terapias e mesmo cirurgias radicais para extirpar o câncer urbano. (COSTA, 2002, p. 62).

Entre os ideais de cidade, figuravam a ideias de higiene, limpeza, salubridade, beleza, harmonia, racionalidade, equilíbrio, eficiência, arborização, ordenamento, planejamento, funcionalidade etc. Neste movimento, a preocupação central era a saúde. “Suas propostas residiam na defesa da saúde e educação pública e no ensino de novos hábitos higiênicos”. (GOIS JÚNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 41).

O movimento higienista da primeira metade do século XX foi identificado como de caráter coletivo, visando à formação moral das pessoas a fim de ensejar uma sociedade salubre. Entre as novidades, estava a determinação de banhos diários, como na seguinte passagem: “o asseio nos preserva das indisposições, das doenças, ele é para o corpo o que a decência é para os costumes”. (GOIS JÚNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 48).

Nesta direção, criam-se normas que dizem respeito, principalmente, à largura das ruas e altura das casas, todas com o objetivo de favorecer a circulação do ar. Seguindo também as direções apontadas pelo discurso higienista da época, são construídas grandes praças, contendo fontes e as cidades rasgadas por largas ruas, avenidas e *boulevares*. A arquitetura é marcada pela abertura de grandes janelas e portas.

> Cemitérios, matadouros, hospitais, cadeias, fábricas, lixões etc. foram transferidos para a periferia da cidade. Construíram-se

> redes de água e esgoto e passaram a fazer um controle das fontes, rios e chafarizes. (COSTA, 2002, p. 64).

Dentro dessa nova maneira de organizar o espaço da Cidade, foram elaborados os Códigos de Posturas de Fortaleza de 1835, 1844, 1865, 1870 e 1918. Para Messejana, Ribeiro (1982) aponta o Código de Posturas criado em 1837, assinado pelo Presidente José Martiniano de Alencar, e tratava de normas sanitárias, largura das casas, tamanho das janelas, retirada de lixo e sujeira dos espaços públicos, entre outras prescrições.

O pensamento médico higienista defendia a noção de que determinadas doenças deveriam ser tratadas em locais arejados, que dispusessem de clima agradável, proximidade da natureza, calma, afastados dos ambientes mais urbanizados. Tal pensamento levou à escolha de Messejana para a instalação do Hospital do Coração e Doenças Respiratórias, na década de 1930. Basta observarmos a arquitetura do hospital, suas amplas instalações, altura do prédio, tamanho das janelas, os corredores e o amplo espaço ao ar livre, rodeado de árvores e silêncio. Além deste, Messejana ainda recebeu o Hospital Mental, o Hospital Gonzaga Mota e o Hospital Gomes da Frota (Frotinha).

Seguindo esta linha de pensamento, que alimentava as discussões nos séculos XVIII, XIX e inicio do século XX, a Igreja Católica, após o Concílio de Trento[21], definiu os locais mais indicados à oração e à educação. Para aproximar-se mais do sagrado, o homem deveria buscar lugares calmos, afastados, verdes. Messejana, então, aparece como lugar ideal para instalação de seminários e escolas católicas.

As ações da Igreja Católica envolviam a ampliação da atuação, principalmente no que se refere à formação educacional e cristã, sendo baseadas nas determinações tridentinas, pois

> [...] entendia a educação como o cultivo da inteligência e de virtudes, promovendo a educação integral que compreendesse a vigilância sobre os costumes e o cuidado com o adequado desenvolvimento das faculdades da alma. (VASCONCELOS, 2008, p. 412).

[21] O Concílio de Trento aconteceu no período de 1545-1563

Tais proposições foram reafirmadas durante o Concílio Vaticano II, realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, que apresentou também novas diretrizes para o ensino, aplicando-se no exame de pontos fundamentais na questão da educação, atentando para fixação clara daqueles a quem incumbe o dever de educar e demonstrando que a presença da Igreja manifesta-se de modo particular por meio da escola católica. (DANTAS, 2007). Por ocasião do Concílio, foi elaborada a Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a Educação Cristã. De acordo com este documento,

> No cumprimento de sua tarefa educacional, a Igreja se interessa por todos os subsídios que lhe são próprios. Entre estes, figura em primeiro lugar, a formação catequética, que ilumina e fortifica a fé, nutre a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa do ministério litúrgico e desperta para a atividade apostólica. A Igreja tem em alta estima e procura penetrar com sua mentalidade e elevar também os outros meios que pertencem ao patrimônio comum dos homens e contribuem grandemente para aprimorar os espíritos e formar os homens, como sejam os instrumentos de comunicação social, as múltiplas organizações para treino do espírito e do corpo, os movimentos juvenis e sobretudo as escolas. (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONS*,1966, p. 9).

Desta forma, Sousa enfatiza:

> Ao lado de sua missão específica de esclarecer as inteligências com as verdades, originárias da palavra de Deus, reveladas e dirigidas aos homens, a Igreja Católica nunca se descuidou da formação intelectual dos seus fiéis, fundando escolas ao lado das igrejas paroquiais. (2006, p. 41)

Messejana apresenta-se nesses critérios como lugar ideal para os empreendimentos da Igreja. Tal fato foi proporcionado pela distância, porém, com fácil acesso, a natureza preservada, a grande quantidade de mangueirais, a bela lagoa, descrita por José de Alencar no romance *Iracema*; além de ser um espaço com alta ligação com a Igreja Católica, desde sua fundação, ainda como aldeia, depois vila, município independente de Fortaleza e atual distrito e área de expansão da Cidade.

Dessa forma, pode-se supor que as características ambientais de Messejana foram fundamentais para a escolha da Igreja para construção de

seus equipamentos religiosos, tornando assim a área um ponto estratégico para difusão da doutrina católica, pela educação. A paróquia de Messejana ainda realiza festejos em comemoração à catequização e a missões capuchinhas que ainda realizam trabalhos no bairro, por intermédios do convento e das escolas católicas ligadas à referida Ordem. Esse fato pode ser evidenciado na grande festa paroquial que acontece no mês de janeiro, quando são celebrados os mais de 402 anos de evangelização católica.

Messejana conta ainda com o trabalho de congregações franciscanas (e suas dissidências), carmelitas, entre outras ordens religiosas. Vale ressaltar que a paróquia conta com grande número de leigos atuando nas pastorais, além de ser a sede da Comunidade Católica Jesus e Maria (fundada com o apoio e seguindo as diretrizes da Comunidade Católica Shalon).

Referida Paróquia continua atuando como polo, concentrando as principais atividades das paróquias e pastorais da grande Messejana. Os congressos de formação pastoral ou carismática, as principais festas e reuniões mais importantes são realizadas na praça da Matriz aos pés da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, ou no Salão Paroquial, localizado na praça da Matriz. Em muitas ocasiões, também, os conventos e seminários abrem suas portas para tais eventos religiosos. Geralmente, isso ocorre quando se trata de reuniões de formação catequética e espiritual.

As fotos da figura 2 foram tiradas na praça Padre Francisco Pereira da Silva (pároco de Messejana de 1938-1980), mais conhecida como praça da Matriz. A placa está fixada ao lado da porta principal da Igreja Matriz e comemora os 400 anos de evangelização católica de Messejana (1607-2007). Da mesma forma, a faixa que esteve colocada na porção oeste da praça, na frente da Igreja, também comemora a referida data. Esta faixa foi retirada no final do mês de dezembro de 2008.

Recentemente, a Câmara de Vereadores de Fortaleza aprovou dois Projetos de Lei (nº 100, de 11 de março de 2009, e nº 234, de 02 de junho de 2009) que propõem a instituição de três datas comemorativas oficiais para Messejana (documentos em anexo). A primeira data, é 8 de março de 1607 (data da fundação inicial da aldeia de Paupina e que consta há muitos anos nas comemorações religiosas da Paróquia de Messejana, como pode ser observado na Figura 07); 1º de janeiro de 1760 (data da criação da Vila de

Messejana); e 18 de março de 1663 (Carta Régia que denominava a aldeia de São Sebastião de Paupina)[22].

FIGURA 09 – Festejos em comemoração aos 402 anos de evangelização católica em Messejana.
FONTE: PEREIRA, 2008.

[22] As datas apresentadas neste parágrafo foram discutidas no tópico 2.1 do segundo capítulo desta dissertação e os documentos sobre os referidos projetos de lei encontram-se em anexo.

3.2 MESSEJANA DOS SERVIÇOS: EXPANSÃO URBANA – FORTALEZA ENCONTRA MESSEJANA

A cidade de Fortaleza, até o século XX, manteve relação distinta com Messejana. Com o passar dos anos, o crescimento da Capital demandou uma expansão da malha urbana, e Messejana foi, então, incorporada ao tecido urbano de Fortaleza.

Conforme nos mostram os relatos históricos, Messejana desfrutou, em longos momentos de sua história, de autonomia em relação a Fortaleza. Autonomia que, talvez, esteja relacionada ao fato de estar localizada a uma distância de 10 km do Centro da Capital. Com uma história marcada pela fé, religiosidade, serviços de saúde e educação[23], Messejana destacava-se como importante localidade de passagem de pessoas e mercadorias para as regiões sul e sudeste do Ceará (inclusive como rota do gado). Além disso, como se trata de uma área calma, como presença forte de áreas verdes, belas lagoas (entre elas a mais famosa, "lagoa de Messejana") abrigou muitos sítios para segunda residência; muitos de seus proprietários eram famílias ilustres de renome no Ceará.

Este espaço foi incorporado à cidade de Fortaleza no processo de expansão da Cidade. O Distrito de Messejana apresenta nos dias atuais uma forte ligação com o setor terciário. Nesta área, é possível encontrar uma gama de serviços urbanos que variam de quiosques a supermercados; grandes hospitais de referência nos planos estadual de nacional (como é o caso do Hospital do Coração e de Pulmões); ainda podemos citar a grande quantidade de escolas públicas (maior concentração de Fortaleza), e particulares (escolas de renome no Estado), entre estas, as confessionais católicas, pertencentes à Igreja e geridas por suas ordens (principalmente franciscanos e suas dissidências).

Messejana é cortada por grandes vias de acesso, como a BR 116 e a CE 040; além disso, apontamos a presença do bairro do Cambeba (onde fica

[23] Referimo-nos à quantidade e à importância dos equipamentos urbanos ligados à área da saúde e da educação, e não da qualidade dos serviços prestados, principalmente com relação aos hospitais e às escolas públicas.

o complexo administrativo do Governo do Estado), a constante especulação imobiliária e crescente valorização do solo com a construção de condomínios residenciais de alto padrão, principalmente no entorno das avenidas Frei Cirilo, Padre Pedro de Alencar, Washington Soares, na região do Cambeba e no entorno da lagoa de Messejana.

Atualmente, Messejana se configura como área de intensa expansão da Capital, fato evidenciado pelo aumento considerável de empreendimentos imobiliários e empresas que estão buscando o Distrito para alocar investimentos. Esta expansão é viabilizada pela abertura e melhoria de estradas, como a BR 116 e CE 040. A produção do espaço de Messejana conta com a atuação do setor privado, setor público, Igreja Católica, cidadãos, entre outros. Os conflitos e parcerias advindas das relações entre tais agentes constroem este espaço urbano.

3.2.1 Agentes produtores do espaço

Para se investigar a produção do espaço de Messejana, bairro localizado na porção sudoeste de Fortaleza, não podemos ignorar os investimentos do Estado como agente que produz e reproduz o espaço, atuando na valorização e expansão de determinadas áreas da Cidade, seja em parceria com o setor privado ou na tentativa de criar centros urbanos para a Metrópole.

Logo, discutimos as ações e, em alguns momentos, os conflitos que se instalam na referida área de estudo, e que têm reflexo material e simbólico na produção do espaço, na medida em que este é apropriado pelas relações de poder, formando territórios.

Abordamos com esse intuito o conceito de espaço “como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1994, p. 27). O espaço geográfico tem sua objetivação e subjetivação. É fruto da

transformação exercida pelo homem. Todas as relações sociais se realizam num espaço e num tempo determinados.

Sendo o espaço o *locus* da materialidade da vida social, é de suma relevância que façamos referência a este conceito, visto que concordamos com Ana Fani Carlos (2001), quando a este se refere como

> [...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo do processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço.

Podemos, então, dizer que no espaço se materializam as relações sociais e onde é tornada possível a reprodução da sociedade. Para Carlos (2001), as relações sociais se materializam mediante a apropriação do espaço pela sociedade em busca de possibilitar a própria reprodução. Esta reprodução ultrapassa a simples produção de mercadorias e está além do trabalho, ultrapassa a produção de bens para satisfação de necessidades, dizendo respeito à formação do próprio homem e da sua humanidade, englobando a esfera da vida cotidiana.

Ademais, por se tratar de uma área urbana totalmente imbricada nas relações da cidade de Fortaleza, o espaço sob estudo configura-se como urbano, um bairro tradicional da Metrópole, cuja história é repleta de nuanças e de autonomia, construindo-se de forma paralela à própria trajetória da Capital.

Para Corrêa (1995), o espaço urbano constitui o conjunto dos diversos usos da terra, seja para o lazer, o turismo, indústria, comércio, educação, entre outros. Este espaço é fragmentado pelos diversos modos de apropriação, porém o espaço urbano é articulado pela existência dos fluxos. Segundo Corrêa (1995), os fluxos envolvem a circulação de pessoas e de veículos, seja nas operações de carga e descarga de mercadorias, seja nos deslocamentos do cotidiano.

Corrêa (1995) argumenta ainda que o espaço urbano é um reflexo da sociedade e, concordando com Milton Santos (2002), assevera que o espaço urbano é um acumulado de tempos; “(...) é um reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no

passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente". (CORRÊA, 1995, p. 8).

Corrêa (1995) argumenta ainda que o espaço urbano é desigual, exatamente por ser um reflexo da sociedade capitalista, pelas formas desiguais como este espaço é apropriado. Carlos (2001) aponta a cidade e o espaço urbano como mercadorias vendidas aos pedaços. Logo, quem possui maior poder de acumulação se apropria de maior porção do espaço urbano. O capital se apropria de determinadas áreas da Cidade, redefinindo suas funções, descaracterizando bairros tradicionais, redirecionando os fluxos de pessoas no espaço, por meio das mudanças de uso.

Deve-se, portanto, concluir que o espaço urbano é mutável; pois, como reflexo social, acompanha as mutações da sociedade que é dinâmica e complexa, apresentando ritmos e natureza diferenciados. O espaço urbano também é um condicionante social, em razão do papel que as formas espaciais desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção (CORRÊA, 1995). Todas as características expostas tornam o espaço urbano um espaço de conflitos sociais; conflitos que ocorrem entre os agentes produtores do espaço, mas principalmente conflitos buscando o direito à Cidade.

Assim, este espaço, simultaneamente "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais". (CORRÊA, 1995, p. 9). O espaço é um produto social, resultado da acumulação de tempos e da ação dos agentes que o produzem e o consomem.

Carlos (2004) destaca:

> Nessa direção o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida (e no que implica). É um lugar que se reproduz enquanto referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória, nessa direção revelaria a condição do homem e da cidade, enquanto construção e obra. (P. 22).

No contexto de produção do espaço, David Harvey (1980) classifica os agentes produtores do espaço urbano como: usuários (proprietários e não-proprietários); corretores de imóveis; proprietários rentistas; incorporadores e construtores; instituições financeiras; e instituições governamentais. Preferimos utilizar a classificação de Corrêa (1995), que enumera alguns agentes produtores do espaço:

- proprietários dos meios de produção (principalmente os industrias);
- proprietários fundiários;
- os promotores imobiliários;
- Estado (Poderes federal, estadual e municipal e Legislativo, Executivo e Judiciário); e
- a população de mais baixa renda, nomeadas pelo autor como grupo social dos excluídos.

Segundo Corrêa (1995), "a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem". (P. 11).

A ação dos agentes produtores do espaço, constantemente, produz espaços de acumulação na cidade. Isto ocorre pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano; valorização de espaços; renovação urbana; diferenciação e relocação de infraestrutura. Cabe salientar que, a cada mudança no espaço urbano, este permanece fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, embora as formas e funções espaciais sejam modificadas.

É importante ressaltar que estes agentes produtores do espaço não atuam isoladamente. O Governador (político que representa o Estado), também, é um empresário, latifundiário, especulador imobiliário e é povo. Da mesma maneira, comportam-se os demais agentes. Na medida em que produzem, também consomem o espaço. Logo, participam ativamente do processo de reprodução do espaço e da própria sociedade, com base nas suas experiências profissionais e pessoais.

Devemos acrescentar que os três primeiros agentes são os que possuem a renda da terra, o que permite a especulação imobiliária e fundiária. Os proprietários fundiários atuam muitos próximos do mercado imobiliário, são donos de grandes terrenos e procuram elevar o preço da terra por meio da transformação de terras rurais em urbanas e pela pressão sobre o Estado para garantir benfeitorias e infraestrutura nas proximidades de seus terrenos. A terra constitui-se como mais uma mercadoria para a reprodução do capital na cidade. A terra é repartida e vendida aos pedaços. Seu valor está constantemente em decurso de valorização, pois esta não é gasta; terra é sempre terra.

> Os promotores imobiliários são os *agentes* que realizam algumas ou várias das operações como: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção, e comercialização, buscando o lucro pelo valor-de-troca do *espaço*, procurando também a *sobrevalorização* dos terrenos (especulando com os imóveis e assegurando, junto ao Estado, transportes, rede elétrica, de água, telefonia, e de coletas). (FUCK JÚNIOR, 2002, P.114).

Neste cenário, o Estado aparece como agente principal que está envolvido, seja fiscalizando, seja auxiliando os agentes produtores do espaço na satisfação de suas necessidades na valorização de áreas para a obtenção de lucros cada vez maiores.

Segundo Carlos (2001), no processo de divisão do trabalho e de seleção de áreas para valorização na cidade,

> [...] a ação do Estado – por intermédio do poder local - ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. (P. 15).

O Estado age, portanto, como mediador e instrumento de poder que imprime estruturas e desocupa determinados espaços para fins de valorização e especulação.

O Estado impõe sua presença, atuando em todos os lugares com um sistema de controle e vigilância direta ou indireta. Dessa forma, o espaço adquire características de fragmentado, pela ação dos especuladores

imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço; homogêneo, em virtude da dominação imposta pelo Estado; e hierarquizado pela divisão espacial do trabalho que define como serão produzidos e consumidos os espaços (CARLOS, 2001).

> A segregação social e espacial caracteriza-se pela mobilidade territorial. As classes sociais se deslocam fisicamente no espaço urbano. Este deslocamento é, ao que tudo indica, comandado pelo capital imobiliário em seu interesse de produzir novas e luxuosas habitações para a população de alto poder aquisitivo, viabilizando a acumulação e reproduzindo mais adiante a segregação já existente em outra área. (COSTA, 1988, P.134).

Analisando um pouco da história de Fortaleza e de Messejana, bem como os processos de expansão da capital e a crescente valorização do espaço de Messejana, podemos entender como acontence a ação dos agentes produtores do espaço. A construção de estradas que funcionam como verdadeiras artérias da Cidade podem direcionar determinados investimentos e o próprio crescimento urbano. Para Messejana, a construção da BR 116 e da CE 040 representa pontos importantes na conquista e expansão deste espaço da cidade.

3.2.2 Expansão da malha viária e incorporação de Messejana a Fortaleza

No crescimento das vilas de Fortaleza e Messejana, na produção, reprodução destes espaços, destaca-se a importância da BR-116 na aproximação dessas vias. Também podemos mencionar a construção da avenida Perimetral (setor leste) e da CE-040. Estas duas estradas, mostradas na Figura 10, acompanham o crescimento de Messejana e, conseqüentemente, a expansão da Capital, entre elas a BR 116, que acompanha a história do Distrito/bairro e por isso recebe importância significativa na integração entre as antigas vilas.

A BR 116, construída seguindo a velha estrada de acesso à antiga vila de Messejana, configura-se como artéria de altíssima relevância no tocante

ao transporte de cargas e de pessoas, na facilitação e diminuição da distância entre Messejana e o centro da Capital.

FIGURA 10 – Município de Fortaleza, seus bairros e sistema viário principal.
FONTE: Perfil Básico Municipal 2000 - IPLANCE (adaptada por FUCK JÚNIOR, 2002).

Tal estrada originou-se do prolongamento da rua Visconde do Rio Branco (obedecendo ao antigo caminho que fazia a ligação entre as Vilas de Fortaleza e Messejana) (SOUZA, 1978). Em 1794, passou a ser estrada carroçável. No ano de 1836, um trecho da várzea do rio Cocó foi aterrado e construíram-se pontes de madeira que o atravessavam. Em 1932, foi construída pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) a rodovia Fortaleza - Russas – renovando-se o trecho Fortaleza- Messejana. A estrada

era de piçarra, e passou a ser de pedra tosca em 1938. Em 1948, com a criação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), instituiu-se esta rodovia como BR-116 – estendendo-se de Fortaleza-CE a Jaguarão-RS. Desde então, ela passou a ser asfaltada (FUCK JÚNIOR, 2002).

Ao longo da BR-116 encontram-se borracharias, oficinas, postos de combustíveis, fábricas, armazéns, transportadoras, motéis, restaurantes, algumas moradias isoladas, conjuntos habitacionais e sítios. Temos ainda a constatação da existência de terrenos sem uma função à espera de valorização – os chamados vazios urbanos, comuns em áreas periféricas. Analisando a instalação desta estrada, podemos perceber a pretensão do Poder Público em atender a demandas impostas pelos especuladores imobiliários, evidenciando a importância da ação dos agentes na produção do espaço urbano. Deve-se retratar o fato de que, na década de 1970, a BR-116 foi alvo de alterações, entre eles o desvio de 5 km, que retira a Rodovia Federal da área central de Messejana. O Quadro 03 mostra a situação atual da BR 116 no trecho correspondente ao quilometro 1 até a saída da grande Messejana, nos limites com o Município de Itaitinga.

TRECHO	LOCAL DE INÍCIO DO TRECHO	FINAL DO TRECHO	EXTENSÃO Km	SITUAÇÃO
1	FORTALEZA (Avenida Treze de Maio)	Entrada da CE-040 (MESSEJANA)	0 ao 12,2	Duplicada
2	Entrada da CE-040 (MESSEJANA)	Acesso sul de MESSEJANA	12,2 14,4	Duplicada
3	Acesso sul de MESSEJANA	Entrada da CE-350 Acesso sul de MESSEJANA (para ITAITINGA)	14,4 26,7	Duplicada

QUADRO 03 – Situação da rodovia federal BR 116 - trecho de Fortaleza
FONTE: DNIT, 2009 (adaptada)

Outra estrada importante para a expansão urbana da Capital é a CE 040, cujas origens remontam à antiga avenida perimetral. A velha Perimetral, construída em 1962-65 (setor leste), com trechos anteriormente denominados av. Padre Guilherme Wassen e av. Antônio Jucá. “Com a construção da Avenida Perimetral iniciou-se o processo de aterro dos mangues do Rio Cocó, além da expansão da cidade para o leste e o sudeste.” (COSTA, 1988:131).

Com origem nos anos 1970, a descentralização em direção leste é mais evidenciada, com a construção de supermercados em áreas não centrais, a construção do *Shopping Center Um* (1974), na avenida Santos Dumont (que levou bancos e cartórios para a Aldeota) etc.. “Ao longo das avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira e Barão de Studart, desenvolveu-se um comércio de luxo, serviços especializados, mobilizando o setor financeiro”. (COSTA, 2005, P. 82).

A antiga estrada de ligação entre Fortaleza – Aquiraz, e que se iniciava em Messejana, agora denominada de rodovia estadual CE 040, foi prolongada no ano de 1999 e hoje é a principal via de ligação do litoral leste com a Capital alencarina (COSTA, 2005).

Atualmente, o seu início é na avenida Washington Soares, onde estão localizados o Palácio Iracema, sede do Governo Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado e a Universidade de Fortaleza – UNIFOR (criada em 1973), levando a um incremento no fluxo de pessoas, automóveis, mercadorias ao bairro Edson Queiroz (parte da Água Fria) e entorno. Nos anos de 1982, prossegue esse processo, com a construção do *Shopping Center Iguatemi,* ainda no início da av. Washington Soares.

TRECHO		INICIO (Km)	FIM (Km)	EXTENSÃO (Km)	SITUAÇÃO
INÍCIO	FINAL				
Fortaleza (Av. Padre Antônio Thomaz)	Entrada CE-025	0,0	6,9	6,9	Duplicada
Entrada da CE-025	Messejana	6,9	9,4	2,5	Duplicada
Messejana	Anel Rodoviário	9,4	13,7	4,3	Duplicada
Anel rodoviário	Entrada da CE-251 (Eusébio)	13,7	19,0	5,3	Duplicada
Entrada CE-251 (Eusébio)	Entrada CE-527 p/ Aquiraz (norte)	19,0	22,9	3,9	Duplicada

QUADRO 04 – Situação da CE 040 – Trecho de Fortaleza à Aquiraz
FONTE: DERT, 2009 (adaptada)

No Quadro 04 pode se observar o trecho da CE 040 correspondente ao Município de Fortaleza, passando por Messejana. Nesta ocupação da porção sudeste de Fortaleza, como forma de atrair investimentos dos setores privados, pode-se acrescentar a transferência da sede do Governo Estadual da Aldeota para o *Cambeba* – construído na segunda administração do

Governador Virgílio Távora, entre os anos de 1978-1982, ocupando uma área de 47 hectares (seguindo-se a expansão pela av. Washington Soares). O funcionamento deste Centro Administrativo exigiu a implantação de infra-estrutura e serviços, contribuindo para a ocupação e a valorização desta área. Estes investimentos reforçam a função do Estado como maior dos agentes produtores do espaço, à medida que a infraestrutura para a instalação do Cambeba foi sendo implantada, tendo-se observado o rápido crescimento de residências de classe média.

Em 1997, para a mesma avenida, foi transferido o Fórum da Comarca de Fortaleza (do Centro para o Edson Queiroz). Além disso, a construção do Centro de Convenções de Fortaleza bem ao lado da UNIFOR – Universidade de Fortaleza – denota a concentração de equipamentos urbanos para a realização de grandes eventos empresariais e de turismo.

A avenida Washington Soares concentra ainda serviços e equipamentos que estão entre os mais sofisticados da Capital. Nela podemos encontrar todos os tipos de serviços especializados de alto padrão, supermercados, escolas[24], clínicas médicas e veterinárias, universidades, equipamentos de justiça. Recentemente foi inaugurado (2008) o *Shopping Via Sul*, no cruzamento da av. Washington Soares com a av. Oliveira Paiva, em direção ao bairro Messejana. Este *shopping* conta, entre outras coisas, com sala de cinema com projeção de filmes em terceira dimensão (3D).

A avenida em questão foi transformada pelo Governo do Estado em rodovia (CE 040), fazendo parte do plano de desenvolvimento turístico do Estado do Ceará, sendo chamada também de “Costa do Sol Nascente”. Atualmente é uma das vias de grande circulação de mercadorias, população e serviços especializados entre Messejana e Fortaleza. Nesta rodovia, há um crescente econômico, onde instituições educacionais, de lazer e serviços são sua marca predominante.

Estes investimentos dos agentes produtores do espaço, seja o Estado ou a iniciativa privada, apontam o direcionamento da expansão e a finalidade do crescimento que um determinado espaço possuirá. É possível, como podemos observar, direcionar e até ditar qual será o futuro de uma

[24] Entre as grandes escolas localizadas na referida estrada, temos: Colégio Ari de Sá Cavalcante, Colégio Irmã Maria Montenegro, e Liceu de Messejana.

determinada área da Cidade, bastando verificar que tipo de atenção, que investimentos são implementados. Torna-se sensível o fato de que a região sudeste de Fortaleza se confirma como zona de forte expansão da Capital. Fortaleza é uma cidade polinucleada, onde os subcentros conseguem atender a todas as necessidades (ou boa partes delas) sem que seus habitantes precisem se direcionar ao centro da Capital.

Segundo FUCK Júnior (2002),

> Atualmente, a *policentralidade*, ou *polinucleação*, aparece na malha urbana municipal nos principais *subcentros* localizados na Aldeota (e adjacências), na Av. Washington Soares, na Av. Oliveira Paiva e no bairro de Messejana ("Zona Leste"), e no Montese/Parangaba, na Maraponga e na Av. Bezerra de Menezes ("Zona Oeste"). Na Cidade de Fortaleza tem-se, então, uma *configuração territorial* simultânea por *setores de círculos* (VILLAÇA*, 1998*) e viária-*radioconcêntrica* (SOUZA, *1978*; SILVA, *1992*), desta última advinda uma formação de sucessivos "anéis periféricos" na região metropolitana (P. 41).

Cabe ressaltar, ainda, a duplicação das avenidas Frei Cirilo e Padre Pedro de Alencar na década de 1990. Todos estes investimentos na melhoria da circulação tornaram Messejana uma área de forte expansão, um subcentro importante, onde os habitantes e visitantes conseguem resolver seus assuntos e consumir serviços de toda ordem, sem a necessidade de deslocamento para outra parte da Cidade. Existem, por certo, serviços que atraem população de outras áreas de Fortaleza, como os serviços médicos, de lazer e educacionais.

3.3 CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS

O sistema rodoviário de Messejana, aliado ao seu histórico potencial para os serviços, evidenciado pela análise dos planos de organização e divisão espacial de Fortaleza, denotam a vocação da área para o setor terciário. Ao longo de sua história (comentada no capítulo 1), Messejana recebe equipamentos urbanos pertencentes ao setor de serviços. Citam-se como exemplos o Hospital do Coração, o antigo Cinema, a feira (ponto forte do comércio local), os seminários e escolas confessionais católicas.

Podemos destacar a presença de importantes instituições financeiras, como o *Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú* (cabe salientar este último não é um banco comum nos bairros de Fortaleza e sua instalação demonstra o elevado nível do setor de serviços em Messejana). Esta agência atende clientes do Distrito como também de habitantes de municípios da Região Metropolitana, como Eusébio, Aquiraz, Itaitinga, Horizonte e Pacajus.

Messejana caracteriza-se como ponto importante de ligação entre Fortaleza e demais regiões do Estado, bem assim para os estados localizados ao leste do Ceará. Recentemente, foi construída a rodoviária de Messejana, localizada ao lado do Terminal de Messejana. O Terminal de Messejana foi criado na década de 1990, como parte da integração dos espaços da Cidade, visando ao encurtamento das distâncias, viabilizando a circulação dos habitantes de Fortaleza. Antes da construção dos terminais de ônibus de Fortaleza, os ônibus que serviam aos bairros do Distrito de Messejana seguiam diretamente para o centro de Fortaleza, passando pela área da praça Matriz de Messejana. Para deslocarem-se para outras partes da Cidade, os transtornos eram imensos e se perdia muito tempo nos deslocamentos, além do gasto com o número de passagens.

Especulação imobiliária

Com a virada do milênio, observavam-se o adensamento e a diversificação dos investimentos em Messejana. São percebidos empreendimentos, como grandes redes de supermercados, número maior de lojas de eletrodomésticos; reforma da praça central de Messejana, que incluiu sua ampliação, a urbanização da lagoa que dá nome ao bairro e a construção da estátua de Iracema (vide figura 3, capítulo 1) em homenagem ao romancista José de Alencar (obra realizada no último mandato do prefeito Juraci Magalhães, na tentativa de inserir Messejana no roteiro turístico da capital).

Recentemente, Messejana se apresenta como um grande canteiro de obras, principalmente de apartamentos e condomínios residenciais de alto padrão. Entre estes destacamos os investimentos *Vivace Residence* (das construtoras: Marquise do Ceará e Cyrela de São Paulo) na entrada do Cambeba. Outro condomínio é o *Vitalice Club de Viver*, pertencente às construtoras MRV Engenharia e Participações S/A & Magis Incorporações LTDA, localizado nas proximidades das escolas pertencentes à Igreja Católica. Este último ocupará uma área de 9.720,34 m^2, contando com 200 apartamentos, 216 vagas de garagem, academia, jogos, sauna, entre outras comodidades. Ambos os condomínios citados estão sendo construídos na avenida Frei Cirilo.

O condomínio *Acquaviva Naturalist Home Resorte*, da construtora CRD Engenharia, na avenida Padre Pedro de Alencar (continuação da av. Frei Cirilo), está em frente ao prédio da Secretaria Regional VI. Observemos o seguinte anúncio da construtora, em matéria no jornal *O Estado*:

> Morar com a qualidade de vida e o ar puro do campo, mas sem sair da capital cearense. Esse é um dos prazeres proporcionado por esse grande empreendimento da CRD Engenharia, o Acquaviva Naturalist Home Resort, um belo complexo formado tanto por casas como por apartamentos. Possibilitar uma grande área verde, onde os moradores possam estar sempre em contato com a natureza, sem abrir mão de uma grande infraestrutura, onde se encontrarão belas casas e apartamentos, ruas silenciosas e um clima gostoso e bucólico, assim é o novo conceito de morada que a CRD Engenharia está oferecendo, um Home Resort. (CRD ENGENHARIA REALIZA..., 2009).

Podemos verificar neste trecho da matéria os mecanismos e as estratégias de *marketing* que são utilizadas de maneira geral por todos os empreendimentos em construção na área de Messejana. Todos procuram destacar como principais atrativos as grandes áreas verdes existentes no bairro, clima agradável, lugar bucólico, o sossego de cidadezinha do interior, não esquecendo de destacar a proximidade da lagoa de Messejana e da Igreja Matriz[25]. Este lugar, além de ser um paraíso no contato com o meio ambiente, oferece ampla infraestrutura de serviços e lazer, além de facilidades de acesso rodoviário. Destaca-se ainda a proximidade com a avenida Washington Soares, um dos principais corredores de comércio e serviços de Fortaleza.

Estes condomínios ocupam terrenos de alguns antigos sítios que podiam ser encontrados no entorno das principais avenidas de Messejana, talvez à espera de valorização do solo urbano. Alguns destes são terrenos grandes, com capacidade para receber condomínios com toda a infraestrutura de academias de ginástica, parquinhos, amplas áreas de lazer e apartamentos de cerca de 200 mil reais.

O processo de verticalização em Messejana iniciou-se de forma acanhada nos anos 1990, com a construção dos primeiros prédios na entrada do bairro, nas proximidades da BR 116, e na área do Cambeba. Atualmente, como demonstrado, Messejana apresenta-se como local de atração para o mercado imobiliário que é contagiado por esta "onda verde", quando todos se dizem preocupados com as questões ambientais e com a "qualidade de vida" (expressão muito utilizada nos discursos de todos os setores da economia, porém não há um consenso na definição do que é tal coisa). Esta expressão não pode ser considerada um conceito, pois não existe uma definição acerca de qualidade de vida. Isso pelo simples fato de ser algo muito abstrato, na medida em que "qualidade de vida" varia não só entre classes sociais, entre países, entre culturas, como também varia entre os indivíduos de maneira geral; implicando no fato de que o que é considerado como "qualidade de vida" para um pode facilmente não ter o mesmo significado para outro.

[25] Como foi explicitado no início deste capítulo, Messejana continua a ser reconhecida pelas suas características ambientais. Tal discurso é aprimorado acompanhando as tendências do mercado capitalista; porém, as descrições que acompanham Messejana dão conta das mesmas características valorizadas atualmente, no mercado imobiliário.

O capitalismo não poderia se colocar à parte. Ao contrário, estuda formas de acumular ante as discussões mundiais de busca de melhor "qualidade de vida" e insere em seus investimentos locais que possuem atributos naturais associados a facilidades de infraestrutura. Para tanto, os especuladores imobiliários pressionam o Estado a instalar toda a infra-estrutura necessária, como estradas, saneamento básico, energia elétrica, sistema de transporte urbano, entre outros.

Outras vezes as próprias imobiliárias, aproveitando os equipamentos (vias de acesso, energia, etc.), instalam uma composição de bairro com equipamentos diversos, como escolas, academias, lojas, padarias, a fim de atrair moradores para condomínios onde a única necessidade de saída seja para o trabalho, onde todas as outras necessidades seriam supridas sem sair do condomínio.

Em Messejana, temos o exemplo de um condomínio chamado *Bairro Novo*, em construção, vendas iniciadas na planta, e que tem esta filosofia. Em matéria no jornal *O Povo* (2009), a empresa Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários comenta que Messejana foi escolhida pela facilidade de acesso e por concentrar uma população que se harmoniza ao perfil do projeto. O condomínio/bairro contará com estrutura de condomínio fechado com ruas pavimentadas, iluminação e rede de esgoto e água. Serão ao todo 5.436 unidades, entre casas e apartamentos. A área total do empreendimento será de aproximadamente 850 mil m^2.

O próximo tópico traz uma discussão sobre a atuação da Igreja Católica na produção do espaço. Historicamente, esta instituição traça estratégias de manipulação das massas, a fim de conseguir vantagens políticas e econômicas.

3.4 A IGREJA COMO AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO

É preciso difundir e compreender que os estudos dos aspectos socioculturais têm tanta importância como qualquer outro elemento, para compreender e interpretar a construção histórica do espaço geográfico. Com efeito, este trabalho tenta aliar as temáticas da religião, espaço e educação, envolvendo as ações instrucionais da Igreja Católica, como agente (re)produtor de determinadas condições sociais, à medida que esta se apropria, organiza, produz e reproduz o espaço ao seu redor.

Desta forma, podemos dizer que o espaço da religião está incluído no espaço geográfico, pois ao se fazer uma análise, um estudo do sagrado, os geógrafos abordam categorias geográficas como população e território e, além disso, os fenômenos e as ações dos agentes produtores do espaço (no nosso caso a Igreja) se espacializam. Ao propor uma abordagem crítica da dimensão espacial da cultura deve-se priorizar os componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura no lugar. (ROSENDAHL, 2009).

Santos (1999) defende a idéia de que o espaço da religião é uma complementaridade entre o *espaço do visível* (que se refere aos lugares sagrados: igrejas, centros espíritas, templos, terreiros, sinagogas, mesquitas etc., e à dinâmica social aí presente) e o *espaço invisível* (que se refere à subjetividade, ao imaginário, à filosofia das religiões, enfim, às concepções de céu, inferno, purgatório e todos os possíveis e imagináveis lugares do pós-morte, do além, do outro mundo).

A Igreja Católica é entendida, nesta análise, como agente produtor do espaço, atua de maneira planejada, buscando maximizar sua atuação na vida das pessoas, com o objetivo de manter seu *status* de religião principal do Brasil, religião da maioria, além, é claro, de influenciar decisões políticas mediante pressão ou alianças com os governantes. É relevante salientar a estratégia geopolítica como esta instituição planeja e desenvolve suas atividades, atuando em variados ramos e movimentos da sociedade, sempre procurando incluir-se e mostrar-se presente e atuante.

Pode-se observar a atuação da Igreja Católica nos movimentos sociais, na saúde, na política e na educação (que é um dos seus pontos fortes

e nosso foco de pesquisa). Para verificar esse fato, o próximo capítulo trará uma breve discussão que evidenciará a atuação da Igreja no campo educacional, mostrando a maneira como esta a atinge as diferentes camadas da sociedade com seus projetos.

Consideramos a Igreja Católica como agente produtor do espaço, visto que possui, mesmo no contexto de laicalidade – que no Brasil remonta ao período da Constituição de 1891, época da separação entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica – uma atuação marcante na sociedade, ditando normas de conduta e atuando ativamente nos mais variados ramos da sociedade. No tocante à área de estudo, percebe-se uma intensa ligação do bairro com a Igreja Católica. Verifica-se a presença da Instituição em cada canto de Messejana, seja com suas igrejas, casas de oração, escolas, seminários, conventos.

A Igreja Católica, na tentativa de promover a manutenção de seu poder, reelabora continuamente suas estratégias. Entre os mecanismos utilizados pela Igreja para dinamizar e difundir seus pressupostos e ideais (além do já comentado aumento do número de escolas confessionais e dos seminários) foi o de desenvolver uma estratégia política de ampliar o quantitativo de dioceses e paróquias no Brasil.

Em 1914, a Diocese do Ceará foi elevada a arquidiocese, facilitando a constituição de uma estrutura eclesiástica estadual com base na divisão do Estado em dioceses sufragâneas e paróquias nas áreas em decurso de crescimento econômico. “Com esta ação a Igreja garantia a sua inserção nesta nova sociedade civil, atuando como força espiritual dominante e influenciando, principalmente por meio da educação, nos centros econômicos regionais”. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, P. 116).

Observa-se, preliminarmente, um posicionamento quase estratégico da Igreja em Messejana, de tal forma a viabilizar a participação desta em todos os espaços do bairro e na vida de seus moradores. Basta lembrar que o principal marco do bairro é a Igreja Matriz, marco dos 402 anos de evangelização católica, iniciado com a chegada dos padres jesuítas à então aldeia de Paupina, hoje Messejana.

Assim, pode-se dizer que a cidade é produto, é espaço de poder, é o local da produção e da reprodução da sociedade, mas é também um espaço de

cidadania. Pode-se, portanto, proferir que os diversos agentes atuantes na produção do espaço também o consomem, pois não atuam apenas na esfera da produção. Assim concordamos com Carlos (2004), quando destaca o fato de que

> A análise espacial da cidade revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática social. (P.19).

Assim, percebe-se que não é possível estudar o território sem compreender o espaço e sua fragmentação, que criam os territórios. Desse modo, podemos dizer que as dimensões espaciais nos situam diante da articulação *sociedade – espaço,* na medida em que a produção da vida social, no cotidiano das pessoas, não representa apenas a produção de bens para a satisfação das necessidades materiais, mas também a produção da humanidade do homem, colocando-nos diante da produção social do mundo (CARLOS, 1997, P. 306).

Acrescentam-se ainda as afirmações do professor Eliseu Spósito, quando este se refere à cidade como “um território particular ou uma combinação de territórios, que depende de realidades, mecanismos ou escalas bem diferentes. [...] A cidade é o lugar do poder. (2008, P. 18-19)”. E todo este papel de centralidade conferido à cidade a torna algo atraente para a ação dos agentes produtores do espaço para dominá-la.

A Igreja Católica não foge a essa regra, bastando verificar que a instalação das dioceses em todo o Brasil, principalmente no Ceará, ocorrem em momentos de ascensão econômica das áreas escolhidas. Em virtude desta ação planejada de espacialização é que surge a necessidade do uso do conceito de território que, segundo Souza (1995), é delimitado com base nas relações de poder, visto que a Igreja é aqui percebida como instituição de poder que domina e influencia o espaço, mediada por suas ações instrucionais.

A Igreja Católica, na qualidade de agente empreendedor, viabiliza em muitos casos o crescimento populacional, imobiliário e econômico das áreas onde instala seus equipamentos. Escolhe os locais de acordo com estudos detalhados, e, mediante discussões com os segmentos da sociedade,

deixa clara sua ação como centralizadora, planejadora e investidora urbana (VASCONCELOS, 2006); utilizando a religião como arma, como forma de aproximação das camadas da sociedade, na tentativa de influenciar nos segmentos político, econômico e cultural.

Para Raffestin (1993), a religião assegura a mediação. O sagrado e o profano são distinções que exprimem o poder. Um só existe com o outro. “Há relações recíprocas e próprias no interior de cada um desses mundos, mediatizadas por fatos políticos, sociais, culturais e econômicos”. (RAFFESTIN, 1993, P. 120).

Segundo Raffestin (1993), a religião tem o papel de administrar o sagrado, apresentando-se como a soma das relações entre ohomem e o sagrado. “a crença os expõem e os garantem. Os ritos são os meios que os asseguram na prática”. (RAFFESTIN, 1993, P. 120).

A religião é assim um instrumento de comunicação e comunhão com o sagrado manipulado pelas organizações. “Sendo uma organização, toda igreja se comporta da mesma maneira que qualquer outra organização: procura se expandir, controlar e gerenciar” (RAFFESTIN, 1993, p. 127), procura codificar o meio pelo sagrado.

A religião continua a ser uma importante via de poder. Devemos acrescentar, porém, que a religião está além da mediação entre o sagrado e o profano. Esta, na verdade, é um poderoso instrumento político de dominação e controle, utilizado de forma estratégica por grupos que de interesse particular. Não se pode desprezar o fato de que, em nome da religião, conflitos armados persistem com duras consequências para a humanidade.

Dessa forma, pode-se entender as estratégias da Igreja Católica, bem como das religiões em expansão, no sentido de angariar mais fiéis e de tornar-se mais forte no cenário da sociedade, pois se trata da dominação de corpos e mentes em prol dos objetivos das organizações religiosas.

Em nossa pesquisa, foi necessária a análise de documentos, tanto aqueles pertencentes à Igreja Católica, quanto documentos das escolas confessionais; na intenção de enxergar o discurso e a ideologia presentes nas entrelinhas dos documentos, a fim de entender e discutir os conflitos que se instalam na área de estudo e que possuem reflexo na construção e reprodução do espaço urbano e consequentemente nos territórios.

Realizamos a pesquisa desde uma perspectiva crítico-dialética, que nos permite visualizar e discutir as contradições nas relações sociais materializadas no espaço e que deixam marcas na sua produção.

Em nossa análise, foi possível perceber como a Igreja Católica, na organização do espaço, consegue direcionar ações do poder público mediante sua força junto as comunidades. Entre as manifestações que comprovam esta forte atuação, temos recentemente a criação de um bairro na região da grande Messejana, que tem como idealizador um membro do clero responsável pelo Mosteiro de São Bento, Dom Beda Pereira de Holanda.

Criação do bairro de São Bento

Estamos acompanhando o desenrolar de mais um investimento católico na área pertencente ao Distrito de Messejana. Segundo dados de 2000 (IBGE), o Distrito de Messejana possui 27 bairros. Ente eles, está o bairro Paupina, que no mês de dezembro de 2008 teve seu território alterado pela criação do Bairro de São Bento, dividindo o território pertencente ao bairro Paupina. Para entender essa história, vamos falar um pouco sobre o Mosteiro de São Bento, construído há 15 anos na parte alta da Paupina.

O Mosteiro de São Bento fica na rua Luís Fidélis, 939, na Comunidade da Paupina, em Messejana. Foi fundado há 15 anos e atualmente lá vivem oito monges que têm como prior (superior) Dom Beda Pereira de Holanda. Os monges beneditinos rezam a missa, aos domingos, com cânticos gregorianos e orações em latim na capela do Mosteiro, em Fortaleza. É a única missa nesse estilo na Capital. O canto de entrada é em português, mas logo começam os cânticos gregorianos e as orações em latim, como o Credo e o Pai-Nosso.

FIGURA 11 – Mosteiro de São Bento
FONTE: O Povo, 2009

"Celebramos de acordo com o missal de Paulo VI, aprovado no Concílio Vaticano II (1962-1965), não é a celebração de acordo com o missal de São Pio V, a chamada missa tridentina (por causa do Concílio de Trento) que é da época de 1500", destaca o prior do Mosteiro de São Bento, dom Beda Pereira de Holanda (MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE FORTALEZA, 2007).

As celebrações do mosteiro atraem muitos fiéis pelo ambiente tranquilo e pelas celebrações em latim, porém nos chamou atenção a reportagem exibida pela *TV Verdes Mares* no jornal *CETV 1ª edição*, onde Dom Beda falou da criação do Bairro de São Bento. Segundo o entrevistado, ele participou da construção do Mosteiro e também do abaixo-assinado entregue à Câmara Municipal de Fortaleza. O documento pediu o desmembramento da parte alta do Bairro Paupina, que passou a se chamar Bairro de São Bento. Segundo Dom Beda, este era um apelo da comunidade e sua criação teria sido amplamente discutida com a ela.

O curioso neste episódio é que Dom Beda fala na matéria há pouco citada a respeito de um abaixo-assinado pela criação do Bairro do São Bento. Em conversas informais com algumas lideranças e com moradores das comunidades de Alto Alegre, Parque Itamaraty e mesmo na Paupina, entretanto, houve unanimidade em afirmar que os habitantes destas

comunidades inseridas no recorte no novo bairro não tomaram conhecimento de tal movimento.

Segundo dados de pesquisa ainda em andamento[26], a maior parcela da população da Paupina não costuma frequentar as missas do Mosteiro (visto que existem outras igrejas católicas dentro destas comunidades, inclusive a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; e também pela distância do referido templo). A tabulação dos dados aponta que, além de não frequentar, boa parte das comunidades envolvidas no recorte do São Bento sequer conhecem o Mosteiro. Os entrevistados são unânimes em declarar que não assinaram nenhum documento para a criação do bairro, na verdade, os moradores dizem desconhecer a novidade. Consta, porém, no documento da Câmara Municipal de Fortaleza que o pedido da criação do São Bento partiu de ação popular, pelas assinaturas dos moradores.

O documento traz também como justificativa o fato de o Mosteiro atrair grande número de pessoas para suas celebrações. Se os habitantes da Paupina dizem não ter assinado documento algum, então, quem foram as pessoas que firmaram o abaixo-assinado? A quem interessaria a criação de tal bairro? Que interesse a igreja e/ou os políticos envolvidos teriam na criação do bairro do São Bento? O que se sabe é que o Parque Itamaraty foi dividido, ficando parte da comunidade pertencendo a Paupina e parte ao São Bento. Resta saber se o posto de saúde, a única escola pública e a creche, que ficaram na parte pertencente à Paupina, vão continuar a atender os moradores agora pertencentes ao São Bento.

A resolução foi publicada no *Diário Oficial* do Município. De acordo com o documento

> Art. 1º - Fica denominada Bairro São Bento uma área de Fortaleza, constituindo-se em um novo Bairro de Fortaleza, conforme croqui de localização em anexo. Parágrafo Único - O bairro a que se refere o caput em contornos assim delimitados: inicia na confluência da rua limite oeste do Conjunto

[26] A ONG ASIS – Ação Solidária de Integração Social - está fazendo pesquisa de caráter socio-econômico nas comunidades do bairro Paupina. A ONG ainda não reconhece o Bairro São Bento e em seu questionário levanta algumas questões acerca do Mosteiro e da criação do bairro. A análise dos questionários demonstra o que já era esperado: a população não tomou conhecimento do bairro São Bento e a maioria (que é católica) nunca sequer visitou o Mosteiro. Esse dado reforça o questionamento: qual o interesse do Mosteiro ou da Igreja Católica na criação desse bairro?

> Habitacional Paupina com a Avenida conhecida como Avenida Barão de Aquiraz e como Rodovia - Ce - 040, seguindo por essa rodovia, no sentido sul, até encontrar o riacho Coaçu, seguindo por esse riacho, no sentido sudoeste, até encontrar a rua conhecida como Rua Duarte Coelho, seguindo por essa rua, no sentido oeste, até encontrar a rua conhecida como Rua Antero de Quental, seguindo por essa rua, no sentido norte, até encontrar a rua projetada no limite norte do Conjunto Alto Alegre, seguindo por essa rua projetada, no sentido leste, até encontrar a rua conhecida como Rua Prof. Francisco Carlos, seguindo por essa rua, no sentido norte, e depois pela rua limite oeste do Conjunto Habitacional Paupina, até o ponto inicial. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ANO LVI, FORTALEZA, 2008, P. 15).

Abaixo segue Figura 12 que demonstra os limites do novo bairro:

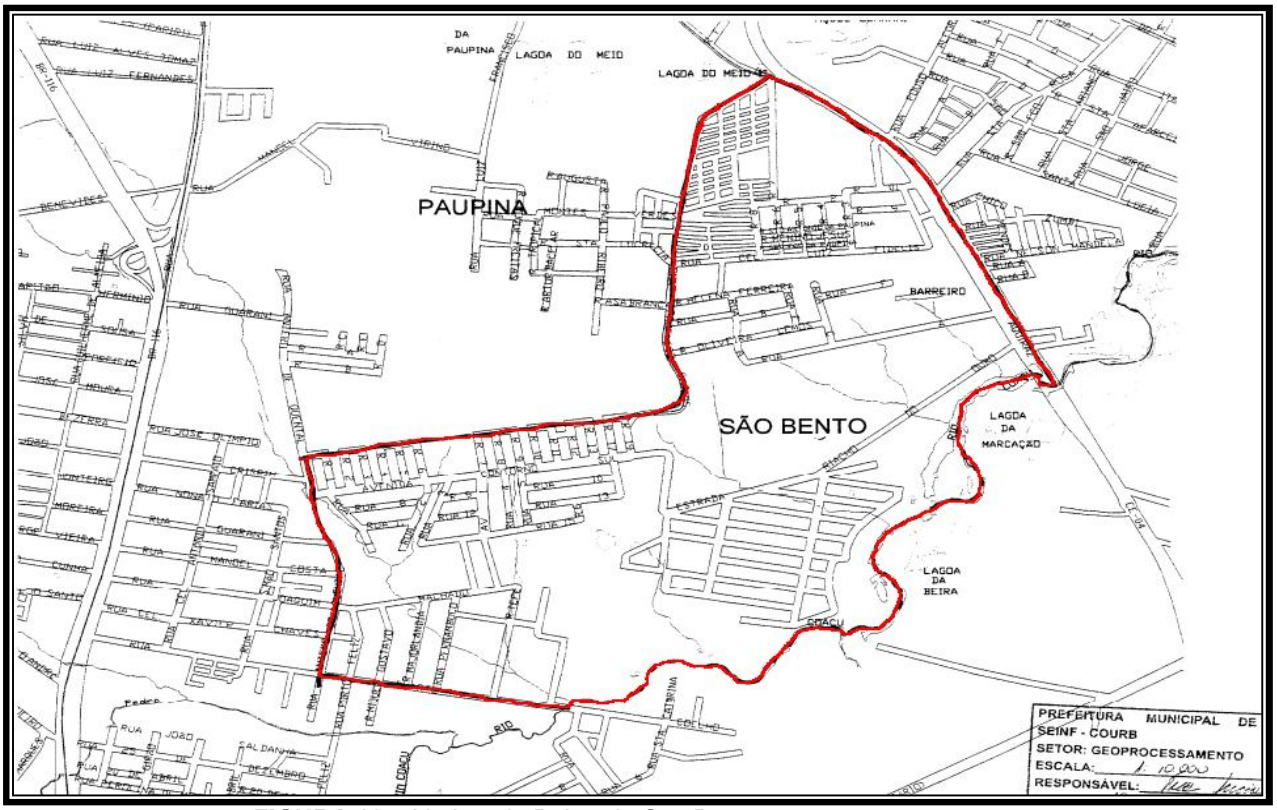


FIGURA 12 – Limites do Bairro de São Bento
FONTE: Diário Oficial do Municipio de Fortaleza, 2008, p. 15

Como a pesquisa realizada pela ONG ainda está em andamento, não podemos apresentar dados ou tabelas, porém a tabulação dos indicadores aponta para o total desconhecimento dos habitantes das comunidades supracitadas sobre o novo bairro, e, na maioria, em relação ao próprio Mosteiro.

4 A IGREJA CATÓLICA PRODUTORA DO ESPAÇO

4.1 A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO ESTADO LAICO BRASILEIRO

Manoel (1999) garante que, para os clérigos, a razão da Igreja não mais se apresentar como os princípios basilares de referência humana advinha de uma sociedade que se tornava pagã. Logo, cabia ao catolicismo restaurar a fé, por meio da recristianização da humanidade.

Segundo Manoel (1999)

> No período – 1800-1903 - pontificaram papas como Gregório XVI e Pio IX, cuja direção pastoral foi fechar a possibilidade de qualquer contato entre a Igreja e o "século" e, por meio desse isolamento, preservar a doutrina católica das contaminações do materialismo, do racionalismo e do liberalismo como também, mais tarde, do comunismo (MANOEL, 1999; P.208).

O isolamento buscado pela Igreja, e que o autor destaca, se refere à posição católica de se opor às mudanças a que a sociedade assistia, principalmente no campo da ciência. A Santa Sé era "contra" o capitalismo (apesar de ter contribuído com o modo de produção), contra a Teoria da Evolução, mas se opunha com maior veemência ao Comunismo, pois tudo isso afastava, segundo ela, o homens do seu Criador, na medida em que colocavam dúvidas sobre a importância da Igreja Católica para a vida das pessoas.

> A Igreja Católica, instituição pautada pelo caminho da salvação, rejeita a teoria do progresso contido no pensamento racionalista, porque as facilidades da vida moderna levam à perdição humana e o conhecimento é fonte da revelação divina e não "construção da razão". (ANDREOTTI, 2005, P.1516-1517).

No anseio de restaurar sua centralidade, ao longo de sua história, a Igreja Católica traçou vários projetos, na tentativa de viabilizar a manutenção

do seu poder político, cultural e econômico. Entre suas ações, podemos destacar a formação de intelectuais, cujo objetivo era, e ainda é, a defesa dos ideais dessa Instituição.

Desde o século XIX, a Igreja preocupou-se com a formação de um catolicismo conservador no Território brasileiro, que visava a minar qualquer forma de catolicismo popular que aqui se formasse. Assim, entre as práticas tomadas pela Igreja Católica, temos a construção de escolas e seminários no País.

Segundo as afirmações de Orlando e Nascimento (2007),

> [...] tais ideais romanizadoras só encontrariam sua efetivação no desenvolvimento de uma postura onde o clero assumisse com maior clareza o papel de educador da população, desenvolvendo uma educação sistemática que promovesse a recristianização do povo brasileiro e a recuperação do poder e da influência religiosa na vida pública (ORLANDO; NASCIMENTO, 2007, P.181).

Dessa maneira, entendendo que a educação de seu rebanho se apresentava como meio mais eficaz para disseminação de suas ideias religiosas e políticas, a Igreja investe maciçamente no ramo da educação, tanto das classes mais abastadas, quanto das classes mais pobres da população, não por acreditar na igualdade dos homens, mas por perceber a necessidade de formar defensores de seus ideais e preceitos em todas as camadas da sociedade, demonstrando o seu poder como religião da maioria.

Tomando como base as afirmações de Herbert E. Wetzel (1973), é possível dividir a história da Igreja no Brasil em quatro partes:

- O primeiro momento vai do descobrimento à expulsão dos Jesuítas por Marquês de Pombal (1759). A catequese, o ensino e a pregação começam com os Jesuítas.
- O segundo representa o período que vai da expulsão dos jesuítas à extinção do Padroado, com separação entre Igreja e Estado, em 1891.
- O terceiro surge com a extinção do Padroado (1891). Período da renovação da Igreja, com o renascimento católico, inclusive na

camada intelectual, com Carlos de Laet, Jakson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima. Florescem as Ordens e Congregações. Início do pluralismo religioso com a tolerância de todas as religiões pelo Estado e vai até o Concílio do Vaticano II;

- O quarto período estende-se do Concílio Vaticano II (1962-1965) aos nossos dias, onde se aprofunda a vivência cristã comunitária e a opção e co-responsabilidade pessoal, em contraposição ao catolicismo folclórico, tradicional e formalista. Começa uma efetiva participação de leigos em ministérios (diaconados, ministros de eucaristia, catequese e ação missionária) e estrutura-se o ecumenismo.

É importante perceber-se que a Igreja Católica, no decorrer de seus dois mil anos de história, nem sempre foi a mesma, uma vez que muitas de suas ações foram ao longo do tempo modificadas de forma a se adequar às transformações por que a sociedade passou, impondo à Instituição mudanças doutrinárias e políticas. Essas transformações pelas quais a Igreja passou (e passa até os dias atuais) conferem a ela um caráter dinâmico.

A geógrafa Zeny Rosendahl (2009) garante que

> [...] os sucessivos rearranjos espaciais que a Igreja Católica apostólica Romana constrói se modificam lentamente há vários séculos, com a finalidade de melhor corresponder à afirmação de seu poder. (P. 312).

A autora acrescenta que “tal poder pode responder duas funções principais: uma de ordem religiosa e outra de ordem política” (ROSENDAHL, 2009, P. 312)

4.2 O REGIME DO PADROADO: A BENÇÃO DO IMPERADOR SOBRE A IGREJA

O regime do padroado no Brasil, segundo as afirmações de Vasconcelos Júnior (2006), é definido:

> O padroado foi, durante o colonialismo, o consenso mais visível da relação entre o poder temporal e eclesiástico para a formação de um projeto colonizador da monarquia portuguesa e o projeto missionário da Igreja Católica no Novo Mundo. Por conta do Padroado cabia ao Rei de Portugal recolher os dízimos, apresentar os postulantes aos cargos eclesiásticos e prover as condições para o culto, ao mesmo tempo que enquanto reis conservar o direito de propor a criação de novos bispados e seus titulares. Com a Independência do país, o mesmo direito foi colocado nas mãos do Imperador brasileiro pelo Papa. (P. 114).

No Brasil, esta relação entre Coroa e Igreja é perceptível desde a colonização, com a presença dos padres da Companhia de Jesus, que desenvolveram relevante atuação na catequização indígena, subordinando estes povos, por meio de um processo xenofóbico, na tentativa de facilitar a tomada do território do Brasil colonial. Em troca, a Coroa Portuguesa garantia o monopólio religioso aos católicos, proibindo a entrada de outras religiões. Tal determinação permitiu à Companhia de Jesus reproduzir na Colônia uma educação baseada nas ideias medievais, no contexto dos quais o homem era aprisionado aos dogmas, submisso à autoridade e à rígida hierarquia social (OLIVEIRA, 2004).

> A educação Jesuítica transmitida aos filhos de nativos, colonos e colonizadores não garantiu apenas o desenvolvimento da obra da catequese, possibilitou, também, a transmissão da mesma fé, da mesma língua e dos mesmos costumes aos povos da nova terra. Através de seus colégios os Jesuítas uniram os seus objetivos com os objetivos do Estado Português. (RODRIGUES, 2007, p. 172).

Os Jesuítas circulavam em todas as camadas sociais, visto que também eram responsáveis pela educação da classe dominante, fato que conferia grande prestígio a esses padres.

> A autoridade e o prestígio de que se armaram, entre índios e colonos, erigiram esses religiosos no século XVI ao primeiro plano da política colonial, a que assistiam como conselheiros e chegaram por várias vezes a imprimir, por sua influência decisiva, uma nova orientação, assegurando o sucesso das armas portuguesas. (AZEVEDO, 1996, p. 241).

Assim, percebe-se que, ao longo da história, as relações entre a Igreja Católica e o Estado são marcadas por momentos de maior e ou menor proximidade. No Brasil, por muito tempo, esta relação foi bastante próxima, apesar dos conflitos que se apresentavam periodicamente e que resultaram, entre outras coisas, na expulsão dos Jesuítas com a reforma Pombalina (1754), depois no duro golpe que a Igreja sofreu ao ser declarado no Brasil o Estado Laico (1891).

Essa decisão do Estado brasileiro abriu as portas para a atuação mais efetiva de outras religiões. O catolicismo, além de não ser mais a religião oficial do Império, também seria obrigado a conviver e a disputar território com as demais religiões. Com isso, a Cúria Romana, preocupada em manter-se como religião da maioria e com as experiências ocorridas na Europa, inicia no Brasil o processo de Romanização.

> A separação entre Igreja e Estado ensejou algumas medidas com as quais as autoridades eclesiásticas buscaram recuperar a força da instituição católica. Tal processo introduziu no Brasil o movimento de romanização a fim de unificar os católicos e traçar diretrizes consoantes com o espírito romano. Essa unificação resultou, entre outras coisas, em uma proposta de solidificação da moral católica que sempre gozou de uma certa elasticidade na colônia portuguesa. (ORLANDO; NASCIMENTO, 2007, P.180).

Segundo Vasconcelos Júnior (2006), os investimentos em ações instrucionais pela Igreja Católica se tornaram mais evidentes com a Constituição de 1891, momento em que foi determinada a separação entre o Estado, agora laico, e a Igreja. Com anulação do regime do padroado, o Estado perdeu as competências retrocitadas e a Igreja perdeu o auxílio político-econômico do Estado. Precisava, então, criar mecanismos para se manter.

Na Europa, a Igreja Católica já travava uma batalha contra as novas ideias que estavam sendo lançadas desde o advento do Renascimento e do Iluminismo. As novas tendências científicas questionavam os dogmas da Igreja, além de colocar em dúvida a importância da Instituição para a solução dos problemas da sociedade, portanto, retirando da religião católica a posição de centralidade, de responsável por dar as respostas de que a sociedade precisava. Com o Iluminismo, as respostas passariam a ser dadas pela ciência,

por meio da razão e da experimentação; logo, não haveria lugar para as verdades bíblicas e dogmáticas do catolicismo. Soma-se a este fato a instalação do protestantismo, do capitalismo e do comunismo (SILVA, 2003).

No Brasil, era necessário coibir qualquer iniciativa que desvirtuasse os católicos dos ideais de fé da Cúria Romana. Por isso, tornou-se imprescindível uma atuação mais eficaz da Igreja, a fim de evitar os problemas que esta enfrentava no Velho Continente. Logo, o catolicismo popular que aqui se formara se tornou alvo das ações da Cúria Romana, no sentido de aproximar os católicos dos ideais da Santa Sé.

4.3 ROMANIZAÇÃO *VERSUS* CATOLICISMO POPULAR BRASILEIRO

Desprovida das doações do Estado (e tendo então que disputar com um sistema laico de ensino e com as religiões protestantes), a Igreja passou a prover por seus próprios meios a difusão de um modelo de projeto religioso que aproximava a Igreja da América Latina cada vez mais dos “padrões de Roma”, processo denominado de Romanização. Tal cuidado por parte da Igreja era consequência do tipo de culto que se instalara no Novo Mundo (e no Brasil), onde práticas religiosas, denominadas “caboclas”, não agradavam aos olhos daqueles que queriam a Igreja mais próxima da Santa Sé e de suas determinações, como era o caso da maioria dos bispos no Brasil (CÂMARA NETO, 2003).

Portanto, as práticas de fé cristã introduzidas pelos portugueses no Brasil foram realizadas por meio do Estado e das ordens religiosas que aqui estiveram durante a vigência do regime do padroado. Na tentativa de compreender o tipo de religiosidade que se instala no Brasil, podemos recorrer a autores que nos ajudarão a elucidar as raízes do catolicismo brasileiro. Alguns autores atribuem essa característica de um catolicismo mestiço à presença de variadas etnias que estiveram presentes na história brasileira e a forma como se deu a apropriação do Território brasileiro.

Segundo Câmara Neto (2003), para se entender os elementos que compõem este catolicismo popular, temos que analisar a implantação da fé

católica em Portugal e as condições de domínio no Brasil-Colônia. O Tterritório português aberto ao mar foi dominado por povos de etnias e valores culturais diferentes, o que possibilitou a existência de uma religiosidade carregada de influência do "catolicismo, o islamismo e as práticas fetichistas africanas, todas permeadas de rituais, feitiçarias e superstições". (CÂMARA NETO, 2003).

Acrescente-se, ainda, o caráter rural que dominava Portugal, pois as populações mais afastadas mantinham um tipo de culto que venerava os elementos da natureza, demonstrando o apego às manifestações religiosas primitivas. A Igreja, percebendo estas práticas, delimita ações no sentido de eliminar as religiões pagãs ou não católicas daquele território (CÂMARA NETO, 2003).

Para manutenção e consolidação da fé católica, foram realizados esforços no sentido de aproximar a Igreja da população que vivia nas áreas rurais, mediante a condenação das práticas de cultos pagãos, da imposição de celebrações e da catequese. A Igreja, no entanto, não venceu a resistência dos antigos cultos. Estes continuaram a manifestar de forma sincrética, ou mesmo camuflada, siluetas populares da fé católica (AZZI, 1987, *apud* CÂMARA NETO, 2003).

Câmara Neto (2003) garante que, entendendo essas peculiaridades da fé católica de Portugal, torna-se fácil compreender o misticismo que ronda o catolicismo brasileiro. Todas as diferenças do catolicismo português chegaram junto com os próprios portugueses ao Brasil na época do "Descobrimento".

Some-se a isso a influência dos povos que vieram compor a história brasileira, desde as tradições dos primeiros habitantes deste território, os índios, dos negros oriundos da África, que, trazidos ao Brasil como escravos, também trouxeram suas crenças e ritos tribais e, mesmo com todo o empenho da Igreja para eliminá-los, estes foram camuflados e introduzidos no culto aos santos e nas festas religiosas.

> O complexo processo de ocupação do espaço brasileiro, feito em etapas e valorizando áreas em detrimento de outras em momentos distintos, permitiu que o catolicismo no Brasil assumisse características próprias, bastante distintas do catolicismo europeu. (ROSENDAHL**,** 1999, P.33).

A afirmação pode ser reforçada, recorrendo-se aos escritos históricos sobre a ocupação do Brasil, que, como todos sabemos, se iniciou pela faixa de litoral com a monocultura da cana de açúcar, sendo a ocupação do interior do Continente realizada aos poucos, no caso do Nordeste, por exemplo, pelos caminhos do gado. Com efeito, também a religião católica segue esta configuração para expandir seus domínios. Este contexto vai permitir que, estando afastados dos olhos da Igreja, nas áreas rurais, outras práticas ganhem espaço na religiosidade brasileira.

A religiosidade popular aparece como objeto de estudo de muitos pesquisadores, pois o termo "popular", até meados do século XIX, respondia por um significado pejorativo, sendo atribuído às ações destinadas às classes subalternas. Alguns autores fazem distinção entre a religiosidade popular global e o catolicismo popular, pois o primeiro seria um termo mais amplo que englobaria todas as práticas e costumes de um povo, sejam de origem africana, indígena, católica, protestante ou pagã, enquanto a segunda seria mais especifica das práticas populares do catolicismo, diferentes das determinadas pela Santa Sé (CÂMARA NETO, 2003).

Segundo Câmara Neto (2003), a religiosidade popular configura-se como

> Religiosidade dotada de razoável independência da hierarquia eclesiástica – incluindo-se aí toda a documentação oficial da Igreja e todos os teólogos elaboradores da doutrina –, independência essa ao caráter sistemático do catolicismo oficial, materializada em uma explosão quase íntima ao "sagrado", humanizando-o, sentindo-o próximo, testando-o e sentindo sua força por métodos criados, não pelo clero, mas pelos próprios devotos, métodos esses que são transmitidos, em sua grande totalidade, oralmente. Em suma, o vivido em oposição ao doutrinal.

Referido autor não faz distinção clara entre o catolicismo popular e religiosidade popular, pois destaca que a segunda permite maior amplitude de análise. Por isso, nos sentimos confortáveis em utilizar a expressão religiosidade popular ao nos referirmos ao catolicismo popular, visto que ambas as definições são equivalentes se somarmos a definição supracitada ao comentário de Rosendahl (1999), quando assinala que no catolicismo popular brasileiro "as relações do homem religioso com o sagrado se efetuam

diretamente; eles ficam, assim, sujeitos à interpretação e ritualização do praticante: é ele quem decide em matéria religiosa". (P. 33).

Tal definição permite-nos concluir que a religiosidade popular resulta das inúmeras imbricações de cultos e religiões incorporadas ao catolicismo, e que se manifestam nas romarias e festa de santos, dando corpo ao catolicismo popular.

Na religiosidade popular, os santos adquiriram um caráter importante e especializado, pois cada santo responde por uma graça ou pela cura de determinada enfermidade. Por exemplo, recorre-se a Santo Antônio para o casamento, a São Braz para curar problemas que afetem a garganta e Nossa Senhora assume tantos nomes quantas forem as necessidades de seus devotos.

Nesta relação de tantos santos especialistas, Deus ocupa um lugar secundário na vida dos fiéis. Some-se a isso o fato de a relação destes devotos com seus santos ter uma profunda intimidade, pois estes podem dirigir-se a eles diretamente, sem intermédio de sacerdotes e, além disso, podem testar a eficiência da divindade, por intermédio de promessas para obtenção de pedidos que em nada lembram os ideais de salvação da alma, finalidade das orações e sacrifícios pregados pela Igreja Romana.

Na verdade, as preces se resumem ao atendimento de necessidades do cotidiano e melhoria de vida e, em recompensa, os santos são saudados com romarias, festas, novenas, orações, pagamento de promessas, procissões ou, quando "falham", ficam submetidos a blasfêmias, insultos e "castigos" (cite-se como exemplo o caso de Santo Antônio, que é colocado de cabeça para baixo, se a moça devota não conseguir se casar) (CÂMARA NETO, 2003). Configura-se uma relação de intimidade, na qual uma mão lava a outra (no caso, o devoto reza, o santo concede a graça e o devoto paga a promessa), um "toma-lá-dá-cá".

Além disso, vale ressaltar que as práticas de rezas, promessas e romarias, sendo esta última iniciada no País no século XVI, são mais centradas nos santos locais, sejam eles canonizados ou não. Assim, havia um claro conflito entre a fé popular brasileira e a hierarquia eclesiástica romana, esta última tentando submeter a primeira ao seu controle. Foi assim, que a Igreja Católica no Brasil, objetivando sua permanência como religião dominante

projetou uma série de investimentos como forma de assegurar sua sustentabilidade religiosa e política no País, além, é claro, de se aproximar cada vez mais dos preceitos, das posturas cobradas pela Cúria Romana.

Os primeiros centros religiosos oficiais do País surgem no primeiro século de ocupação portuguesa, contudo, já nos séculos XVII e XVIII, passam a existir outros importantes centros de romaria no Brasil, expressões de um catolicismo popular que se originava a partir não só das práticas relacionais de fé dos devotos, mas que incorporavam também aspectos socioeconômicos e políticos, retrato da insatisfação popular diante do quadro de exploração e miséria vivenciado pelo povo (ROSENDAHL, 1999).

A religiosidade popular pode ser encarada como o resultado da ação de anônimos não especialistas em religião, que não possuem um conhecimento sistematizado, e sim um conjunto de crenças constituídas por um saber oral criado e recriado na memória popular. A presença do sacerdote no exercício da fé popular era, se não dispensável, apenas um acessório, visto que a relação com o sagrado se dava de forma humanizada, cuja intimidade permitia que os devotos mantivessem profunda relação com o sobrenatural (ROSENDAHL, 1999).

O catolicismo erudito aproxima-se desse catolicismo popular com o objetivo de eliminá-lo, para corrigi-lo, negá-lo, excluí-lo do seio da Igreja Romana, aproximando os fiéis daquilo que era considerado como verdadeiros preceitos da fé católica. Enquanto isso, o catolicismo popular vê na aproximação com o erudito uma forma de complementaridade, uma maneira de entender e se relacionar melhor com o visível e o invisível do sagrado (BRANDÃO, 1986 *apud* SILVA, 2003 p.37).

A emblemática figura de Padre Cícero[27] (formado no Seminário da Prainha, em Fortaleza) em Juazeiro do Norte no Ceará, exemplifica claramente a força do catolicismo popular brasileiro, no qual é possível verificar as imbricações entre os espaços do sagrado e do profano no centro religioso, “evidenciando formas produzidas pelos agentes modeladores envolvidos:

[27] Em nossa análise, destacamos a figura do Padre Cícero como figura religiosa que se tornou um mito, sendo considerado pelos devotos como santo. Não nos deteremos a analisar o padre ou o político Romão Batista, apenas nos interessamos em exemplificar a força e o poder do catolicismo popular que teima em reverenciar personagens, mesmo contrariando determinações da Santa Sé.

romeiros e barraqueiros, catequese de agentes não-especializados, e os padres e as freiras, como agentes religiosos especializados". (ROSENDAHL, 1999, p. 36).

Para Vasconcelos Júnior (2006)

> A luta da Igreja, diante do processo de romanização que priorizava a hierarquia e desprezava o catolicismo mais próximo dos fiéis, pregado por Padre Cícero, entre outros padres do Nordeste é o ponto marcante nesta crise [que] (...) fomentará as diretrizes básicas do catolicismo cearense e será o veio condutor da construção de seminários e escolas para educar tanto o clero como os fiéis, no caminho do catolicismo "a luz da teologia e da Santa Sé". (P. 123).

Para barrar o crescimento do catolicismo popular e espalhar os ideais de Igreja defendidos pela Santa Sé, foram construídos nos séculos XIX e XX muitos seminários e uma ampla rede de escolas católicas no Território Nacional. Estes estabelecimentos eram administrados e dirigidos pelos religiosos estrangeiros fortemente ligados aos ideais da romanização. Acreditava-se indubitavelmente que, dessa forma, "os meios indispensáveis à formação de um clero confiável, moldado pela Santa Sé, estavam sendo implementados (...)". (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, P. 115).

A Igreja Católica Romana, em sua história de dois mil anos, elabora e reelabora estratégias com o objetivo de propagar suas ideias, seus posicionamentos diante da sociedade, para manutenção de poder político, econômico e cultural que desfruta na sociedade. "O território é modificado, aparecendo como o que melhor corresponde à afirmação do poder". (ROSENDAHL, 2001, P. 10). Entre os mecanismos utilizados pela Igreja para dinamizar e difundir seus pressupostos e ideais (além do já comentado aumento dos números de escolas confessionais e dos seminários) foi o de desenvolver uma estratégia política de ampliar rapidamente o quantitativo das dioceses no Brasil.

4.4 DIFUSÃO DE TERRITÓRIOS RELIGIOSOS NO BRASIL: MULTIPLICAÇÃO DAS DIOCESES, PARÓQUIAS E ESCOLAS CATÓLICAS

A criação das dioceses no Brasil ocorreu de formas distintas. Ao longo dos 500 anos de evangelização católica, o que se vê são verdadeiros hiatos, entre os períodos de expansão que apresentam grandes intervalos de tempo. São descontinuidades temporais e espaciais no processo de instalação de dioceses da Igreja Católica do Brasil. Segundo Rosendahl e Corrêa (2006), as alusões temporais abrangem o período entre 1551, quando a primeira diocese foi criada, e 1930, fim de um período pós-separação entre Igreja e Estado, ocorrida em 1891.

Destacam-se dois grandes períodos de expansão do número de dioceses e paróquias pelo Brasil, 1551-1854 e 1890-1930. De acordo com Rosendahl e Corrêa,

> A criação de dioceses foi marcada entre 1551, quando foi criada a primeira diocese, a de Salvador (Bahia), e 1854, com a criação das dioceses de Fortaleza (Ceará) e Diamantina (Minas Gerais), por uma expressiva lentidão, que gerou, ao final de três séculos de povoamento e evangelização, apenas doze dioceses em todo o país. (ROSENDAHL E CORRÊA, 2006).

Este processo lento de criação de dioceses demonstra a pouca necessidade que a Igreja sentia de se expandir, pois, como religião oficial do Império, gozava do privilégio de ser a única religião aceita pela Coroa, portanto, estava livre da concorrência de outras. Raffestin (1993) assegura que a estreita relação entre a Igreja e o Estado proporcionou um meio conveniente de dominação dos povos e de formação do patriotismo. A Igreja se amparava no Estado, porém era subordinada a este. Logo, tal relação acabava numa predominância do Estado, que manipulava a religião para assentar seu poder.

Este cenário conferia à Igreja Católica um *status* privilegiado e ainda podia contar com o financiamento do Estado para as suas obras. Haveria, no entanto, uma brusca mudança de panorama com a Constituição de 1891, na qual o Brasil foi proclamado um Estado Laico.

Com esta mudança política no País, observa-se uma perda dos benefícios que a Igreja Católica gozava. Aliada a esse fato vem a penetração de outras religiões, o que ameaçava profundamente os ideais católicos no Brasil.

A Igreja Católica vê, então, a necessidade de expandir-se, de ocupar todo o Território Brasileiro, aproximando-se dos fiéis e multiplicando o número das dioceses a fim de manter sua posição como religião principal do Brasil. Tal objetivo exigia a criação das dioceses. A partir de 1890, o número de dioceses criadas passa do número de 12, instituídas em trezentos anos, para 68 em apenas 40 anos, como nos mostram Rosendahl e Corrêa:

> A partir de 1890, com a República (1889) e a separação entre Igreja e Estado neste ano, [...] o processo de criação de dioceses é acelerado, passando de doze para oitenta unidades: sessenta e oito novas dioceses foram criadas em quarenta anos. [...] A descontinuidade, por outro lado, desaparece quando é constatado o elevado número de dioceses criadas entre 1890 e 1930. (ROSENDAHL E CORRÊA, 2006).

O rápido aumento do número das dioceses em pouco tempo deixa clara a latente necessidade da Igreja de expandir sua área de atuação, já que, nesse momento histórico de separação entre esta instituição e o Estado, a Igreja não poderia demonstrar fraqueza nem recuar. Era primordial manter-se firme e demonstrar o poder da fé católica.

A expansão do número das dioceses veio acompanhada de uma série de outras medidas que se constituíam como parte importante do processo, que tinha como objetivo central a manutenção do poder que a Igreja possuía no período anterior à Constituição de 1891.

Tais ações visavam a uma aproximação do catolicismo brasileiro, tão carregado de simbolismo popular, com a Igreja de Roma, cujos preceitos e dogmas foram definidos ou reafirmados pelo Concílio de Trento e reiterados nos Concílios do Vaticano I, II III e IV.

O Quadro 05 ilustra as observações feitas até agora a respeito da criação das dioceses, demonstrando claramente os hiatos verificados na ocupação do território do País pela Igreja. Isto ocorreu inicialmente de forma lenta, de modo que cada diocese abarcava grandes áreas que eram mal

delimitadas ou superficialmente controladas pelo poder eclesial. Pode-se observar uma brusca mudança, a partir de 1890, quando o número das dioceses aumenta de modo mais rápido, atingindo todas as regiões do Brasil.

PERÍODOS	DIOCESES	PRELAZIAS
1551	Salvador	-
1676-1677	Rio de Janeiro, Recife-Olinda, São Luís	-
1719-1745	Belém, São Paulo, Mariana	Goiás, Cuiabá
1848-1854	Porto Alegre, Diamantina, Fortaleza	-
1890-1930	(Amazônia) Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santarém, Rio Branco, Porto Velho	Lábrea, Brogança, Marajó
	(Nordeste) João Pessoa, Maceió, Grajaú, Teresina, Crato, Sobral, Natal, Cajazeiras, Garanhuns, Nazaré, Pesqueira, Petrolina, Penedo, Aracaju, Barra, Ilhéus, Caetité, Fortaleza (Arquidiocese)	Bom Jesus
	(Sudeste) Vitória, Niterói, Pouso Alegre, Araçuaí, Montes Claros, Belo Horizonte, Paracatu, Caratinga, Juiz de Fora, Luz, Guaxopé, Uberaba, Valença, Barra do Piraí, Campos, Botucatu, Assis, Lins, Jaboticabal, Sorocaba, São José do Rio Preto, Campinas, Santos, Bragança Paulista, Taubaté, Ribeirão Preto, São Carlos	-
	(Sul) Curitiba, Ponta Grossa, Jacarezinho, Florianópolis, Joinville, Lages, Pelotas, Uruguaina, Santa Maria	-
	(Centro Oeste) Cáceres, Guiratinga, Diamantino, Jataí, Porto Nacional, Corumbá	-

QUADRO 05 – Brasil – Dioceses e Prelazias criadas até 1930 Segundo Períodos
FONTE: Adaptado de ROSENDAHL, 2006

Dentro da estratégia da difusão territorial da Igreja Católica, aparece a preocupação em criar dioceses e prelazias em áreas com potencial econômico, ou que porventura gozassem de poder político, como uma capital político-administrativa. Esta forma de pensar, ancorada na seletividade espacial (CORRÊA, 1995), baseou grande parte das ações da Igreja na história do Brasil.

Também é possível destacar que, em muitos casos, a estratégia da Igreja era se utilizar do mecanismo de antecipação espacial, prática que corresponde à instalação de uma atividade antes que as condições favoráveis, ou o mercado consumidor estejam em dimensão satisfatória (CORRÊA, 1995). Assim, a Igreja instalava suas dioceses, paróquias e prelazias em locais que demonstravam potencial futuro de crescimento.

A Igreja Católica continua a realizar mudanças na sua forma de produção do espaço. Tal fato é facilmente percebido ao observarmos que a distribuição espacial das dioceses e prelazias não permanece cristalizada. No caso da região Nordeste[28], por exemplo, a distribuição espacial das dioceses se intensificou, ainda mais, entre os anos de 1930 até 2000, pois o Estado programou políticas de incentivos fiscais e financeiros na região e algumas cidades nordestinas ganharam impulso para o crescimento econômico, com novas funcionalidades. “Nesses setenta anos, a dinâmica da Igreja e sua atuação favoreceram o surgimento de novos pontos na rede de dioceses já existente, chegando a um total de setenta no ano 2000”. (BARBOSA, 2007; P. 53).

A campanha da Igreja Católica de promover maior aproximação com os fiéis, pelo aumento de suas dioceses e paróquias, bem como as mudanças de estratégia na tentativa de manter sua posição de religião principal do Brasil, vem amparada na constatação do crescimento de outras religiões. A Tabela 03 (p. 39) nos mostra o avanço dos evangélicos, que vêm aumentando em número no Censo de 2000, 15,4% da população brasileira, isso sem falar das outras religiões e daqueles que atualmente se declaram sem religião.

Sobre o assunto, a Tabela 01 que aponta o número de católicos e evangélicos, por Estado da Federação, descritos pelo Censo de 2000.

[28] A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB subdivide o Nordeste em cinco regiões: Nordeste 1, que compreende o Estado do Ceará; Nordeste 2, que se refere aos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Nordeste 3, que compreende os Estados de Sergipe e Bahia; Nordeste 4, que representa o Estado do Piauí, e Nordeste 5 representando o Estado do Maranhão (BARBOSA, 2007; p. 51).

TABELA 01: Proporção de Católicos e Evangélicos por Estados

Estado	Católicos %		Evangélicos %		Sem Religião %	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Piauí	95,00	91,2	2,90	5,71	1,72	2,37
Ceará	93,32	84,89	3,97	9,15	2,10	4,29
Paraíba	93,03	84,25	3,65	9,36	2,81	5,25
Maranhão	90,97	83,03	6,25	10,21	2,15	5,95
Alagoas	91,37	81,93	3,56	8,61	4,54	8,13
Sergipe	90,73	81,74	3,89	7,42	4,50	8,78
Rio Grande do Norte	91,90	81,68	4,20	9,69	3,40	7,47
Santa Catarina	86,43	80,27	11,71	15,48	0,91	2,26
Minas Gerais	87,41	78,89	7,79	14,22	2,78	4,15
Rio Grande do Sul	81,95	76,74	11,86	13,03	2,95	4,40
Tocantins	89,13	76,02	8,31	16,01	1,73	6,06
Pará	84,88	75,53	10,90	15,65	2,66	6,17
Bahia	86,79	75,48	5,79	11,64	5,92	10,25
Amapá	84,87	75,04	10,97	18,76	3,34	4,14
Paraná	84,59	74,53	11,54	17,89	2,50	4,72
Pernambuco	85,74	73,83	7,02	13,08	5,77	10,96
Mato Grosso	83,31	72,91	11,13	16,15	3,93	8,00
São Paulo	81,81	70,81	9,39	17,29	5,02	6,83
Amazonas	86,37	70,78	10,01	19,25	2,39	6,55
Acre	85,42	70,11	9,51	20,42	3,65	7,80

FONTE: PIERUCCI, 2004, p.22.

Observando os dados da Tabela 01, podemos verificar que o Ceará possui 84,89% de católicos e 9,1% de evangélicos, demonstrando que, apesar do número de investimentos católicos no Estado, os evangélicos vêm crescendo. O Estado do Piauí aparece nos dados como o possuidor do maior percentual de católicos, cerca de 91,2%, enquanto apenas 5,7% da população se declaram evangélicos.

É importante comentar que não queremos apresentar uma disputa entre a religião católica e evangélica, como se apenas as duas estivessem presentes no espaço brasileiro, pois é sabido que historicamente houve grande influência dos diversos migrantes sobre o Brasil. Não temos a intenção de aprofundar esta discussão, porém apresentamos a Tabela 02, que demonstra a diversidade religiosa presente no Território Brasileiro.

TABELA 02 – As religiões do Brasil em 2000

Religião	Número absoluto	%
Católicos romanos	124.976.912	73,77
Evangélicos	26.166.930	15.44
Protestantes históricos	7.159.383	4,23
Pentecostais	17.689.862	10,43
Outros evangélicos	1.317.685	0,78
Espíritas	2.337.432	1,38
Espiritualistas	39.840	0,02
Afro-brasileiros	571.329	0,34
Umbanda	432.001	0,26
Candomblé	139.328	0,08
Judeus	101.062	0,06
Budistas	245.870	0,15
De outras orientais	181.579	0,11
Muçulmanos	18.592	0,01
Hinduístas	2.979	0,00
Esotéricos	67.288	0,04
De tradições indígenas	10.723	0,01
De outras religiosidades	1.978.633	1,17
Sem religião	12.330.101	7,28
Declaração múltipla	382.489	0,23
B R A S I L (*)	169.411.759	100,0%

(*) Não inclui 387.411 casos de religião não declarada, que correspondem
0,23% da população residente total de 169.799.170.
FONTE: PIERUCCI, 2004, p.20.

As Tabelas 01 e 02 ajudam a entender o nível de preocupação da Igreja Católica Romana com o crescimento de outras religiões no País, bem como o desenvolvimento de mecanismos para reagir diante do quadro que vem se desenhando nas últimas décadas. Para gerir e distribuir melhor suas estratégias e territórios de atuação, a Igreja apresenta estrutura hierárquica para organização do seus setores internos e externos.

Estrutura hierárquica da Igreja Católica

A Igreja Católica possui duas naturezas. A primeira constitui um sistema abstrato de fé e de doutrina, originando a Igreja invisível; a segunda refere-se às instituições políticas/administrativas e sociais da Igreja. Compreende seus membros, funcionários, regulamentos e suas estruturas

físicas, definindo a Igreja visível. Edifícios da Igreja, propriedades, lugares sagrados, paróquias e dioceses são lugares separados por limites, dentro dos quais a autoridade e o acesso são controlados, constituindo-se em territórios (SACK, 1986 *apud* BARBOSA, 2007; p. 50).

Para cumprir toda a sua estratégia de expansão, a Igreja apresenta três níveis hierárquicos para a gestão do sagrado. Alguns dos pontos dessa hierarquia acompanham a história da Igreja Católica desde o Império Romano (ROSENDAHL, 2006). Pode-se, então, perceber que a Igreja se estrutura no poder central, o Vaticano, Arquidioceses/Dioceses e Paróquias. Cada uma destas instâncias apresenta um poder central, comandado por um religioso especializado. Apesar de destacar o Conselho Nacional Latino-Americano e a CNBB, nos deteremos aos três níveis que julgamos principais e que acordam com as ideias de Rosendahl, 2006.

O primeiro nível da divisão católica é o Vaticano, ponto mais alto da hierarquia eclesiástica, "é o território de ação e controle dos grupos humanos que professam a fé católica". (ROSENDAHL, 2006).

A Diocese aparece como o segundo nível hierárquico da gestão religiosa. É evocada como território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo mais profundo de regulação da religiosidade católica. Gil Filho (2006) explica que a diocese se apresenta como uma circunscrição eclesiástica sob a orientação e o comando de um bispo. Quando se trata de uma região metropolitana, várias dioceses podem estar sob o comando de um arcebispo, cujo poder é distintivo em relação ao bispo.

No terceiro nível dessa divisão hierárquica, situa-se a Paróquia, instância de poder local, onde a Igreja se aproxima de seu "rebanho".

Ademais, como lembra Rosendahl (2001, p.10), "a organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica, móvel no espaço. Os espaços religiosos se modificam há vários séculos, às vezes por criação de novas dioceses, às vezes por fragmentação das paróquias". Nesse processo, a Paróquia se apresenta como território onde são materializadas as ações político-espaciais de controle da Igreja, visto que estas atuam sob orientação das dioceses que escolhem os espaços onde se localizam os seminários e as escolas religiosas (vide Figura 13).

FIGURA 13 – Estrutura Hierárquica da Igreja Católica Apostólica Romana
FONTE: Adaptado de BARBOSA (2007); GIL FILHO (2005).

A Paróquia é, portanto, o lugar da concretização das práticas católicas, onde, mais próxima do povo, a Igreja aparece como algo tangível à comunidade; o "pastor" torna-se mais próximo de seu "rebanho". Segundo Gil Filho,

> As paróquias, que são as estruturas principais da organização pastoral, possuem uma dimensão social e corresponde a materialidade da ação evangelizadora. Correspondem à territorialidade materializada e legitimada pela ação do poder institucional sob forma de território. É nas paróquias que reside a dinâmica social da igreja e seu propósito final. Ou seja, é a escala local onde todas as realidades da ação institucional católica veiculadas pelo discurso encontram sua realização. Não queremos afirmar com isto que o discurso hierarquizado do clero reveste-se de verdade para todos os membros da comunidade, mas, que a materialidade se expressa localmente.

> É nas paróquias que o discurso católico institucional torna-se reconhecível e pleno de significados (GIL FILHO, 2006).

De acordo com as afirmações de Rosendahl (2001), a paróquia representa o lugar do simbólico para os paroquianos, um espaço onde se desenvolve toda uma identidade religiosa; é a casa do fiel, o que favorece um exercício de fé e de proximidade das comunidades. Também exige, no entanto, a presença de um religioso especializado para cuidar e direcionar os demais agentes religiosos e assegurar que a Paróquia continue sendo o lugar do sagrado, a fim de manter a estabilidade religiosa. Para a autora, esse arranjo espacial da religiosidade católica constitui o espaço de aproximação entre o local, o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle pastoral local, regional e as ações na escala do mundo.

A Igreja busca manter sob o comando do Vaticano, todos os demais católicos do mundo por meio das dioceses e paróquias, que, mais próximas dos fiéis, podem exercer maior controle das suas práticas. Como visto há pouco, figurava e ainda figura entre as estratégias da Igreja a educação dos jovens como forma destes tornarem-se, no futuro, verdadeiros propagadores e defensores do catolicismo. Assim, o próprio Concílio de Trento (1545-1563) demonstra a sua preocupação com a educação da juventude, vendo nela o próprio futuro da religião católica.

Propõe, conseguintemente, a criação de seminários e escolas em todo o Mundo. Começa, então, a existir um investimento maciço da Igreja na expansão de dioceses, criação de paróquias, seminários e escolas confessionais católicas por todo o Mundo. Torna-se mais evidente a preocupação da Igreja de produzir um espaço, onde as relações com o sagrado se dão de forma a reproduzir os ideais católicos de sociedade.

A partir de 1854, com a aprovação da Lei da Liberdade do Ensino, ainda referente a emendas e acertos incorporados à Constituição de 1824, inicia-se a expansão das escolas católicas, principalmente aquelas que ofereciam o ensino secundário, visto que o Estado não conseguia atender a demanda. Segundo as afirmações de Rosendahl e Corrêa (2006),

> A substituição do regime político de Império para República em 1889 favorece o propósito de ruptura. [...] A estratégia de

> restauração e expansão da Igreja Católica é marcada por uma nova organização espacial de maneira que favoreça a articulação em âmbito local, regional e nacional. [...] A criação de territórios religiosos revela a apropriação de enormes espaços de difusão da fé. Dioceses e prelazias abrem caminho para a territorialidade eficaz da religião hegemônica até meados do século XX (ROSENDAHL E CORRÊA, 2006).

De acordo com Alves (2005) no período pós-1891 (republicano), as escolas da Igreja conseguiram crescer espalhando-se por grande parte do País, servindo como importante meio de propagação dos ideais de romanização arquitetada pela Santa Sé.

> Nesse momento, a Educação Católica passa a ser elemento de destaque na estratégia do Episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil, e para fazer face à rede de escolas protestantes que começam a surgir, aos pouco por toda a parte, no território nacional. É justamente neste período, final do século XIX, e nas primeiras décadas deste século, que são fundados no Brasil, ou aqui vêm se instalar, muitas Congregações Religiosas, especialmente as dedicadas à educação escolar da juventude, tanto masculina, quanto feminina. (ALVES, 2005, p. 210-211).

Percebemos na citação o cuidado da Igreja em difundir a fé católica no País, com a finalidade de influenciar o destino da sociedade brasileira, então como religião da maioria, num Estado constituído como laico. Para alcançar este objetivo, a Igreja utiliza-se do mesmo mecanismo que sempre usou em terras brasileiras – a educação e a catequese – pois os Jesuítas já praticavam essas técnicas como meio de dominação e propagação do catolicismo. Torna-se evidente que a Igreja percebe a educação como forma eficaz de produzir e reproduzir as práticas católicas. Tanto é que esta preocupação é sempre tema importante nos concílios, onde se reúne o alto escalão da Igreja.

Segundo Manoel (1999), para alcançar seu projeto de recatolização da humanidade, a Cúria Romana traça uma estratégia de atuação em várias frentes de luta, todas primando pela formação individual que irradiaria a fé católica para o interior da família. Uma das frentes relacionava-se à criação de irmandades que incentivassem a caridade, a piedade e a castidade. Entre estas associações citamos o Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de

Maria, Congregação Mariana, Damas da Caridade, Vicentinos (associação existente em Messejana desde 1886), entre outras (MANOEL 1999).

Destacam-se, também, a catequese – os diversos rituais que a Igreja Católica possui e que acompanham todas as fases da vida dos fiéis. Ao nascer em família católica, a criança, ainda bebê, logo é levada ao batismo. Ainda pequeno, faz o catecismo durante anos e aproximadamente com 10 anos faz a primeira comunhão. Continuando a vida católica, já na adolescência, o jovem é levado ao sacramento do Crisma, uma espécie de confirmação dos votos do batismo, sacramento que representa a entrada na vida adulta na fé. Depois, podemos citar o casamento e aí os ritos se estendem aos filhos e aos netos. Temos ainda as associações citadas há pouco (grupos de casais, jovens, idosos, as pastorais, os monitores leigos responsáveis por grupos de oração, entre outros). Podemos perceber que os sacramentos aqui relacionados são ritos indispensáveis na vida do católico e acompanham toda a trajetória das famílias pertencentes à religião. Além disso, têm-se os rituais que acompanham o término da vida.

Torna-se clara a maneira como a Igreja Católica atua na vida dos fiéis, aproximando-se e buscando acompanhar, gerenciar, orientar cada uma dessas fases, na tentativa de promover a sua perpetuação e de se fortalecer por meio do avivamento dos vínculos com os fiéis. A Igreja aposta não apenas na educação dita formal, mas, também, na educação informal, que marca profundamente a vivência e molda as pessoas pelo contato e a convivência dentro da Paróquia.

A segunda frente de atuação da Igreja foi a criação de escolas confessionais para a educação dos jovens, de forma a garantir que estes, educados na Igreja, no futuro, formassem famílias tementes a Deus e à Igreja. Inserida nessa necessidade de educar o povo dentro dos preceitos do catolicismo, a Igreja Católica cria, no final do século XIX, jornais, revistas e folhetos, todos com o objetivo de combater os escritos da imprensa que divulgavam textos com opiniões, muitas vezes, contrárias aos posicionamentos da Igreja.

> A estratégia católica estava fundamentada em duas medidas: a montagem e divulgação de uma imprensa católica e uma rede

> de escolas que tivesse como objetivo principal a doutrina da Igreja Católica e inculcação desta na sociedade. Através destas medidas a Igreja buscava exercer forte influência nas questões sociais, ideológicas e culturais. (RODRIGUES, 2007, p. 173)

Logo, se tornou iminente combater o que foi chamado de imprensa "má", em publicações de uma "boa imprensa" que valoriza a difusão dos valores morais e de fé defendidos pela religião católica. "No fim do século XIX e início do século XX, existia uma grande preocupação por parte da Igreja de que a imprensa fosse uma arma má contra a fé cristã, por isso se instruía os católicos para não assinarem ou comprarem jornais ímpios". (DANTAS, 2007, p. 155).

Torna-se perceptível o fato de que a imprensa católica não se propõe somente informar, mas também formar os cristãos. A Igreja deixa a cargo de seus párocos a tarefa de promover os impressos. Dessa maneira, na paróquia, os padres deveriam convencer os paroquianos a adquirir, a assinar os jornais católicos e descartar os impressos da chamada "má imprensa". Apesar de não serem tidos oficialmente como instrumentos pedagógicos, os impressos católicos têm um caráter educativo, enunciando e buscando a consolidação de discursos direta ou indiretamente voltados para a educação dos fiéis, moldando o pensamento, e, consequentemente, o comportamento e as ações dos católicos (SANTOS, 2006 *apud* DANTAS, 2007; p. 156-157).

No Ceará, Vasconcelos (2006) aponta a criação, na década de 1920, de associações católicas, como a União dos Moços Católicos, a Associação dos Médicos Católicos e a dos Professores Católicos. "No Ceará, também, já havia um jornal Católico "O Nordeste", criado na década de 20 e que desenvolvia, na sociedade cearense, a mesma orientação da revista "A Ordem[29]" em nível nacional" (VASCONCELOS, 2006, p.125).

[29] Por meio dessa revista, os intelectuais católicos coordenaram enfim uma batalha num campo em que a liberdade de divulgação de ideias e de exercício do debate deveria primar. Esta revista estava munida dos argumentos recolhidos nas obras do pensamento contrarrevolucionário e nos documentos oficiais do catolicismo mais recente, que davam coerência à pretensão de reordenamento social em bases religiosas (RODRIGUES, 2007).

4.4.1 Educação feminina: para entender o Instituto Frei João Pedro de Sexto

Manoel (1999; 2008) destaca que o principal alvo destas duas frentes de atuação católica foi à educação das meninas, por meio de um modelo denominado “Teoria dos círculos concêntricos”. Estas meninas educadas pela doutrina católica, ao tornarem-se adultas, mais tarde se tornariam mães de família, repassando tais ensinamentos aos filhos; os filhos cristãos repassariam aos demais descendentes a fé e os ensinamentos do catolicismo, produzindo famílias cristãs e, por fim, uma sociedade cristã.

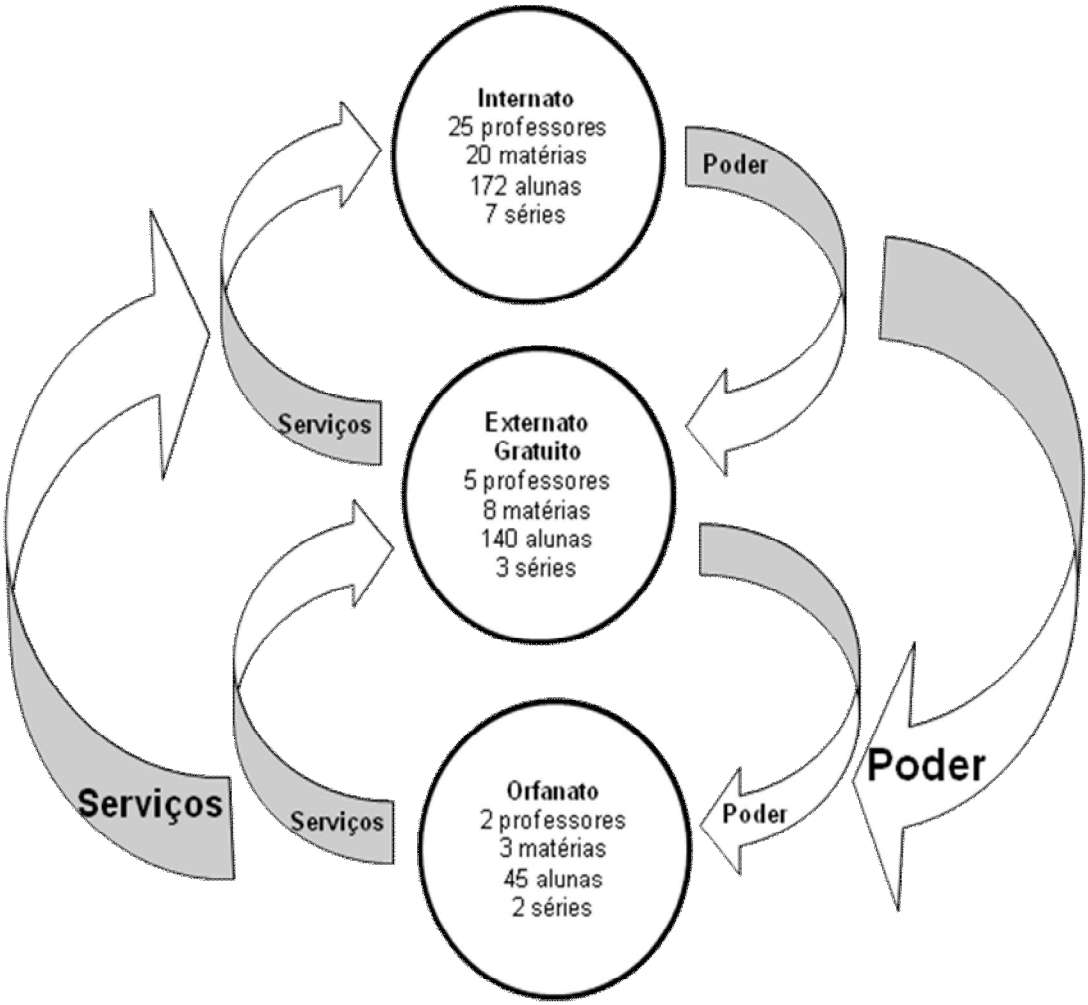
A Igreja via nas mulheres um terreno fértil para disseminação dos seus ensinamentos, fato que leva a maior valorização da educação feminina. Manoel (1999) destaca ainda a astúcia da Igreja em procurar atingir todas as camadas da sociedade. Era necessário investir em cada classe social para que não houvesse dúvidas da grandeza, da importância e da necessidade da religião Católica para a vida social. Assim, todos os esforços estão centrados na educação das mulheres de todas as classes sociais, o que demonstra a visão de um projeto universal como o próprio significado da palavra católico.

> Cabe lembrar que, sendo o projeto católico um projeto global para toda a sociedade, as escolas católicas, no Brasil, em especial as femininas, destinavam-se a abarcar as jovens de todas as classes sociais, respeitando e reafirmando a distinção entre elas: um colégio interno de alto custo para meninas da oligarquia, um externato para filhas da emergente classe média e um orfanato, cujo objetivo era formar empregadas domésticas e professoras de primeiras letras. [...] Com muito poucas diferenças e resguardando suas especificidades, mais atinentes à programação didático-pedagógica, o mesmo se pode dizer dos colégios católicos masculinos. (MANOEL, 1999, p.211).

Pode-se, garantir, então, que a educação católica não se preocupava em diminuir as diferenças entre as camadas sociais. Na verdade, ela separava, distinguia a educação, dada às filhas da classe rica, daquela educação que seria conferida as meninas da classe média e dos ensinamentos que seriam repassados às crianças das camadas mais pobres, demonstrando quais seriam o lugar e o papel de cada uma delas na sociedade.

> A instituição religiosa marca as diferenças de gênero e de classe social, desde os extratos mais ricos da oligarquia até as mais pobres meninas sem família. A desigualdade social imposta às mulheres no acesso diferenciado à educação foi estratégia político-religiosa necessária para a classe dominante perpetuar seus valores próprios perante seus pares. (ROSENDAHL, 2009, p. 316).

Rosendahl (2009) acrescenta que a educação concedida de forma diferenciada contribui para perpetuar privilégios da classe dominante, mas também funciona como meio de controle por parte da Igreja.



QUADRO 06 – Organização Pedagógica nos Colégios Femininos
FONTE: ROSENDAHL, 2009, p. 317

Às jovens de família pobre ou sem família eram ensinadas as primeiras letras, as tarefas do lar, algumas técnicas de costura, enfim, tudo o que necessitava aprender uma dona de casa prendada ou uma empregada doméstica. O Quadro 06 aponta a forma de organização pedagógica existente nos colégios católicos femininos, demonstrando os diferentes currículos disponíveis, que variavam de acordo com a posição hierárquica das alunas.

Para as jovens de famílias abastadas, era reservada uma educação pela qual aprendiam outras línguas, a tocar um instrumento musical, enfim, tudo que era preciso para formar uma esposa de alta classe, bem instruída no cuidado com a casa, com o marido e filhos e apresentável à sociedade. Há um ponto de ligação, porém, entre essas três formas de educar: Todas as jovens ricas ou pobres, empregadas, professoras de primeiras letras ou damas da sociedade tornavam-se a base, a firmeza da fé católica.

A diferença entre os três currículos está diretamente ligada ao nível social do grupo a que as alunas pertenciam. As classes menos favorecidas eram incumbidas de servir às classes imediatamente superiores. “A escola católica feminina representa uma pedagogia cultural associada ao fator econômico e geopolítico”. (ROSENDAHL, 2009 p. 314).

Portanto, ante o conjunto ora exposto, percebemos que a Igreja Católica, que pregava e ainda prega a humildade, fraternidade, pobreza igualdade entre os homens aos olhos de “Deus” e obediência em sua catequese, não objetivava modificar a estrutura desigual da sociedade, apenas adaptava suas ações de forma a atuar, a passar livremente por todas as camadas da população, interessando à Cúria Romana permanecer na sociedade civil como a instituição mais importante. Todas essas estratégias figuravam como parte do processo de romanização, que a Igreja estava instalando no mundo todo e no Brasil.

Dessa forma, podemos concordar com Rosendahl (2009, p. 318), na opinião de que, a relação entre família, Estado e Igreja permitiu,

> [...] o controle católico sobre o sistema educacional. A questão de fazer e refazer a desigualdade social, manifestada na sexualidade feminina e aplicada na educação, representou um evento que perdurou por longo período; iniciado em 1859 perdura até os dias de hoje. (P. 318).

4.5 AS DIOCESES DO CEARÁ E A DE ROMANIZAÇÃO

Por muitas vezes, a romanização no Ceará foi por excelência dinamizadora dos propósitos e projetos da Igreja Católica, pois, já na criação da Diocese do Ceará, existia o cuidado com a formação dos religiosos e de uma elite que defendesse os ideais católicos no Estado.

Outro ponto importante é a nomeação de padres europeus para a direção das dioceses, seminários e escolas católicas. Estes padres eram considerados mais confiáveis pela Santa Sé, dado que Roma via nos padres brasileiros a manifestação da religiosidade popular que a Igreja objetivava combater. Por este motivo, os padres europeus, movidos pelos ensinamentos do catolicismo erudito, permaneciam à frente destas instituições católicas a fim de afastar as dioceses e paróquias do catolicismo caboclo.

> Foi desta forma que a Igreja no Ceará, composta em sua maioria por um clero elitizado, romanizado e distante das questões nacionais, priorizou o caráter da formação do seu Clero, como também do seu rebanho com a finalidade de defender a Igreja ameaçada pelo liberalismo, positivismo e protestantismo. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p.115).

A Diocese do Ceará foi criada em 1853, por um decreto do Imperador Dom Pedro II. No ano seguinte, em 6 de junho de 1854, o papa Pio IX expediu a Bula *Pro animarum salute,* criando a Diocese nos trâmites da Igreja (www.arquidiocesedefortaleza.com.br/historia), sendo desmembrada da então Diocese de Olinda. A Diocese do Ceará, com a criação das Dioceses de Crato e Sobral, foi elevada a Arquidiocese de Fortaleza, em 10 de novembro de 1915, pela Bula "*Catholicae Religionis Bonum",* do Papa Bento XV (ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, 2009), facilitando uma estrutura eclesiástica estadual com a divisão do Estado em dioceses sufragâneas, paróquias nas áreas em decurso de crescimento econômico. Naquele momento, o Arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes criou com a autorização de Roma, a Diocese do Crato (1914), localizada na porção sul do Ceará, região do Cariri. No ano seguinte, foi a vez da região norte do Estado, com a criação da Diocese de Sobral (ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, 2009).

Este mesmo Arcebispo, em 1938, criou, no Vale do Jaguaribe, a Diocese de Limoeiro do Norte. No ano de 1961, é criada a Diocese de Iguatu e, em 1963, a de Crateús, no sertão dos Inhamuns. Em 1971, ocorre a criação das mais jovens entre as dioceses do Ceará, as Dioceses de Quixadá, no Sertão Central, Itapipoca, no norte do Ceará, e Tianguá, na Ibiapaba. Portanto, percebe-se que o Ceará, classificado pela CNBB como regional Nordeste 1, apresenta um total de nove dioceses, entre elas a mais importante, a Arquidiocese de Fortaleza. Vejamos no Quadro 07 a distribuição das dioceses do Ceará.

Mediante tais ações, "a Igreja garantia a sua inserção na nova sociedade civil, atuando como força espiritual dominante e influenciando, principalmente por meio da educação, os centros econômicos regionais". (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 116). Este caráter demonstra como a atuação da Igreja acontece de forma planejada, utilizando-se de estratégias as mais variadas para administrar o Território Cearense, com suporte na religiosidade. Estas dioceses eram seguidas pela implantação de equipamentos que ampliam o potencial político e econômico da Igreja no Ceará.

Ano de criação	Arquidiocese/Diocese
1854	Diocese de Fortaleza
1914	Diocese do Crato
1915	Arquidiocese de Fortaleza
	Diocese de Sobral
1938	Diocese de Limoeiro do Norte
1961	Diocese de Iguatu
1963	Diocese de Crateús
1971	Diocese de Quixadá
	Diocese de Itapipoca
	Diocese de Tianguá

QUADRO 07 – Criação de Arquidiocese/Dioceses no Ceará (1854-1971)
FONTE: Dados da Arquidiocese de Fortaleza
(www.arquidiocesedefortaleza.com.br)

Para Vasconcelos Júnior (2006) uma destas estratégias da Igreja Católica no Ceará é determinada por alguns pontos específicos na constituição de uma seletividade espacial. O conceito aqui adotado remete às ideias de Corrêa (1995), onde o autor define as práticas espaciais como "um conjunto de

ações espacialmente localizadas que impactam sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais". (CORRÊA, 1995, p. 35).

Entre as práticas espaciais, destacamos a seletividade espacial, utilizado amplamente nas decisões locacionais.

> A seletividade, no entanto, deriva de uma combinação entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, e as necessidades e possibilidades do investidor, neste caso da Igreja Católica de construir, reconstruir e controlar territórios religiosos. (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006).

Dessa forma, pode-se dizer que as ações da Igreja eram embasadas em três pontos:

1º ponto - a recatolização do povo, a fim de eliminar o chamado catolicismo popular brasileiro, já comentado.

Ademais, as mudanças que ocorriam na sociedade com o advento do Renascimento, do Iluminismo, do Comunismo, do Capitalismo, a renovação das teorias científicas e as novas descobertas que questionavam inclusive alguns dogmas e verdades cristalizadas pelo catolicismo, ameaçavam a posição da Igreja como religião responsável pelas respostas que a humanidade necessitava (SILVA, 2003).

Assim, tornou-se necessário um movimento de resgate das almas humanas que se encontravam afastadas da "verdade". A recatolização aparece como alternativa viável e importante para a Igreja na sua tarefa maior de continuar influenciando os destinos do País.

2º ponto - a necessidade da Igreja em atuar de maneira eficaz no ensino, haja vista que "a Igreja Católica no Ceará, como no resto do Brasil, investiu para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte integrante de sua reestruturação instrucional". (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 119).

Neste ponto, observa-se o amplo empenho da Igreja em construir escolas confessionais católicas em Fortaleza, tanto na área central da Cidade, quanto nos bairros e distritos. Podemos citar de maneira mais enfática o caso de Messejana, cuja história é marcada pela presença forte e atuante da Igreja

Católica que, ao longo dos anos, construiu seminários, irmandades, congregações e escolas.

3º ponto - as determinações do Concílio de Trento, em especial, as diretrizes tridentinas em relação à educação. Utilizando-se deste referencial, a Igreja Católica deveria, ao escolher um lugar para construção de escolas e seminários, acatar como fator determinante as questões ambientais.

A educação, segundo as diretrizes tridentinas é entendida como cultivo da inteligência e de virtudes, promovendo uma educação integral, que compreende a vigilância sobre os costumes e o cuidado com o adequado desenvolvimento das faculdades da alma. Tal proposta educativa só poderia ser desenvolvida em determinados espaços onde o verde, o clima ameno e o silêncio estivessem presentes (WERNET, 1987, p 75).

Acredita-se ser este o ponto determinante na escolha de Messejana em detrimento de outras áreas próximas à Capital cearense, no projeto da Igreja Católica de reestruturação de suas ações, principalmente com relação às ações instrucionais. A condição de lugar calmo, clima ameno resultante da lagoa que lhe dá o nome e dos vastos mangueirais, onde predominavam os sítios, conferia ao local uma característica de bucólico, portanto, dentro dos padrões estabelecidos pela Igreja como lugar de oração e estudo.

É relevante salientar que a Arquidiocese de Fortaleza possui uma divisão territorial que não respeita os critérios de subdivisão em regionais (Secretarias Executivas Regionais) adotados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, tampouco respeita os limites administrativos dos municípios, criando uma divisão própria do território, compartimentando-o da maneira que lhe é mais conveniente.

Isso se dá em virtude do fato de a divisão da Igreja Católica ser bastante anterior à divisão em regionais, que data da década de 1990. Vale ressaltar, também, que a Igreja Católica pensa numa nova forma da divisão territorial do espaço cearense em virtude das mudanças na configuração espacial do Estado.

Como forma de exemplificação, pode-se salientar o próprio caso de Fortaleza, onde está inserida nossa área de estudo. A divisão realizada pela Igreja nessa porção do Estado reúne em uma mesma regional (episcopal católica) o município de Fortaleza com outros municípios da Região

Metropolitana. Assim, Arquidiocese divide parte da Região Metropolitana de Fortaleza em três níveis regionais: Região Metropolitana I, II e III[30].

O distrito de Messejana pertence, nessa divisão da Arquidiocese de Fortaleza, à Região Metropolitana III, juntamente com áreas dos Municípios de Pacatuba, Gaiúba, Eusébio, Maracanaú e Itaitinga. Vejamos a divisão em regiões metropolitanas da Igreja Católica em Fortaleza e municípios próximos, exposta no Quadro 08.

Região Metropolitana I		
Município	**Bairro**	**Paróquia/Área Pastoral**
Fortaleza	Aldeota	Paróquia Cristo Rei
Fortaleza	Aldeota	Paróquia Nossa Senhora da Paz
Fortaleza	Aldeota	Paróquia Santa Luzia
Fortaleza	Benfica	Paróquia Nossa Senhora dos Remédios
Fortaleza	Centro	Catedral Metropolitana São José
Fortaleza	Centro	Paróquia e Santuário de São Benedito
Fortaleza	Centro	Paróquia Nossa Senhora do Carmo
Fortaleza	Centro	Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio
Fortaleza	Centro	Santuário do Sagrado Coração de Jesus
Fortaleza	Cidade Dois Mil	Paróquia do Divino Espírito Santo
Fortaleza	Dionísio Torres	Paróquia de São Vicente de Paulo
Fortaleza	Dunas	Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes
Fortaleza	Fátima	Paróquia e Santuário de Nossa Senhora de Fátima
Fortaleza	Jacarecanga	Paróquia de São Francisco de Assis
Fortaleza	Meireles	Paróquia Melquita Nossa Senhora do Líbano
Fortaleza	Monte Castelo	Paróquia do Senhor do Bonfim
Fortaleza	Mucuripe	Paróquia de Nossa Senhora da Saúde
Fortaleza	Otávio Bonfim	Paróquia de Nossa Senhora das Dores
Fortaleza	Parquelândia	Paróquia de Santo Afonso de Ligório
Fortaleza	Piedade	Paróquia de Nossa Senhora da Piedade
Fortaleza	São Geraldo	Paróquia de São Gerardo Majella

[30] http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc.asp
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=1&txt_regiao=Metropolitana+I
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=2&txt_regiao=Metropolitana+II
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=3&txt_regiao=Metropolitana+III

Quadro 08: continuação

Região Metropolitana II		
Município	**Bairro**	**Paróquia/Área Pastoral**
Caucaia	Araturi	Área Pastoral São José Operário
Caucaia	Capuan	Paróquia Santo Antônio
Caucaia	Centro	Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres
Caucaia	Conjunto Marechal Rondon	Área Pastoral de Santa Terezinha do Menino Jesus
Caucaia	Conjunto Nova Metrópole	Paróquia Sagrado Coração de Jesus
Caucaia	Ícarai	Área Pastoral de São Pedro
Caucaia	Parque Guadalajara	Área Pastoral de Nossa Senhora de Fátima
Caucaia	Parque Potira	Área Pastoral de Nossa Senhora das Graças
Caucaia	Tabapuá	Área Pastoral de São Vicente de Paulo
Fortaleza	Álvaro Weyne	Área Pastoral de Nossa Senhora de Fátima
Fortaleza	Antônio Bezerra	Paróquia de Jesus, Maria, José
Fortaleza	Barra do Ceará	Área Pastoral Barra do Ceará
Fortaleza	Bela Vista	Paróquia Nossa Senhora de Salete
Fortaleza	Bom Jardim	Paróquia de Santa Cecília
Fortaleza	Canindezinho	Área Pastoral São Francisco de Assis
Fortaleza	Carlito Pamplona	Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Fortaleza	Conjunto Ceará	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Fortaleza	Cristo Redentor	Paróquia de Cristo Redentor
Fortaleza	Granja Portugal	Área Pastoral de Santo Antonio
Fortaleza	Henrique Jorge	Paróquia do Coração Imaculado de Maria
Fortaleza	Jardim Iracema	Paróquia de Santo Antônio de Pádua
Fortaleza	João XXIII	Imaculada Conceição
Fortaleza	Montese	Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré
Fortaleza	Montese	Paróquia Nossa Senhora Aparecida
Fortaleza	Pan Americano	Paróquia de São Pio X
Fortaleza	Parangaba	Paróquia de Bom Jesus dos Aflitos
Fortaleza	Parque Genibaú	Área Pastoral de Nossa Senhora das Graças
Fortaleza	Pirambu	Paróquia de Nossa Senhora das Graças
Fortaleza	Quintino Cunha	Paróquia de São Pedro e São Paulo
Fortaleza	Rodolfo Teófilo	Paróquia de São Raimundo
Fortaleza	Vila União	Paróquia de Jesus, Maria, José
Fortaleza	Vila Velha	Paróquia de Nossa Senhora da Assunção
Maranguape	Maranguape	Paróquia de Nossa Senhora da Penha
São Gonçalo do Amarante	Distrito do Pecém	Paróquia São Luis Gonzaga
São Gonçalo do Amarante	São Gonçalo do Amarante	Paróquia São Gonçalo do Amarante

Quadro 08: continuação

Região Metropolitana III		
Município	**Bairro**	**Paróquia/Área Pastoral**
Eusébio	Eusébio	Paróquia Sant Ana e São Joaquim
Fortaleza	Aerolândia	Paróquia Nossa Senhora do Sagrado Coração
Fortaleza	Alto Alegre	Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Fortaleza	Cajazeiras	Paróquia São Diogo
Fortaleza	Cidade dos Funcionários	Paróquia Nossa Senhora da Glória
Fortaleza	Conjunto José Walter	Paróquia Santíssima Trindade
Fortaleza	Conjunto Palmeiras	Área Pastoral São Francisco de Assis
Fortaleza	Dias Macedo	Paróquia São Francisco de Assis
Fortaleza	Edson Queiroz	Paróquia de São José
Fortaleza	Lagoa Redonda	Paróquia São José
Fortaleza	Luciano Cavalcante	Paróquia São João Eudes
Fortaleza	Manoel Sátiro	Paróquia Nossa Senhora das Graças
Fortaleza	Maraponga	Paróquia Santo Antônio de Pádua
Fortaleza	Messejana	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Fortaleza	Mondubim	Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Fortaleza	Parque São Miguel	Área Pastoral do Parque São Miguel
Fortaleza	Pedras	Área Pastoral Santa Luzia
Fortaleza	Tancredo Neves	Área Pastoral Nossa Senhora Mãe dos Pobres
Fortaleza	Tauape	Paróquia São João Batista
Guaiúba	Gaiúba	Paróquia Jesus, Maria, José
Itaitinga	Itaitinga	Paróquia de Santo Antônio
Maracanaú	Centro	Paróquia de São José
Maracanaú	Conjunto Industrial	Paróquia do Menino Jesus
Maracanaú	Jereissati I / Timbó	Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Maracanaú	Pajuçara	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Pacatuba	Pacatuba	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Fortaleza	Manoel Sátiro	Paróquia Nossa Senhora das Graças
Fortaleza	Maraponga	Paróquia Santo Antônio de Pádua
Fortaleza	Messejana	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Fortaleza	Mondubim	Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Fortaleza	Parque São Miguel	Área Pastoral do Parque São Miguel
Fortaleza	Pedras	Área Pastoral Santa Luzia
Fortaleza	Tancredo Neves	Área Pastoral Nossa Senhora Mãe dos Pobres
Fortaleza	Tauape	Paróquia São João Batista

Quadro 08: continuação

Município	Bairro	Paróquia/Área Pastoral
Guaiúba	Gaiúba	Paróquia Jesus, Maria, José
Itaitinga	Itaitinga	Paróquia de Santo Antônio
Maracanaú	Centro	Paróquia de São José
Maracanaú	Conjunto Industrial	Paróquia do Menino Jesus
Maracanaú	Jereissati I / Timbó	Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Maracanaú	Pajuçara	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Pacatuba	Pacatuba	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

QUADRO 08 – Paróquias e Áreas Pastorais de Fortaleza
FONTE: Dados da Arquidiocese de Fortaleza (www.arquidiocesedefortaleza.com.br)

Em dezembro de 2009, a Arquidiocese de Fortaleza lançou um decreto que reorganiza as Regiões Episcopais do Ceará. Nesta nova divisão, as Regiões Metropolitanas I, II e III foram divididas em cinco novas regiões episcopais. Segundo palavras do Arcebispo de Fortaleza, essa reorganização da Arquidiocese foi necessária "devido ao grande crescimento que tem havido em sua população, diante do desenvolvimento das realidades eclesiais e das interpelações à Igreja para sua mais adequada ação evangelizadora" [31].

De acordo com o decreto, Messejana passa a pertencer à Região Episcopal Quatro, denominada Nossa Senhora da Conceição[32] (nome da padroeira de Messejana). Entre as mudanças, observamos a retirada de paróquias pertencentes a outros municípios. De forma geral, as novas regiões episcopais dentro da cidade de Fortaleza estão agora em maior conformidade com a divisão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que, no caso da Região Metropolitana Quatro, corresponderia à parte da Regional VI.

A nova divisão das regiões episcopais denota a constante atenção da Arquidiocese de Fortaleza em atualizar a área de abrangência de suas paróquias. Com a chegada do novo milênio, houve um aumento substancial do

[31] Ver DECRETO 005/2009: CRIAÇÃO DAS NOVE REGIÕES EPISCOPAIS. 10 /12/ 2009 http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/documento_integra.asp?id_documento=173

[32] **Região Metropolitana – Nossa Senhora da Conceição:** Área Pastoral Nossa Senhora Mãe dos Pobres (Tancredo Neves), Área Pastoral Santa Luzia (Pedras), Área Pastoral São Francisco de Assis (Conj. Palmeira), Paróquia N. Sra. da Conceição (Messejana), Paróquia N. Sra. da Glória (Cidade dos Funcionários), Paróquia N. Sra. das Graças (Manoel Sátiro), Paróquia N. Sra. do Perpétuo Socorro (Alto Alegre), Paróquia N. Sra. do Perpétuo Socorro (Mondubim), Paróquia N. Sra. do Sagrado Coração (Aerolândia), Paróquia Sant' Ana e São Joaquim (Eusébio), Paróquia Santíssima Trindade (José Walter), Paróquia Santo Antonio (Maraponga), Paróquia São Diogo (Cajazeiras), Paróquia São Francisco de Assis (Dias Macedo), Paróquia São João Eudes (Luciano Cavalcante), Paróquia São José (Edson Queiroz), Paróquia São José (Lagoa Redonda).

número de paróquias em Fortaleza. A Paróquia de Messejana, por exemplo, foi fragmentada, perdendo parte de sua área. Seu território, que abrangia quase todos os bairros do Distrito, foi dividida com a criação das Paróquias de São José (Lagoa Redonda), Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Conjunto Alto Alegre), Área Pastoral São Francisco de Assis (Conjunto Palmeiras), Área Pastoral do Parque São Miguel (São Miguel), Área Pastoral Santa Luzia (Pedras).

Pode-se perceber nas palavras do Arcebispo de Fortaleza a necessidade que a Igreja Católica vem demonstrando de atualizar suas divisões regionais e locais a fim de promover, como demonstramos anteriormente, uma aproximação maior com os fiéis. Tal aproximação acontece prioritariamente na esfera da Paróquia, que, como já tratamos, aparece como camada de base da estrutura hierárquica desta instituição milenar. Como vimos, a Paróquia desenvolve atividades pastorais que aproximam a igreja especializada com seus párocos e freiras (nas paróquias que possuem a presença de congregações religiosas) dos fiéis, na tentativa de aumentar o raio de atuação da Igreja, de forma a inibir o crescimento das religiões protestantes e o catolicismo popular.

Cabe ressaltar que a Paróquia de Messejana (Paróquia Nossa Senhora da Conceição) se apresenta como a mais importante das paróquias de sua área (talvez pela condição de Paróquia mais antiga daquela área). Nela são concentrados os encontros de formação, de avaliação e as estratégias e ações mais significativas das pastorais de todas as paróquias da sua região episcopal, principalmente das paróquias e áreas pastorais do entorno.

Consultando os arquivos da Arquidiocese de Fortaleza, através de sua página na internet, foi possível listar as ordens católicas existentes em Messejana (Quadro 09). Esta informação pode ser acessada pelo *link* Congregações Femininas e Masculinas[33]. É possível visualizar, além do nome das congregações, suas casas de oração, seminários, conventos e algumas escolas. Também é possível acessar o endereço e, em alguns poucos casos, um pouco da história e atividades realizadas (em caráter resumido).

[33]Site das congregações: Arquidiocese de Fortaleza:
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg.asp
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg_cat.asp?txt_cat=Masculinas
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg_cat.asp?txt_cat=Femininas

MASCULINAS	
Congregação	**Comunidade**
Ordem dos Frades Menores Capuchinhos	Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil
Congregação Beneditina do Brasil	Residência Mosteiro de São Bento de Fortaleza
Congregação Beneditina do Brasil	Priorado de São Bento
Congregação Brasileira dos Cistercienses	Casa de Estudo
Congregação de São José	Residência Paroquial São Francisco de Assis
Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo	Comunidade Paroquial São Diogo
Ordem dos Ministros dos Enfermos	Comunidade São Camilo Casa de Formação
Sociedade dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus	Área Pastoral de Pedras
FEMININAS	
Congregação	**Comunidade**
Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco	Casa do Coração Imaculado de Maria
Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco	Casa Frei João Pedro
Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco	Noviciado Imaculada Conceição
Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco	Porciúncula - Sede Geral
Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus	Casa do Noviciado
Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus	Casa Geral
Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus	Comunidade Madre Ana Couto
Instituto das Filhas de Sant Ana	Retiro Sant´ana
Instituto das Filhas de Sant Ana	Casa Provincial das Filhas de Sant'ana
Instituto das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores	Noviciado
Instituto Josefino	Patronato Padre Luís Barbosa Moreira
Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus	Fraternidade Nossa Senhora da Saúde
Sociedade Apostólica das Servas de Jesus Cristo	Casa de Formação Irmã Conceição

QUADRO 09 – Congregações Católicas de Messejana
FONTE: Dados da Arquidiocese de Fortaleza/www.arquidiocesedefortaleza.com.br

Em posse destas informações, foi possível elaborar um quadro listando as congregações religiosas, bem como as casas, seminários e conventos estabelecidos em Messejana. Catalogamos oito residências pertencentes a congregações masculinas e 13 pertencentes a congregações

femininas. Entre estas a Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas é maioria absoluta.

Messejana conta ainda com Salão Paroquial Pio X, Casa Paroquial, Comunidade Católica Jesus e Maria (ligada à Comunidade Católica Shalon), Associação São Vicente de Paulo, fundada em 1886. Além disso, cabe destacar o prestígio de sua Igreja Matriz, um dos principais pontos de referência do bairro/Distrito, bem como o fato de esta paróquia concentrar todas as ações de retiros e formação das pastorais atuantes nas paróquias próximas, como Alto Alegre, Lagoa Redonda (estes pontos foram aprofundados no capítulo 1, item 3.4). É na Paróquia de Messejana que são realizadas reuniões de formação e atualização dos membros das pastorais da Região Episcopal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A Figura 14 mostra os equipamentos católicos presentes na área de estudo: a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, que aparece como referência simbólica do poder católico; Casa Paroquial (os pontos que representam estes equipamentos estão mais claros e em segundo plano na Figura 14); Associação São Vicente de Paulo; Comunidade Jesus e Maria (ligada ao Movimento Carismático); Casa de Retiro Sant'Ana, pertencente ao Instituto das Filhas de Sant'Ana; Casa Geral (que inclui os prédios da Casa Geriátrica, Noviciado e Convento) e Instituto Frei João Pedro de Sexto (escola que até 1998 era restrita às crianças e jovens do sexo feminino), ambos pertencentes às Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco; o Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil e o Seminário, ambos fundados em 1934, pertencentes à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos; Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira, inaugurado em 1953, e Casa de Retiro, do Instituto Josefino; Casa Geral das Filhas de Santa Tereza e Noviciado Nossa Senhora das Dores, da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. È relevante ressaltar que tais equipamentos se encontram localizados na área mais central de Messejana, estando, em sua maior parte, localizados ao longo de duas avenidas centrais: avenida Frei Cirilo e avenida Padre Pedro de Alencar (aparecem representadas pela linha na cor azul); os demais estão localizados em quarteirões subsequentes às avenidas retrocitadas.

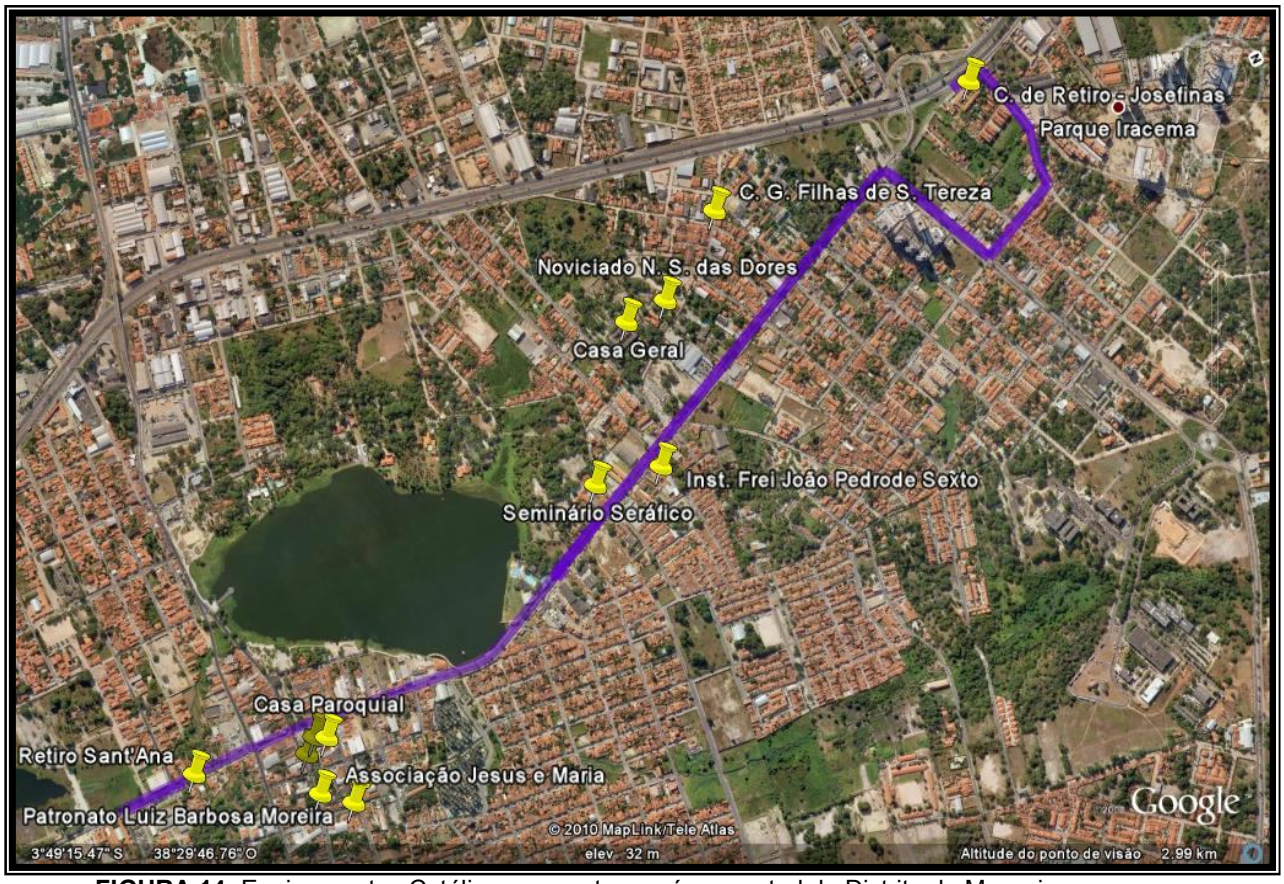
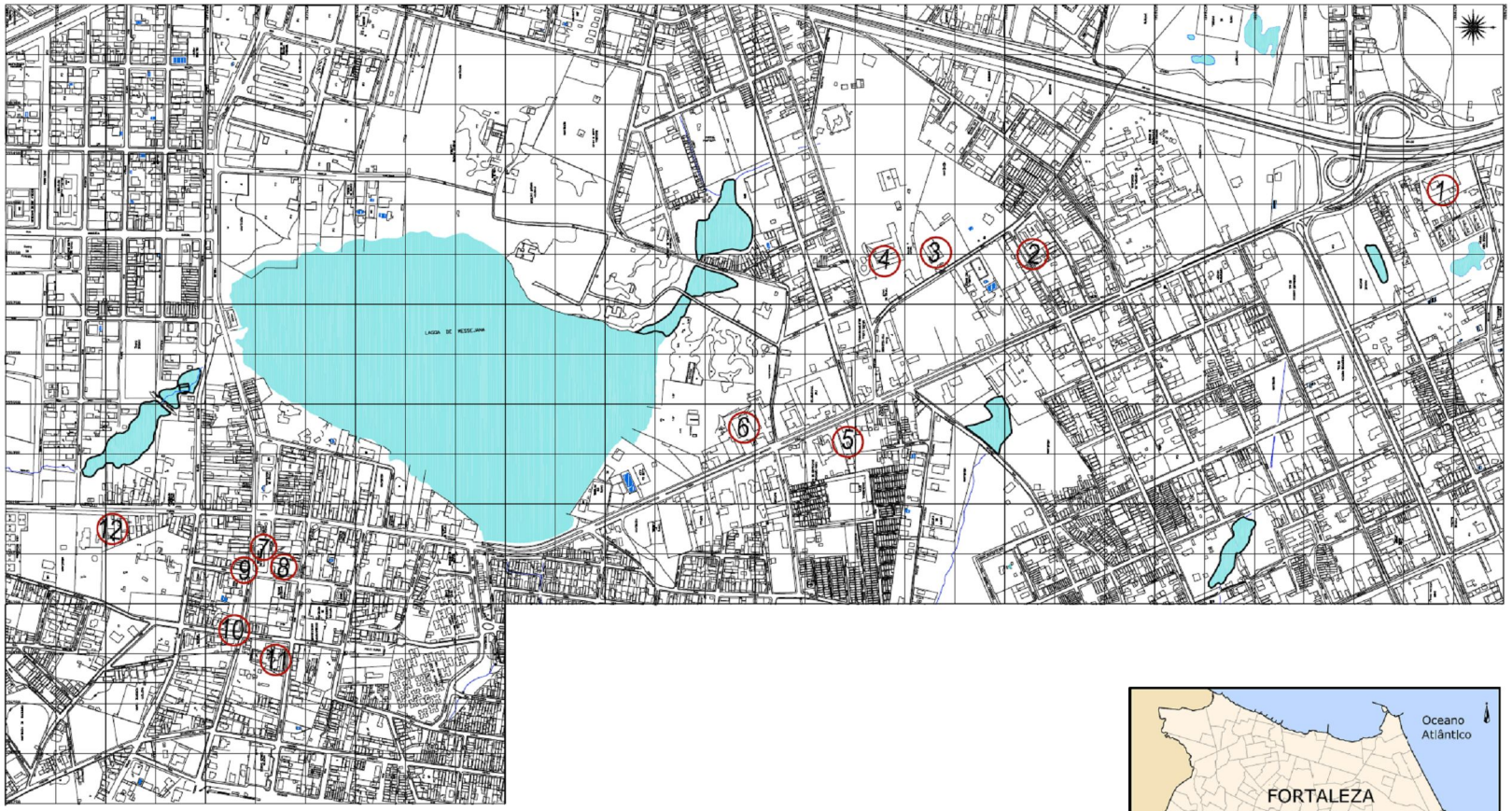


FIGURA 14: Equipamentos Católicos presentes na área central do Distrito de Messejana
FONTE: Google Earth, 2010

A Figura 14 apresenta os principais equipamentos católicos instalados em duas das avenidas mais importantes de Messejana (retrocitadas). As avenidas estão representas pela linha azul na imagem. Logo na entrada de Messejana está a casa de Retiro do Instituto Josefino. Seguindo pela avenida Frei Cirilo, encontraremos outros equipamentos, tais como Colégio Seráfico e o Instituto Frei João Pedro de Sexto. Na avenida Pe. Pedro de Alencar, estão a Igreja Matriz, a Casa Paroquial e a Casa de Retiro Sant' Ana.

A Figura 15 a seguir proporciona maior grau de detalhamento sobre os pontos em questão. Vejamos:



1 CASA DE RETIRO JOSEFINAS

2 NOVICIADO FILHAS DE SANTA TEREZA

3 NOVICIADO NOSSA SENHORA DAS DORES

4 CASA GERAL

5 INSTITUTO FREI JOÃO PEDRO DE SEXTO

6 SEMINÁRIO SERÁFICO

7 IGREJA MATRIZ DE MESSEJANA

8 CASA PAROQUIAL

9 ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO

10 ASSOCIAÇÃO JESUS E MARIA

11 PATRONATO LUIZ BARBOSA MOREIRA

12 RETIRO SANT'ANA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
********** MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA **********

MESSEJANA DA EDUCAÇÃO: A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NA PRODUÇÃO ESPACIAL (SÉCULO XX)

*** MAPA 01 ***
LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CATÓLICOS NA ÁREA CENTRAL DE MESSEJANA

DATUM: SAD- 69
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM: "EQUADOR E MERIDIANO 39°W.GR."
ACRESCIDAS AS CONSTANTES: 10,000 KM E 500 KM,RESPECTIVAMENTE,
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA DO CENTRO DA FOLHA EM 2003 (2°32'W).

ESCALA : 1/150

4.5.1 Desafios para a Igreja Católica no século XXI

As modificações internas na esfera da religião no Brasil no final do século XX apontam para uma elevada taxa de crescimento de religiões protestantes, pentecostais, umbanda, espíritas, entre outras. Tal fato demonstra que as religiões assumem posição mercadológica para a propagação do sagrado. As decisões em termos religiosos passam pelo estudo das necessidades dos possíveis fiéis

> A lógica mercadológica sob a qual a esfera da religião opera produz, entre outras coisas, o aumento da importância das necessidades e desejos das pessoas na definição dos modelos de práticas e discursos religiosos a serem oferecidos no mercado. Ao mesmo tempo, demanda das organizações religiosas maior flexibilidade em termos de mudança de seus "produtos" no sentido de adequá-los da melhor maneira possível para a satisfação da demanda religiosa dos indivíduos. (GUERRA, 2003, p. 1).

As relações sociais, de forma geral, parecem caminhar para uma fluidez. A sociedade vivencia o que Hobsbawn (1995) chamou de presente contínuo, em que a perda do passado público torna menores as perspectivas de um futuro comum. Segundo Hobsbawn, em *A Era dos Extremos*, o mundo do final do século XX entra em uma fase de

> [...] desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente." Para o autor, o que predomina na sociedade capitalista ocidental são "valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais. (Hobsbawn, 1995, p. 24).

"Essa sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocêntricos sem outra conexão entre si em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer, ou seja, lá o que for)" (HOBSBAWN, 1995. p. 25), torna-se tendência até para as religiões que, impregnadas pelo individualismo, reúnem centenas de pessoas em um mesmo espaço sem que exista entre elas causas, questões e lutas comuns. Elas não buscam ou lutam por um mesmo

ideal, apenas procuram a satisfação imediata de suas necessidades pessoais (curas, alcoolismo, desemprego, drogas, depressão, traição etc.).

É fato que as religiões, até as mais tradicionais, se rendem às estratégias mercadológicas para continuar atraindo fiéis. Com a expansão das igrejas evangélicas, que apresentam um discurso mais prático, onde as graças, curas, ou seja, as necessidades são supridas mais rapidamente, a Igreja Católica perde gradativamente parte dos fiéis que vão à busca da satisfação de suas necessidades imediatas.

> O que está em jogo, quando as hierarquias das instituições religiosas abrem espaço para que prevaleça um determinado modelo de religiosidade em detrimento de outro(s), é a eficácia do conjunto de significados e de visões do mundo oferecidos à massa de fiéis atuais e potenciais. Assim, as modificações introduzidas em termos de discursos e práticas religiosas se constituem num esforço no sentido de tornar, a cada momento, o produto religioso oferecido mais eficiente (em termos de eficácia simbólica) no atendimento das necessidades religiosas dos fiéis. (GUERRA, 2003, p. 2).

A Tabela 03 apresenta dados dos censos nacionais entre 1940 e 2000, referentes ao crescimento das religiões. Tais dados apontam a década de 1960 como marco da descatolicização do Brasil.

Tabela 03: Evolução da porcentagem de católicos e de seus concorrentes no Brasil

Descrição/data	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
População	41236315	61944397	70191370	4139037	119002706	146825475	169.799.070
Católicos	95.0	93.4	93.0	91.7	89.0	83.3	73,8
Evangélicos	2.6	3.3	4.0	5.2	6.6	9.0	15,4
Espíritas	1.1	1.6	1.4	1.3	1.2	1.6	1,4
Outras	0.8	0.8	1.0	1.0	1.2	1.0	1,2
Sem religião	0.5	0.8	0.5	0.8	1.8	5.1	7,3

FONTE: IBGE, Censo 2000 (Adaptado)

A interpretação dos dados deve levar em conta, além do crescimento das outras religiões, a crescente mudança na declaração dos entrevistados, pois é sabido que algumas pessoas declaravam ser católicos, mesmo pertencendo a outras religiões ou seitas apenas pelo receio de sofrer algum tipo de preconceito.

Segundo Guerra (2003), já na década de 1960, pode-se observar o crescimento dos evangélicos e das religiões afrodescendentes no Brasil.

> Se refinarmos as informações relativas às estatísticas de crescimento dos evangélicos e dos afro-brasileiros, notaremos que o principal alvo e público desses modelos de religiosidade eram as camadas pobres da população, que, sobretudo naquele momento, constituíam a ampla maioria no país. (P. 2).

Para fazer frente ao cenário que se instala no Brasil, nessa época, a Igreja Católica busca adotar posição mais próxima das camadas menos favorecidas. Com as transformações realizadas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, criam-se a CEBS – Comunidades Eclesiais de Base, que marcam a mudanças de estratégia da Igreja que passaria a porta-voz dos pobres, das mulheres, dos trabalhadores, estudantes, sindicalizados, intelectuais e movimento negro (GUERRA, 2003).

Tais transformações parecem não ter surtido o efeito desejado na manutenção dos fiéis, dando margem para o crescimento do movimento carismático, que trouxe à tona uma atitude de catolicismo conservador, cujas práticas religiosas apresentam muitas semelhanças com as evangélicas. Diferente das CBEs, que pregavam conquistas coletivas e a ação como testemunho da fé, o movimento carismático, estratégia utilizada pela Igreja Católica para conter o avanço dos pentecostais e neopentecostais, se insere numa perspectiva de mercado do consumo de bens e serviços religiosos: cura e conquistas materiais – trata-se do capital simbólico, evidenciando mais um campo de conflito interno na Igreja Católica.

O movimento carismático não objetiva a luta por grandes causas, mas, de forma semelhante à doutrina evangélica, se dispõe apenas à oração para resolução de problemas e obtenção de benefícios. Outra característica deste movimento é o surgimento dos padres *pop star,* que se aproximam do público jovem por sua linguagem e postura mais jovial, fazendo muito sucesso e arrastando multidões para os eventos católicos.

Em Messejana, a explosão das igrejas evangélicas torna-se mais visível na virada do milênio, apesar de estas igrejas não estarem localizadas muito próximo da Matriz. As igrejas evangélicas (maiores templos) mais representativas na área da Paróquia são: a *Igreja Universal do Reino de Deus,*

Assembleia de Deus Canaã (inaugurada no ano de 2009), *Igreja dos Santos dos Últimos Dias*, sendo esta última a mais antiga na área entre as três citadas.

Na Paróquia, atuam tanto os movimentos Eclesiais de Bases – CEBs, por meio das pastorais, quanto os carismáticos, com a comunidade católica Jesus e Maria. A convivência entre os movimentos católicos (de acordo com as visitas realizadas) parece tranquila, pois muitos dos leigos atuam nos dois movimentos (situação bem diferente de outras paróquias de Fortaleza, onde existem sérios problemas envolvendo esta temática).

As transformações no cenário religioso nos planos nacional e local apontam para a existência de conflitos internos na Igreja Católica. Tais conflitos ocorrem entre congregações religiosas e/ou entre movimentos sociais da Igreja. Além destes, ainda existem os choques externos à expansão de outras religiões que passam a atuar também no ensino, aumentando a concorrência.

5 EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MESSEJANA

O foco principal do capítulo são as escolas confessionais católicas de Messejana. Pensando nisso, listamos as instituições escolares de educação formal na referida área, para que, partindo destas escolas, possamos recompor sua história educacional. São elas: Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil, Instituto Frei João Pedro de Sexto e o Colégio Patronato Luiz Barbosa Moreira.

Na redação deste capítulo, usamos como base Castelo (1970), Ribeiro (1982) e Documentos da Instrução Pública do Ceará, referentes ao século XIX e que foram catalogados pelo Projeto Fontes. Messejana possui grandes escolas públicas, a maioria criada em meados do século XX. Entre estas se destacam a Escola de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar, Escola de 1º Grau Professora Telina Barbosa da Costa, Colégio Paulo Benevides, Escola de Ensino Fundamental José de Barcelos, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Demócrito Rocha e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Angélica Gurgel, entre outras.

No intuito de manter a objetividade da pesquisa, não nos detivemos no tratamento de todas as escolas de Messejana (visto que este bairro é o maior concentrador de escolas públicas de Fortaleza), nem das escolas retrocitadas. Apenas faremos um breve histórico da instrução pública na área, procurando reaver um pouco da sua trajetória educacional desde a elevação a vila até a criação da mais antiga escola pública do Distrito (tópico 5.1). Feita esta ressalva, entraremos na discussão sobre as escolas confessionais católicas propriamente.

5.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MESSEJANA: BREVE HISTÓRICO

Oficialmente, a primeira escola pública que funcionou em Messejana data de 1760, mesmo ano em que foi elevada a vila. Segundo Studart (2004), a vila de Messejana tinha uma escola de primeiras letras sob responsabilidade do Jesuíta Padre José de Amorim, cuja equipe incluía os seguintes membros:

Vigário: Padre Manoel Pegado de Siqueira Cortes

Coadjuntor: Padre Caetano Ferreira da Silva

Diretor: João Caetano Martins

Mestre: Elias de Sousa Paes (STUDART, 2004, p. 234).

> Nas cinco aldeias cearenses vamos encontrar: no setor profissional 23 rapazes; aprendendo a fiar, tecer e coser, o elevado número de cento e cinqüenta raparigas, e freqüentando as escolas primárias trezentos e oitentas e sete alunos. Cuidava-se, assim, do ensino profissional, do doméstico e do de primeiras letras [...]. (CASTELO, 1970, p. 23).

É importante ressaltar que, na busca por estes fatos históricos, temos encontrado muitas lacunas. Os registros são escassos, o que dificulta a reconstituição da vida escolar de Messejana. Castelo (1970), por exemplo, só volta a tratar de Messejana em 1834, quando aponta a chegada de um professor de nome João da Costa Pontes, designado na data de 01 de dezembro de 1834 para o então Município de Mecejana (CASTELO, 1970).

Em 1849, é instalada outra cadeira de primeiras letras em Messejana, pela Lei nº 492, de 16 de agosto de 1849, adotando o método Lancaster. Nessa escola, ensinavam-se as quatro operações aritméticas sobre os números inteiros, frações decimais e ordinárias, princípios de moral cristã de religião do Estado e de gramática da língua nacional (CASTELO, 1970).

Em 1855, documento da Instrução Pública Cearense[34] expedido do Secretário do Liceu, Tomás Pompeu de Souza Brasil, ao Presidente da

[34] Os fatos históricos sobre Instrução Pública do Ceará, relativos a Messejana, entre 1855 e 1880, apresentados neste capítulo, baseiam-se no estudo denominado Projeto Fontes, cujo trabalho foi publicado em CD-ROM: BEZERRA, José Arimatéia B. (org.). **Projeto Fontes**: sistematização de fontes sobre a educação no Ceará (século XIX). Fortaleza: Ed. UFC, 2009. CD-ROM. ISBN: 978.85-7282-321-0

Província do Ceará, Vicente Pires da Motta, dá conta da remoção do professor primário da Povoação de São Francisco para a de Mecejana, mediante o ofício expedido a 06 de fevereiro de 1855. O documento, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Pe. Hippólito Gomes Brazil, ao Presidente da Província, Dr. Lafayete Rodrigues Pereira, de 30 de junho de 1865 (nº 146), trata da remoção do professor da cadeira de Parazinho para a de Mecejana. Diomedes Menalippo de Sousa e Costa entrou no exercício desta cadeira no dia 17/06/1865 (BEZERRA, 2009).

Em 04 de fevereiro de 1867, o documento nº 40, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Domingos Jose Nogueira Jaguaribe, ao Presidente da Província, Dr João de Sousa Mello e Alvim, comunica que a professora da cadeira de Instrução Primária da Povoação de Mecejana, Dona Úrsula Maria da Guerra Passos, nomeada professora de instrução pública primária do sexo feminino por Portaria de 07/01/1867, entrou no exercício do referido cargo no dia 01/01/1867. (BEZERRA, 2009)

Em 16 de outubro de 1873, o documento de nº 318, expedido pelo Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva, ao Vice-Presidente da Província, Comendador Joaquim da Cunha Freire, comunica que a professora de Instrução Primária do sexo feminino da Povoação de Mecejana, D. Francisca Cândida Sabóia, entrou em exercício no dia 01/10/1873. (BEZERRA, 2009)

Em 18 de fevereiro de 1874, segundo o documento de nº 75, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá, apresenta comunicado de que o professor público do Ensino Primário da Povoação de Mecejana, José Henrique Teixeira de Andrada, entrou no exercício de suas funções em 26 de janeiro de 1874. O mesmo Diretor, em 18 de março de 1874, pelo documento de nº 105, informa sobre as condições em que se encontram as escolas públicas das Povoações de Mecejana e de Arronches, da Comarca de Fortaleza, por serem as mais importantes da Província, solicitando verbas para reparos em dois prédios nacionais que eram casas de câmaras para serem destinados às respectivas escolas (BEZERRA, 2009).

O documento expedido pelo Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Theofilo Rufino Biserra de Meneses, ao Presidente da Província, Dr

José Júlio d'Albuquerque Barros, de nº 226, de 01 de julho de 1878, comunica que o professor primário transferido da Vila do Cascavel para Mecejana, José Autario de Queiroz e Mello, entrou no exercício de suas funções no dia 01/07/1878 (BEZERRA, 2009).

Outro documento da Instrução Pública (expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Pe. João Augusto da Frota, ao Presidente da Província, Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury), de nº 229, datado de 10 de agosto de 1880, informa sobre o pedido de parecer a respeito do Projeto de Lei nº 27 de 1880, que cria uma cadeira mista do ensino primário na estrada de Mecejana e expõe as vantagens da criação de outras três cadeiras, uma em Soure ou Jacarecanga e duas no centro da cidade de Fortaleza. Para ocupar essa cadeira mista foi realizado concurso público no Liceu, sendo aprovada Dona Cândida Argentina da Frota (BEZERRA, 2009).

Segundo Ribeiro (1982), em 1897, o então Secretário do Interior, Luiz de Melo, em relatório apresentado ao presidente, Pedro Augusto Borges, dizia haver na Vila de Messejana uma escola primária do sexo masculino com 54 alunos matriculados e outra do sexo feminino com 70 alunas matriculadas, sendo a primeira dirigida pela professora Rosa Leite de Oliveira e a segunda pela professora Helena da Franca Alencar.

No início do século XX, instalou-se uma escola no Distrito de Cajazeiras. Entre os professores que por ela passaram, figuram: Antônia de Paula Sampaio, Maria do Livramento, Francisca Cordeiro Castelo Branco e Francisca Alves Nogueira (RIBEIRO, 1982).

> Os demais distritos tiveram escolas de fundações posteriores, a saber: Aterro, criada pela lei 1145, de 13-9-1913, e teve como professora Angélica Lima de Matos; Janguruçu, fundada pela lei 1392, de 03-09-1916, a qual foi dirigida pela professora Matilde Liberal de Castro; Jaboti, criada mediante a lei 1473, de 19-10-1917, regida pela professora Guiomar de Oliveira Silva; Ancori fundada de acordo com a lei 1474, também de 19-10-1917, e teve como professora Lídia Machado Rodrigues; Lagoa Redonda, fundada conforme lei 1698, de 04-10-1919 na qual lecionaram as professoras Alice Mendes Cavalcante e Francisca Alves Nogueira. A escola de Paupina, de fundação ignorada, teve como professora Maria Gênova. Havia, também uma escola no Cocó de fundação igualmente ignorada, cujas professoras se chamavam Alexandrina Viana e Francisca C. Ferreira. (RIBEIRO, 1982, p. 91).

Ribeiro (1982) também aponta a escola dirigida pela professora Francisca Castelo Branco, localizada nas proximidades da Igreja Matriz da Vila de Messejana. Tratava-se de um salão anexo ao corpo da casa onde residia a professora, na rua Padre Pedro de Alencar, 558.

Em 1922 foi iniciada a construção de um prédio na rua que depois viria a se chamar Padre Pedro de Alencar, em Messejana, no qual seriam reunidas as escolinhas dispersas nos distritos e Centro. A escola, que recebeu o nome do grande escritor cearense José de Alencar, iniciou suas atividades no ano de 1922. O prédio que havia sido construído para sediar a Prefeitura do extinto Município de Messejana foi cedido por Edmundo Alencar para a instalação desta escola, uma vez que o referido órgão passou a funcionar na Prefeitura de Fortaleza. O primeiro nome recebido foi Escola Isolada de Messejana. (www.portaldemessejana.com.br/colegiojosedealencar)

Em 26 de março de 1923, em razão dos esforços das professoras Angélica Almeida e Júlia Caminha Costa e Silva, foram agrupadas suas escolinhas, dando origem às Escolas Reunidas de Messejana, recebendo a denominação de Escola Pública Mista do Arraial do Aterro, então sob o comando da Diretora Angélica Lima de Matos, que permaneceu no cargo durante 25 anos.

Em 1948, a professora e ex-aluna desta escola, Maria Holandir Matos de Freitas, recebe, de sua tia, a direção, ficando à frente do estabelecimento por 23 anos, agora sob o nome de Escolas Reunidas de Messejana, funcionando com duas turmas distribuídas em dois turnos.

Durante o governo do desembargador Faustino de Albuquerque, a escola recebeu o nome de Grupo Escolar de Messejana. Com a extinção do Grupo Escolar José de Alencar, na praça José de Alencar, em Fortaleza, Raul Barbosa, então governador, achou por bem dar a esta escola o nome do romancista cearense nascido em Messejana, José de Alencar, grande escritor brasileiro e como homenagem aos filhos da terra de Alencar.

A diretora da época ampliou de dois para oito, o número de salas de aula, dando, assim, maiores oportunidades às crianças deste Distrito. Construiu, também, um pequeno pátio para recreação. Sua meta principal era conseguir, junto às autoridades, um prédio novo e moderno, que pudesse oferecer aos estudantes maior conforto e oportunidade de desenvolver a

filosofia expressa na lei nova, já que o prédio atual não oferecia nenhuma condição.

Em 1975, foi construída a sede própria, exclusivamente para fins escolares, situado na rua Veneza n° 84, - Messejana, com excelente condição física e geográfica e, de acordo com a moderna pedagogia, em ambiente arejado, arborizado, de clima ameno e com boa luminosidade.

No início de 1976, processou-se a mudança da escola, que iniciou suas atividades em fevereiro daquele ano e, sob a direção de Maria Alpha Monteiro Rodrigues, com o nome de Escola de 1° Grau José de Alencar.

Em 1991, assume a direção dessa escola a professora Lindalva Bezerra Araújo e, sob sua direção, a escola deixa de ser somente autorizada e passa a ser reconhecida, recebendo então o nome de Escola de Ensino Fundamental José de Alencar. Já tendo passado por várias reformas, em 1999, foi implantado o Ensino Médio, atingindo assim a meta estabelecida por esta comunidade escolar e recebendo a denominação de Escola de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar.

5.2 SUBVENCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NO CEARÁ

Analisando a trajetória das instituições católicas de ensino de Messejana, deparamos a existência de convênios entre estas escolas e o Estado. Tanto o Instituto Frei João Pedro de Sexto, quanto o Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil funcionavam em sistema de convênio, sendo subvencionadas pelo Governo.

Durante a investigação das escolas confessionais de Messejana, sentimos a necessidade de verificar os mecanismos e auxílios disponibilizados pelo Estado, visto que todas as escolas estudadas (com exceção do Patronato Luis Barbosa Moreira) foram beneficiadas com os convênios.

Consultando o estudo das professoras Sophia Lerche Vieira e Isabel Farias (2006) sobre Educação nas Constituições do Ceará, verificamos nas Constituições Estaduais de 1878, 1881, 1947, 1967, 1972 e 1988, artigos que

tratam do subvencionamento de instituições particulares. Tal auxílio seria prestado a instituições filantrópicas, confessionais ou comunitárias, cuja clientela fosse provadamente pobre. Também é especificado (em alguns documentos) que o auxílio podia conter itens como: bolsas de estudo, equipamentos didáticos, manutenção do prédio, professores, entre outros.

O Regulamento Orgânico da Instrução Publica e Particular da Província do Ceará, de 1881, na sua Secção IV, trata do ensino particular. E traz nos artigos 65 e 66 texto sobre o subvencionamento de tais instituições:

> Art. 65 – As escolas e estabelecimentos particulares de educação e instrucção poderão ser subvencionados, tendo preferência:
> § 1 Os Jardins de Infancia que forem fundados por senhoras para educação e instrucção de meninos de 3 a 6 annos de edade.
> § 2 As escolas professionaes, as especiaes e de aprendizado.
> Art. 66 – Desde que qualquer estabelecimento particular de educação e ensino for subvencionado pelos cofres provinciaes ficará sujeito á todas as disposições deste Regulamento relativas á inspecção e fiscalisação**.** (VIEIRA; FARIAS, 2006 Vol. III. P. 50-51).

Segundo Alves (2005), a Constituição Federal de 1937 tornou mais evidente a possibilidade da destinação de recursos financeiros do Erário para a manutenção da escola particular e confessional.

> Embora tenha ocorrido com certa profusão, durante algum tempo, a destinação de verbas começa a ficar comprometida, por razões de ordem econômica, mas, sobretudo, por pressão política, a partir dos anos 60. Esse repasse de verbas, que hoje praticamente inexiste, nunca chegou a ser devidamente regulamentado. (P. 211).

Em anexo denominado *Constituições do Ceará: dispositivos sobre educaçã*o, VIEIRA; FARIAS (2006), apontam a Constituição de 1947, no Titulo VI, que trata da Família, da Educação e da Cultura, no capítulo II intitulado: Da Educação e da Cultura que declara:

> Art. 147 – O Estado instituirá pelos órgãos competentes e pelo Conselho Técnico de Educação, o seu sistema educativo, mantendo estabelecimentos oficiais e subvencionando os particulares de ensino primário, secundário, normal, normal-

> rural, profissional e superior, dentro das directrizes gerais do plano de educação nacional.
> Os estabelecimentos particulares de ensino que forem subvencionados pelo Estado deverão proporcionar ensino gratuito a estudantes provadamente pobres, em número e pela forma que serão determinados em lei. (CE 1947, *apud* VIEIRA; FARIAS, 2006, Vol. I p. 63).

No mesmo anexo, Vieira; Farias (2006) recobram a constituição de 1967, Titulo IV – Da Família, da Educação e da Cultura cujo artigo 140 reza que:

> Os estabelecimentos particulares de ensino que forem subvencionados pelo Estado deverão proporcionar ensino gratuito a estudantes pobres, em número e pela forma determinados em lei. (CE 1967, art. 140 *apud* VIEIRA; FARIAS, 2006, Vol. I p. 66).

Em 1972, segundo a Lei nº 9.636, de 31 de outubro de 1972, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dispõe sobre o Sistema de Ensino do Estado do Ceará. No Titulo VI que trata do financiamento temos que:

> Art 59 – As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômicos para o atendimento do objetivo.
> Parágrafo Único – O valor dos subsídios concedidos nos termos deste artigo será calculado com base no número de matriculas gratuitas e na modalidade dos respectivos cursos (ilegível) padrões mínimos de eficiência escolar propriamente estabelecidos e tendo em vista o seu aproveitamento. (VIEIRA; FARIAS, 2006, Vol. III. P. 200-201)

Esta mesma lei trata do tipo das modalidades dos subsídios de que poderiam dispor as instituições de ensino particulares.

> Art. 60 – O Estado poderá cooperar com o Ensino Particular através das seguintes modalidades de ajuda:
> I – financiamento e estabelecimento de ensino reconhecido para a educação, construção ou reformas de prédios escolares, bem como para instalação de equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor e as normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação;

> II – assistência técnica visando á melhoria de atribuições Ensino – Aprendizagem;
> III – subvenção e auxílio de acordos com as leis especiais em vigor e as normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação. (VIEIRA; FARIAS, 2006 Vol. III. P. 201).

A Constituição do Ceará de 1989, sobre este aspecto do financiamento de instituições particulares (adota postura semelhante à da Constituição Federal de 1988), reza que os recursos públicos serão destinados a escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, definidas em lei, que comprovem finalidade não lucrativa e que destinem seus recursos a atividades de educação e que, no caso de encerramento de suas atividades, destinem seu patrimônio a outra escola confessional, filantrópica, comunitária ou ao poder público (CE 1989, art. 231 *apud* VIEIRA; FARIAS, 2006 p. 72).

Esta mesma constituição dá o pontapé inicial para a municipalização do ensino no Ceará

> A Constituição de 1989 antecipa dois importantes temas do debate sobre educação nos anos subseqüentes à sua promulgação – a eleição de diretores e a municipalização do ensino (CE 1989, Art. 220 e 232). Em ambos os casos prevê-se posterior regulamentação através de legislação específica, o que, de fato, ocorre. (VIEIRA; FARIAS, 2006; Vol. I p. 48).

A proposta de municipalização do ensino começou a ser cogitada, no Brasil, a partir nos anos de 1950, por Anísio Teixeira, que acreditava nesta como uma forma de expansão do ensino fundamental. Os debates da época inseriram o tema na Constituição Federal de 1988, propondo que os municípios fossem responsáveis prioritariamente pelo ensino fundamental e pré-escola (RAZO; FERNANDES, 2005). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB definiu o município como agente federativo autônomo para a formulação e gestão pública Ensino Fundamental (Lei nº 9.394/96). Some-se a este cenário a criação (Emenda Constitucional nº 14, de 1996) do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (implantação em 1998), que tornou maior o interesse dos municípios em investir na ampliação de rede própria de escolas.

No Ceará, no ano de 1990, foi lançado o Decreto Estadual de nº 20.620, que institui o Programa de Municipalização do Ensino Fundamental, e que, juntamente com a Lei nº 12.452, de 06 de junho de 1995, dispõe sobre o processo de municipalização do ensino público do Ceará, apontam para a construção de prédios próprios para escolas municipais a fim de atender a demanda por educação (VIEIRA; FARIAS, 2006; Vol. III).

Entre as determinações estão a construção, ampliação, equipamento e manutenção de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Lei nº 12.452 art. 7º parag. III VIEIRA; FARIAS, 2006; Vol. III p. 246). A municipalização do ensino desencadeou, durante a década de 1990, a gradativa retirada de recursos do Poder Público para as escolas particulares, pois, com a construção de uma rede própria de escolas, o município transferia tais recursos para sua rede.

Assim no ano de 1998, as escolas católicas de Messejana perdem o convênio com o Município. A perda financeira incluía, além de despesas com o prédio das escolas, material didático, merenda escolar, salário dos professores, equipamentos de áudio e vídeo (CE 1972, art. 60 I, II, III *apud* VIEIRA; FARIAS, 2006 Vol. III. P. 201). Torna-se fácil compreender o alcance da crise que atingiu estas escolas na década de 1990. Apesar dos problemas enfrentados com relação aos atrasos de repasse das verbas para as escolas conveniadas e as alternâncias com momentos em que os convênios eram suspensos, esta verba era parte significativa no orçamento dos colégios.

Torna-se relevante comentar que esse processo ocorreu não apenas em Fortaleza, mas no Brasil de maneira geral. Grandes escolas católicas foram objeto da perda de subvencionamento por parte dos governos, e com a instituição de um novo modelo empresarial para a educação que privilegia a preparação do aluno para exames vestibulares e concursos.

Nesse modelo educacional, a escola católica torna-se obsoleta nos moldes como vinha tratando do ensino-aprendizagem. O discurso de preparação para a vida, antes apreciado pelas famílias, é deixado de lado por uma postura mais agressiva, mais apropriada a pais cada vez mais fora de casa e que objetivavam a formação específica para o mercado de trabalho, adotada por escolas que se demonstram cada vez mais competitivas, inseridas no modelo neoliberal de educação.

5.3 EDUCAÇÃO CONFESSIONAL CATÓLICA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Não pretendemos realizar discussão aprofundada sobre a educação Católica no Brasil, pois tal tema demandaria leituras mais aprofundadas e maior amadurecimento dos argumentos. Não podemos, porém, simplesmente esquecer de que as escolas confessionais em estudo estão conectadas e são resultado das relações econômicas, sociais e políticas historicamente constituídas.

De maneira geral, Alves (2005) apresenta quatro períodos bem distintos na trajetória da escola católica nas últimas décadas. O primeiro período, de 1945 a 1962, prolonga a polêmica das décadas anteriores, entre católicos e liberais, e a luta da escola pública *versus* escola privada.

> Na Constituinte de 1946, a Escola Católica, sustentada por parcela significativa da Igreja e de seu episcopado, defende a liberdade de ensino e o inalienável direito da família em optar pela educação dos filhos custeada, se necessário fosse, pelo poder público. Fortifica-se a consciência de se assumir com ardor a tarefa de melhoria das escolas católicas para preparar elites cristãs capazes de influenciar a Sociedade. A maioria das escolas católicas persevera no modelo tradicional, academicista e de matriz humanista, enquanto alguns, sob influência da Escola Nova, propugnam o método montessoriano adaptado por Hélene de Lenval através do Pe. Faure do Institu Catholique de Paris. (P. 211)

O segundo período vai de 1962 a 1979 e é marcado pelo crescimento da escola privada. A CNBB lança um Plano de Emergência, por influência da JEC – Juventude Estudantil Católica e da JUC – Juventude Universitária Católica, propondo a renovação dos educandários católicos, uma escola com espírito de família e voltada para evangelização. Inicia-se a preocupação com a formação extramuros de religiosos e leigos educadores, por meio de cursos e congressos. Tais iniciativas refletem os problemas que já enfrentavam as escolas católicas, em relação a financiamento, por exemplo.

> Ainda nesse período é promulgada a LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional], a Lei 4.024 de 21 de dezembro

> de 1961, que vem dar às escolas maior autonomia na sua organização administrativa, disciplinar e didática, desafiando a Escola Católica a se reorganizar. Também a publicação de Gravissimum Educationis Momentum, em 1965, lança novos desafios sobre a Escola Católica. Multiplicam-se, por força destes fatores conjunturais, as experiências pedagógicas em diversas instituições educacionais católicas. (ALVES, 2005, p. 212)

O terceiro período vai de 1979, com a Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla – México, até a promulgação da nova Constituição do Brasil (1988). Conflitos internos põem em evidência a disputa entre setores e diferentes filosofias dentro da própria Igreja.

> A pressão do regime militar e a proximidade da Igreja e dos religiosos com as classes populares e seus movimentos vão abrir outras perspectivas e suscitar reflexões sobre o papel social da Educação e da Escola Católica. As reflexões sofrem a influência das teorias crítico-reprodutivistas. [..] Acentua-se o conflito entre Escola Católica particular, paga e de acesso exclusivo às classes abastadas e uma Igreja que faz declarada Opção Preferencial pelos Pobres. (ALVES, 2005, p. 212-213).

O quarto e último período prolonga-se de 1988 aos nossos dias. É marcado pela atuação conjunta de leigos e religiosos, ainda que gradativamente, atingindo inclusive cargos da direção. Os debates ocorrem na orbita dos novos desafios postos às escolas católicas: quanto às isenções decorrentes da "filantropia"; o debate sobre a relação entre educação e assistência social; à obtenção de verbas públicas; à política para as mensalidades escolares; à diminuição, ao envelhecimento e ao deslocamento dos efetivos religiosos; ao decréscimo do número de alunos; à agressiva lógica do mercado educacional; à persistência no fechamento de escolas; à crescente e irreversível entrada dos leigos para cargos diretivos nas instituições; ao debate e às conseqüências em torno da LDB de 1996 e legislação dela decorrentes. (ALVES, 2005, p. 213).

Para Alves (2005), a competitividade que brota da globalização traz a necessidade da adoção de algumas características: flexibilidade, competitividade, adoção de novas tecnologias, promoção de treinamentos contínuos, capacidade de tomada de decisão rápida, qualidade de gestão. Para esse autor, a Igreja Católica deve adotar estratégias que associem a formação

cristã e de mercado, incluindo uma mudança de postura, maior abertura para as transformações tecnológicas inerentes a uma economia globalizada. Alves (2005) menciona ainda a constituição de redes de escolas, com o objetivo de reduzir despesas. Segundo o autor, apenas dessa maneira a escola católica tornar-se-ia realmente competitiva.

5.4 ESCOLAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS DE MESSEJANA

Conversando com os dirigentes das escolas Católicas de Messejana, percebemos que os seus alunos, seja no período de convênios ou no pós 1998, são oriundos da grande Messejana. Não estão de maneira alguma resumidos ao bairro apenas, pois são estudantes que vêm desde os bairros mais próximos, mais distantes ou mesmo de municípios vizinhos (Eusébio, Aquiraz, Itaitinga, principalmente). O raio de atuação das escolas confessionais católicas do Distrito é resultado da sua posição como escolas tradicionais, sejam católicas ou leigas, bem como da característica marcante de Messejana com relação ao setor de serviços.

5.4.1 Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil

Os frades capuchinhos, tendo a necessidade de instalação da ordem no Ceará e Piauí, procuravam um lugar calmo e retirado para aí instalar um Seminário. Aproveitando-se da relação histórica de Messejana com a religião católica, da sua relativa proximidade com o centro de Fortaleza, do ambiente calmo e verde, com grandes espaços para a expansão do seminário e que permitiria a instalação de outras congregações, tornaram esta uma área atrativa para a referida Ordem.

> Em 1934 os frades capuchinhos precisavam de um recinto para formar seminaristas. Messejana em termos de distância de

> Fortaleza foi julgada um lugar ideal, pois juntava duas características que se apresentavam como elementos estratégicos e de grande importância na avaliação da época: distância relativamente grande do centro de Fortaleza para os burburinhos da cidade, considerados prejudiciais à formação de seminaristas, tranqüilidade e contatos com a natureza eram critérios satisfatórios à edificação desejada. Segundo estes critérios, muito enfatizados na pedagogia da época foi construído o Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil (ABERTURA DE CONVENTOS EM FORTALEZA, 2009 http://vocacionadoscap.blogspot.com/2009/02/abertura-de-conventos-cepi.html).

Em 1934, foi inaugurado o Seminário Seráfico de Messejana, embora tendo sido concluído apenas anos depois. Entre 1945 e 1965, o Seminário de Messejana educou turmas de crianças e jovens, oscilando entre 70 e 90 seminaristas ao ano. No ano de 1969, o Seminário passou a admitir alunos de fora para estudar com os seminaristas. Entre 1970-1972, foram admitidos alguns alunos internos não vocacionados, mas que aceitavam a disciplina do Seminário (MORAES, 2000).

Segundo Frei Paulo, Diretor do Colégio Seráfico, o Seminário foi criado inicialmente para a formação de frades, porém, ao longo dos anos, em razão das modificações internas da própria Igreja, dada a nova conjuntura que se apresentava (as determinações do Concilio Vaticano II), na década de 1960 e 1970, o foco de atuação do Seminário foi ampliado.

> Essa casa foi construída com essa intenção, de ser a casa da região Norte e Nordeste, [...] para formar os nossos confrades. Aí só depois quando nos anos 1960, muda um pouco a história com o Concílio Vaticano II, e houve todo um momento de recuada, em que pessoas que estavam no convento saíram e foram viver novas vidas, novas experiências. Então o convento ficou vago e se pensou em uma nova forma de se trabalhar, pra não ficar com essas casas ociosas, aí, pelos anos 1970, começa a se fazer convênio, por que aqui também era um lugar de catequese, era um lugar de evangelização. (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010).

Em 1974, foi feito o primeiro convênio com a Secretaria de Educação do Município e, em 1976, com o Ministério da Educação – MEC. Neste sistema, a escola cedia o espaço e o Município participava com o fornecimento dos funcionários, equipamentos (televisão para o telensino,

material didático, e merenda escolar), porém a administração, a direção da escola ficava sob o controle dos frades franciscanos.

> Em 1975, [...] a parte estritamente do Seminário foi adaptada para Colégio externo das crianças pobres dos bairros circunvizinhos, sendo então dividida em salas de aula e forrado com pré-moldado o grande salão dormitório dos seminaristas. [...] foi feita uma saída lateral para o colégio, para evitar a perigosa saída direta para a BR 116[35]. (MORAES, 2000, p. 127).

Em 1976, o colégio passou a funcionar com classes mistas. Os seminaristas estudam com alunos e alunas de fora do Seminário (MORAES, 2000).

> Após a reforma feita no prédio de 1976-1977 [...], o Seminário ficou divido em duas áreas, a de residência dos frades e dos seminaristas (estudantes postulantes), e a área do Colégio onde funciona o ensino de primeiro grau e o Projeto Casulo, a serviço da comunidade dos bairros circunvizinhos ao Seminário, funcionando em regime de convênio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza até o final do ano de 1998. (MORAES, 2000, p. 129).

Em 1998, com a retirada do convênio, o Seminário Seráfico entrou em severa crise. A retirada do convênio levou à perda dos professores, merenda escolar, material didático e de escritório. Segundo Frei Paulo, a retirada do convênio *"*causou uma grande dificuldade, primeiro que nós não éramos acostumados a administrar a escola com nosso próprio dinheiro, outra, nós não somos educados para a educação, nós somos formados para a catequese" (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010). De acordo, com o Sacerdote, os próprios frades tiveram num primeiro momento que assumir a sala de aula.

Desde então, a escola passa por uma reestruturação, tendo voltado à condição de escola particular totalmente gerida pelos frades capuchinhos, tendo como referência pedagógica e administrativa o Colégio Pio X, localizado no centro da Cidade, extinto em 2006. A primeira gestão da instituição coube ao Frei Benjamim de Bergamo, seguida por outros frades que por ela

[35] Na época, a BR 116 cortava o centro de Messejana. Com a construção da nova BR 116 (que passa por fora do centro de Messejana), na década de 1980 a estrada recebeu os nomes de avenida Frei Cirilo e mais a frente de avenida Padre Pedro de Alencar.

passaram. Atualmente, o Colégio Seráfico é administrado por Frei Francisco de Paulo Pereira da Silva, assessorado por uma equipe de profissionais leigos que tratam da gestão, tanto administrativa como técnica e educacional da instituição[36].

Em 2001, por orientação do Conselho de Educação, muda o nome de Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil para Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil. Segundo a direção, o Colégio Seráfico oferece aulas do ensino fundamental ao pré-vestibular e tem como propostas básicas as seguintes:

1 – ter uma proposta de vida fundamentada na ética cristã, que ofereça respostas aos desafios dos tempos atuais e dos novos tempos;

2 – proporcionar a organização de eventos e atividades escolares, atuando neles de forma cooperativa, participativa e integrada;

3 – favorecer um ambiente fraterno, alegre, em um clima de reciprocidade e confiança; e

4 – promover conhecimentos, saberes atualizados, contextualizados e críticos, numa relação interdisciplinar que favoreça ao educando situar-se no mundo e ser capaz de fazer a sua síntese, integrando ciência, fé e valores morais e espirituais.

A Figura 16 aponta alguns dos mecanismos de propaganda do Colégio Seráfico, Tais argumentos são comuns as escolas católicas de Messejana. Podemos observar que o cartaz destaca como qualidades um ensino preocupado com a fé e a formação de valores cristãos. O *slogan* do Cartaz – “Educação combina com fé e vida” – traduz a intenção de transmitir a ideia de que a escola católica ainda seria um espaço para aprender para o mercado de trabalho e para a vida. No cartaz de 2010, o Seráfico ainda não apresenta uma propaganda arrojada voltada para o exame vestibular, postura que difere da adotada pelo Patronato Luís Barbosa Moreira, que inaugurou um *twitter* em seu *site*, como veremos mais adiante.

Segundo Frei Paulo (diretor do colégio), a missão principal do colégio

[36] http://www.colegioserafico.com.br/index.php/história

> [...] é oportunizar uma educação abrangente que possa gerar nos educandos uma dimensão real e concreta da vida, onde o conhecimento possa integrar, de maneira coerente e crítica, Deus, o homem, a família e a comunidade, tendo como referencial os valores evangélicos Franciscanos de Paz e Bem. (FREI PAULO, Colégio seráfico, 15/07/09).

FIGURA 16 – Cartaz de divulgação do Colégio Seráfico N. S. do Brasil.
FONTE: Disponível em: www.colegioserafico.com.br/index.php

O Colégio Seráfico oferece aulas de catecismo sob a coordenação do Sr. Dinamar Albuquerque para seus alunos, além de confissão e preparação para o Crisma. São promovidos encontros semanais para leitura e reflexão dos textos bíblicos

> Além dos encontros semanais, outras atividades serão realizadas com o objetivo de enriquecer e dinamizar a preparação dos catequizandos e de seus pais e/ou responsáveis. Acompanhamento pessoal; Reunião de pais e/ou responsáveis; Celebração da Páscoa; Momento de Confraternização; Ensaios; Retiro; Recepção do Sacramento da Reconciliação (confissão); Celebração da Comunhão Eucarística Na Celebração Eucarística, cada família sente-se gratificada, colhendo o fruto de seu esforço e de seu compromisso. (1ª EUCARISTIA, 2009, www.colegioserafico.com.br).

Como podemos observar, o Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil mantém uma posição comum às escolas confessionais católicas: ensinar os dogmas e as práticas do catolicismo aos seus alunos, buscando envolver toda a família na educação cristã que pretende colher como resultado pessoas seguidoras da doutrina católica como forma de manter a religião,

exemplificando as discussões levantadas no capítulo 4 desta pesquisa. A Figura 17 foi retirada do livro *Província de São Francisco da Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí*, escrito por Frei Moisés Siqueira de Moraes (2000), e mostra, segundo a legenda da própria foto, que os alunos estavam reunidos no pátio interno do Colégio como de costume para leitura da Bíblia antes do início das aulas. Moraes (2000) não informa na legenda a data da foto, porém, é possível verificar que ela remete ao período de convênio, pelo estilo da farda, semelhante à das escolas públicas dos anos de 1990.

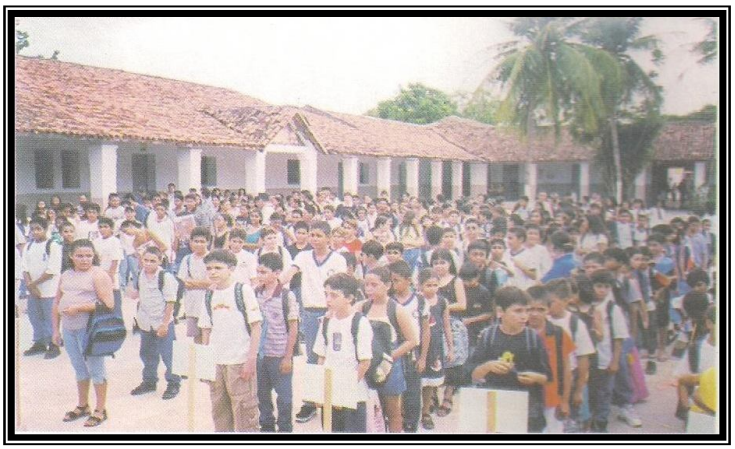


FIGURA 17: Alunos no Pátio interno do Colégio Seráfico
FONTE: MORAES, 2000, p. 271

As entrevistas apontam a posição severa do Colégio Seráfico em relação a formação religiosa de seus alunos. Desde o primeiro anos do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio, os alunos são acompanhados de perto pelos frades que levam seus alunos a participar das missas na capela da escola e das atividades de catequese, além de incentivá-los a inscrever-se na nas aulas de Crisma oferecidas pela Paróquia de Messejana.

As visitas realizadas nas escolas dão conta de ambientes calmos e silenciosos (na maior parte do tempo). Os alunos são orientados a caminhar com delicadeza, não sendo permitido retirar-se da sala de aula sem autorização do professor. Quanto as atividades extraclasse – catecismo, reuniões de Crisma, missas, grupo de jovens – são oferecidas a todos os alunos. A escola informa que não existe imposição, pois aceita estudantes que não são adeptos da religião católica; mas, Frei Paulo assevera que

> [...] Nós não podemos deixar de falar e trabalhar a nossa mística. Eu aqui não deixo, não permito um aluno meu ficar sem assistir a missa mensal da escola, pode ser da religião que ele for, mas ele tem a obrigação de estar na celebração. Por que a celebração eucarística da escola é um momento também educativo, formativo para eles. Se lá ele tiver rezando para o Deus dele em quem ele acredita para mim não é problema mais ele tem que estar naquele momento ali junto com os outros. Eu não abro mão disso. (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010).

FIGURA 18: Missa de abertura do ano letivo de 2010
FONTE: www.colegioserafico.com.br

A Figura 18 exemplifica a fala do Diretor do Colégio, que aparece na foto, celebrando a missa de abertura do ano letivo. As entrevistas com ex-alunos, do Seminário, da década de 1990, inclusive do período em que a instituição de ensino já era particular, apontam que havia certa exigência na participação em eventos e/ou rituais católicos. As conversas dão conta de que os alunos eram levados a assistir a missas periodicamente. Claudemir Pereira dos Santos, ex-aluno do Colégio Seráfico (1987 a 1996) comenta

> A gente participava das aulas de religião, eles dispunham de catequese pra gente, se agente quisesse fazer a nossa primeira comunhão no colégio, poderia fazer. Tínhamos a nossa formação de catecismo lá dentro mesmo. Na aula de religião a gente tinha por mês pelo menos uma missa pra assistir, por que a igreja ficava praticamente do lado do Colégio e da igreja tínhamos acesso ao colégio. A catequese dependia da vontade dos alunos e dos próprios pais. Mas a participação na missa era obrigatória, você não tinha livre arbítrio pra escolher se ia ou se não ia, tinha que ir, querendo ou não, fazia

> parte das aulas de religião. A aula de religião era feita por professores formados em teologia ou por padres ou freiras, geralmente eram pessoas ligadas à religião e a matéria era religião católica. (CLAUDEMIR, Ex-aluno do Colégio Seráfico, 23/02/2010).

Os pais e os educando são estimulados a participar de festividades, como páscoa, discussões sobre a Semana Santa, Coroação de Maria, dia de São Francisco, preparação do Natal, entre outras. Esta participação ocorre pelas aulas de religião, pela participação dos alunos em retiros espirituais, peças teatrais e danças que retratam as festividades e envolvem de modo mais lúdico os discentes e as suas famílias. “Participávamos de todas as festividades católicas: Páscoa, *Corpus Christi*, Natal. Tinha a celebração da Santa Missa e também havia as festinhas do Ensino Fundamental.” (CLAUDEMIR, Ex-aluno do Colégio Seráfico, 23/02/2010).

Segundo Fabíola dos Santos Bezerra, 25 anos, ex-aluna do Colégio Seráfico entre 1996 e 1998 (onde estudou junto com seus dois irmãos), a disciplina Religião era uma aula de religião católica. Era baseada em livros que traziam ensinamentos da religião católica. “Participávamos de missas. Tinha o dia da semana que todo mundo ia pra capela. Era obrigado a ir”. (FABÍOLA, Ex-aluna do Colégio Seráfico, 23/02/2010). Nas entrevistas, foi possível perceber que os alunos se sentiam de certa forma incomodados com a imposição da escola em relação à participação nas missas. A própria fala de Frei Paulo demonstra a postura rígida da escola em relação às aulas de religião que colocava a missa como parte do currículo. Esta posição encontra-se ainda inalterada, bastando observar o *site* da escola, que traz no *link Galeria de Fotos* as imagens da Celebração eucarística de abertura do ano letivo de 2010, como demonstrado na Figura 18.

No final de 2009, a escola se associou à Rede Católica de Ensino (RCE). A partir de 2010, todo o material didático, incluindo agenda, livros didáticos, material de vídeo e áudio, além de material para capacitação de professores, passou a ser adquirido por meio da produção da Rede Católica de Ensino – RCE.

As Figuras 19 e 20 mostram a fachada do Colégio, que está integrado a um conjunto de prédios disposto da seguinte maneira: no centro, a Igreja, de um lado o colégio Seráfico e no outro o prédio principal do Seminário.

O prédio da escola tem recebido melhorias, tanto na ampliação das instalações internas, quanto na fachada, como podemos visualizar nas fotos tiradas no dia 12 de julho de 2009.

FIGURA 19– Igreja do Seminário Seráfico
FONTE: Arquivo Pessoal, 2009

FIGURA 20 – Fachada do Colégio Seráfico
FONTE: Arquivo pessoal, 2009

FIGURA 21 – Seminário Seráfico na década de 1980
FONTE: Disponível em: http://vocacionadoscap.blogspot.com/2009/02/abertura-de-conventos-cepi.html

Podemos observar na Figura (21), da década de 1980, a disposição dos prédios do Seminário. À direita da foto temos o prédio que representa o Colégio, no meio, a Igreja do Seminário e à esquerda o prédio do Seminário,

onde ficam os frades. Esta estrutura conta ainda com a casa de repouso, onde estão instalados os frades idosos.

Entre as ações desta escola na comunidade, temos que ela desenvolve projetos sociais, envolvendo interação da comunidade escolar com seu entorno. Trata-se do projeto *"Recriando o Espaço Sócio Educativo do Bairro de Messejana: um projeto de intervenção e responsabilidade social do Colégio Seráfico"*. Segundo descrito no *site* da própria escola, este projeto visa à criação de espaços socioeducativos coletivos no bairro, a fim de promover a cultura, lazer, esporte, atividades ocupacionais e preservacionistas, bem como informações às crianças, aos jovens e adultos, mediante valores cristãos[37]. Para tanto, a escola abre seu espaço interno para a comunidade, promovendo cursos, catequese, comemoração de datas religiosas, entre outros eventos.

5.4.2 Instituto Frei João Pedro de Sexto

Em visita ao Instituto, conversamos com Maria Nilsa de Sá e Benevides Rios, secretária e funcionária do Instituto, desde o período em que este era apenas um pequeno patronato. As irmãs missionárias capuchinhas iniciaram seu trabalho de educação exclusivamente para pessoas carentes. Nasceu em 1950 o pequeno Patronato Coração Imaculado de Maria (oficialmente, pois, segundo a secretária da escola, funcionava já em 1949), sob a direção de Irmã Serafina Maria.

Segundo Dona Nilsa,

> O Patronato funcionava com ensino pré-escolar, o antigo primário (alfabetização à 4ª série do antigo 1º grau), além do curso de Artes Domésticas (bordado e costura) todos destinados às crianças carentes do sexo feminino. No turno da manhã estudavam as meninas e à tarde o Patronato era aberto com os cursos de bordado e costura, oferecidos as famílias carentes. O Patronato funcionava em regime de externato. (DONA NILSA, secretária do Instituto de João Pedro de Sexto, 12/08/09).

[37] http://www.colegioserafico.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=51

Em 1957, foi firmado Convênio com as secretarias de Educação do Estado e Município, assumindo a direção Irmã Benedita Maria. Nessa gestão, foram realizadas algumas melhorias no Patronato, como a construção de banheiros, salas de aula, cozinha, sala de professores e pátio coberto. De 1960 a 1966, a direção do Patronato passou para a Irmã Adauta Maria. "Foi uma época de muitos investimentos, resultando na construção de novas salas de aula, no incentivo as artes, ao teatro, recebendo a orientação da Irmã Hermenegilda, sua fiel colaboradora". (DONA NILSA, secretária do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 12/08/09).

Em 1972, é extinto o convênio e, por determinação do Governo Geral da Congregação, foi unificada ao Patronato Coração Imaculado de Maria a escolinha[38] que funciona nas dependências da Sede do Governo Geral da Congregação, situado na rua Ouro Preto, s/n. Da unificação destas duas escolas, nasceu o Instituto Frei João Pedro de Sexto, conforme Ata publicada no Diário Oficial de 23 de maio de 1972. O nome dado ao instituto homenageia o fundador da Congregação Missionária Capuchinhas, Frei João Pedro de Sexto. (AGENDA ESCOLAR, Instituto Frei João Pedro de Sexto, 2009). Este ano também é marcado pela direção do Instituto por uma leiga, Margarida Maria de Castro.

Em 1973, a escola volta às mãos das irmãs capuchinhas, ficando sob responsabilidade de Irmã Ângela Maria Camurça. Durante tal gestão, foi encaminhada ao Conselho de Educação do Ceará (CEC) a documentação exigida para a implantação da reforma do ensino, a fim de enquadrar o Instituto como escola de 1º Grau, conforme Lei 5.692 de 11/07/71, sendo autorizado o funcionamento pelo Parecer 353/74 do CEC. Foi implantado o telensino, a partir de novo convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação (SME). Criou-se também o Curso Supletivo, Madureza, para maiores de 17 anos, e Educação Integrada, para maiores de 14 anos, ministrados no turno da noite.

Com o estabelecimento deste convênio, o Instituto sedia o prédio e a

[38] Segundo Dona Nilsa, tal escolinha conhecida como Ouro Preto, devido ao nome da rua em que estava localizado, oferecia alfabetização para crianças carentes do sexo feminino (gratuitamente), além de curso de bordado e de corte e costura. Também era administrado pelas missionárias capuchinhas. Atualmente a rua Ouro Preto é denominada rua Paulo Setubal.

Prefeitura mantinha o quadro de funcionários e professores, com servidores municipais. Além disso, custeava também o material didático (manual de apoio) e a merenda escolar; contudo, a direção da escola e normas a serem cumpridas no estabelecimento de ensino estavam sob as ordens da Congregação.

Em 1977, a diretora, Irmã Diva Maria, criou o Curso de Aceleração para meninas fora da faixa etária. Em 1979, Irmã Estella tornaou-se diretora do Instituto, permanecendo no cargo por de 19 anos, deixando-o por conta do seu falecimento. Durante sua gestão, o número de matrículas triplicou e o 1º Grau maior era oferecido em duas modalidades telensino e ensino regular.

Dona Nilsa cita algumas das realizações de Irmã Estella:

> Dentre os inúmeros benefícios realizados por Irmã Estella podemos citar: serviço de mecanografia, através de compra de mimeógrafo elétrico e máquina de xerografia; aquisição de computadores aderindo a era da modernidade e tecnologia; a irmã criou o curso de informática para os professores e optativo para os alunos; ela mandou que fosse feita a instalação de serviços de som, sala de vídeo, antena parabólica, construção de salas de aula para atender a grande demanda de alunos, também conseguiu com esforço e muita oração de todas as irmãzinhas a construção do auditório, da quadra de esportes, a reforma da biblioteca e do laboratório de informática. (DONA NILSA, secretária do Instituto João Pedro de Sexto, 12/08/09).

Em 1998, o convênio com a Prefeitura foi extinto. A escola, então, enfrentou dificuldades financeiras e de pessoal, pois os professores, funcionários e recursos foram direcionados a escolas públicas e anexos, então recentemente inaugurados pela Prefeitura (esta discussão envolve aspectos da nova lei de Diretrizes e Bases de 1996 e serão abordados mais à frente).

Segundo Dona Nilsa, o Colégio das Irmãs era totalmente gratuito e destinado à educação de meninas pobres. Em entrevista com ex-alunas e mães de ex-alunas da escola, porém, são unânimes as afirmações de que existia uma taxa paga mensalmente pelas famílias e que era controlada por meio de carnê, semelhante ao de qualquer escola particular. Ao ser indagada sobre a gratuidade da escola, Virginia Silva de Queiroz, aluna do Instituto entre os anos de 1992-1999, respondeu:

> Tinha uma taxa, barata, para aquela época. Pagávamos como se fosse uma mensalidade, tínhamos o carnê e a escola dava um comprovante de pagamento. Do mesmo jeito [que uma escola particular]. Não lembro direito, mas era como se fosse R$ 15 reais ou R$ 20 reais, mais ou menos. (VIRGÍNIA, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 21/02/2010).

Segundo Dona Aurineide Souza Nobre (2010), a taxa era barata, mas as irmãs exigiam o pagamento em dia.

> Sim, a escola tinha convênio e os pais pagavam uma taxa, não lembro quanto era, mas lembro que se os pais atrasassem eram chamados a atenção. Eu mesma fui humilhada pela irmã por ter atrasado um mês apenas. [...] Minha filha estudou lá mesmo quando se tornou totalmente particular. Quando era conveniada a taxa era barata, mas quando passou a ser particular tornou-se cara. (AURINEIDE, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 23/02/2010).

Em 1999, extinto o convênio com a Prefeitura de Fortaleza, o Colégio das Irmãs entrou em uma forte crise econômica, pois muitos alunos retiraram suas matrículas por não possuírem condições de honrar as mensalidades do Instituto, totalmente particular. De acordo com Deilaine Pinto da Silva, 27 anos, aluna do Instituto entre os anos de 1994-1999

> Houve uma diminuição gritante no número de alunos, pois quando era convênio funcionavam os dois horários (era manhã e tarde). Quando passou a ser particular, o colégio só funcionava pela manhã, porque reduziu bastante o número de alunos. Não dava para forma turmas para os dois turnos. Muita gente estudava nas irmãs por conta do convênio, a taxa era baixa e o colégio muito bom, mas com a retirada do convênio muita gente saiu. (DEILAINE, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 28/02/2010).

Podemos observar nas palavras da entrevistada o sério momento de dificuldade enfrentado pelo Instituto Frei João Pedro de Sexto para manter as portas abertas. Uma das saídas encontradas pelas freiras foi a abertura de matrícula para alunos do sexo masculino.

A escola vem conseguindo se reestruturar, ainda experimentando dificuldades. O Instituto passou a trabalhar como escola totalmente particular, agora sob a direção de Irmã Henriqueta Queirós Lima, tendo sido implantado o curso de informática no currículo da escola. Além disso, são realizadas

sucessivas reformas e ampliação do prédio, com a construção de salas de professores, cantina, cozinha, depósito, banheiros para alunos e professores, nova secretaria, sala de coordenação, sala para material esportivo.

Estas mudanças mencionadas, principalmente pós-1999, são facilmente percebidas pelas pessoas que trafegam na avenida Frei Cirilo, pois o Instituto investe em mudanças significativas da fachada do prédio (Figura 22), dando uma nova roupagem, mais moderna, à escola. No ano de 2009, foi inaugurada a ala exclusivamente dedicada à Educação Infantil (Figura 22). A Figura 24 foi tirada da avenida Frei Cirilo e retrata a fachada da Educação Infantil e a Igrejinha do Colégio das Irmãs. A fachada principal fica à esquerda da igrejinha.

É importante mencionar que, desde sua fundação como Patronato, até o ano de 1998, a escola funcionou em regime de externato, sendo os turnos da manhã e tarde dedicados exclusivamente para crianças e jovens do sexo feminino, funcionando com sistema de classes mistas apenas no turno da noite. O “Colégio das Irmãs”, como é conhecido, sempre foi apontado no bairro e adjacências como escola de referência, fato facilmente comprovado pelas entrevistas realizadas.

FIGURA 22 – Fachada Principal /Fachada da Educação infantil Instituto Frei João Pedro de Sexto.
FONTE: PEREIRA, 2009.

FIGURA 23– Maria Nilsa secretária do Instituto
FONTE: PEREIRA, 2009

FIGURA 24–Capela e prédio da educação infantil
FONTE: PEREIRA, 2009

Em entrevista com Virgínia Silva de Queiroz, 25 anos, pedagoga, professora da Prefeitura de Fortaleza, perguntamos sobre as motivações que levaram sua mãe, a também professora, Célia Maria Silva, a matriculá-la no Instituto Frei João Pedro de Sexto em 1992, onde permaneceu até 1999, quando concluiu a oitava série do Ensino Fundamental. Ao ser questionada sobre os motivos que a levaram ao Colégio das irmãs, já que este estava localizado longe de sua casa, ela afirma que "na época a escola das irmãs era bem vista aqui na Messejana. [...] Na época, pra entrar tinha que fazer prova, tinha seleção de alunos. [...] Os pais ficavam todos na janela olhando os filhos fazer a prova". (VIRGÍNIA, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 21/02/2010).

Da mesma forma, Dona Aurineide, ex-aluna, cuja filha também estudou no Instituto, relata o motivo que a levou a matricular sua filha no Colégio das Irmãs

> justamente por que era uma escola católica, eu sempre achei que era o melhor pra ela. Por que eu sou católica. Além disso, eu também estudei lá à noite entre os anos... Deixa ver... Na década de oitenta, entre 1982 e 1985, não lembro com certeza, mas estudei lá durante três anos (5, 6 e 7 série do 1°grau). A noite não se pagava nada, nenhuma taxa, mas também não recebíamos os livros. E a diretora não era irmã, era a Irene [leiga]. (AURINEIDE, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 23/02/2010)

Segundo Dona Aurineide, sua experiência na escola das irmãs e sua religiosidade a fizeram optar por uma escola que, segundo ela, ensinaria a sua filha a ser uma boa católica, como é ela. Por isso, a estimulou a fazer a primeira comunhão na escola, já que as irmãs ofereciam aulas de catecismo às famílias que desejassem. “A minha filha fez a primeira comunhão na escola, se confessava lá. Participava da Coroação”. (AURINEIDE, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 23/02/2010).

De acordo com Virginia de Queiroz, a escola estimulava a participação dos alunos na catequese e nas festividades e datas importantes para a religião católica

> [...] Quem quisesse poderia ir se confessar, fazer primeira eucaristia, crisma. Só que não era obrigação, mas a maioria ia. É tanto que fazia fila na porta pra se confessar. Minha filha, não era obrigatório, é tanto que eu nunca fui. Se eu fosse o padre era capaz de me expulsar da escola... (VIRGÍNIA, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 21/02/2010).

O colégio das Irmãs foi muito afetado pela retirada do convênio da Prefeitura de Fortaleza. As irmãs chegaram a cogitar no fechamento da escola pela impossibilidade de manter o prédio funcionando. A congregação optou, porém, por investir no ramo da educação totalmente particular, aproveitando a boa reputação e a tradição do colégio, além da carência de grandes escolas desse segmento na década de 1990. Como o momento era de crise, optou-se por funcionar apenas no turno da manhã e aceitar matrícula de alunos do sexo masculino (antes estes alunos eram aceitos apenas no turno noturno).

Atualmente, o Instituto oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II; tem na Direção Geral a Irmã Henriqueta Queirós Lima; na Coordenação Geral e de 6º ao 9º anos, Maria de Fátima Matos Alcântara (leiga); Coordenadoras de Educação Infantil e Ensino Fundamental I são: Irmã Francisca Edvalda Roseno e Joelma Costa Paz (leiga); Secretária Maria Nilsa de Sá e Benevides Rios (leiga); tesoureira; Maria Auxiliadora Tavares. O Instituto, além das disciplinas obrigatórias do currículo escolar, oferece informática, teatro, preparação para o catecismo e para o Crisma, além de um grupo de jovens organizado e coordenado pelas irmãs capuchinhas.

Como o Colégio Seráfico também costuma envolver seus alunos em

atividades lúdicas, serviram de canal para ensinamentos relativos à religiosidade católica.

No corrente ano, o Instituto está conveniado com a Rede Católica de Educação – RCE. Segundo escrito na Agenda 2009 do Instituto, a missão da RCE "é prosseguir com multicentenária liderança da escola católica no cenário da educação brasileira". (AGENDA ESCOLAR, 2009)

> Sua missão é fortalecer continuamente a presença da escola católica no Brasil para que ele siga na construção de valores universais e cristãos, aliando-os à adequada preparação de novas gerações de profissionais competentes, cidadãos comprometidos com uma nova ordem social, unindo conhecimento e ética em um mundo cada vez mais globalizado. (AGENDA ESCOLAR. Instituto Frei João Pedro de Sexto, 2009).

5.4.3 Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira

O Patronato é uma instituição católica, fundada em 1953, pelas Irmãs Josefinas:

> Pautada na Educação dos valores cristãos, centrada no amor e na responsabilidade, inspirada nos princípios educativos de Dom Bosco. Enfatiza o conhecimento e a valorização do ser humano, tornando-o capaz de priorizar o diálogo, a justiça e a fraternidade. (www.patronato.com.br/ história).

Em 1953, a residência das Irmãs Josefinas, localizada à rua Guilherme Alencar, 121- Messejana, foi rebatizada pelo vigário da comunidade, Padre Francisco Pereira, recebendo o nome de Patronato Padre Luiz Barbosa Moreira, em homenagem a um dos párocos que muito se empenhou pelas obras sociais daquela época.

Aos 24 de novembro do mesmo ano, passaram a residir nesta comunidade as irmãs Maria Luiza Fontenelle, Beatriz Vitorino Dantas, Leda Fernandes e Maria Helena Vasconcelos. Em 01 de dezembro de 1954, o Patronato iniciou as atividades educacionais, com o Jardim de Infância e os cursos profissionalizantes para crianças e jovens carentes, dando continuidade

com o Ensino Primário.

Por volta do ano de 1961, o Ginásio Artur Bernardes, localizado à rua Pergentino Maia, próximo ao Patronato, foi assumido pelas Irmãs Josefinas com o Ensino Ginasial.

No decorrer deste processo educativo, as irmãs josefinas tomaram como propósito assumir somente as turmas do Pré-Escolar isso porque Messejana já contava com escolas aptas para atender a faixa etária de sete a 14 anos, enquanto as crianças de três a seis anos necessitavam de uma educação mais específica.

Foram elas que transformaram o Patronato numa entidade exclusivamente de Educação Infantil, no período de 1976 a 1993; porém, com o crescimento dos alunos, os pais reivindicaram a ampliação das turmas. No período de 1994 a 2002, foi implantado o Ensino Fundamental, "objetivando continuar seu processo de construção do conhecimento com base na formação integral da pessoa, orientada pelos valores humanos e cristãos". (HISTÓRIA, www.patronato.com.br/ história). Era importante manter estas crianças em um processo de formação de valores cristãos para assegurar futuros católicos.

Em 2006, o Patronato deu continuidade a sua trajetória educacional com a abertura do Ensino Médio, concluindo em 2008 com o Pré- Vestibular; visando à promoção dos seus alunos nas diversas universidades e escolas superiores do Estado do Ceará. De 1953 até os dias atuais, o Patronato teve em seu corpo Administrativo as Irmãs: Rosita Paiva (Superiora Geral e criadora do Instituto Josefino), Maria Luiza Fontenelle, (Vice- Superiora e primeira Diretora), Gisele Lima Aragão, Nair Studart, Vicentina Fernandes, Maria das Neves Maia, Maria do Carmo Gomes e Maria Ilza Ribeiro.

O Patronato, em seus 56 anos, oferece as seguintes atividades aos seus alunos: informática educacional, inglês, formação religiosa, jornadas de formação, catequese de Primeira Eucaristia, preparação para a Crisma, infância missionária, escolas esportivas, balé clássico, aulas de flauta, práticas de laboratório, olimpíadas esportivas e acadêmicas, turismo educacional, orientação vocacional e atendimento psicológico. A Figura 25 ilustra a fachada principal da escola, localizada na rua onde funcionam a parte central da feira e o mercado de Messejana.

FIGURA 25 – Patronato Luiz Barbosa Moreira (fachada à esquerda/ lateral à direita)
FONTE: Arquivo Pessoal, 2009

Como podemos observar, o Patronato adota um sistema didático moderno, seguindo as chamadas tendências em educação atual; mas permanece com o ensino das práticas da religião católica.

Atualmente a escola dispõe de educadores especializados e atende a uma clientela que vai de dois a 17 anos, compreendendo o Infantil II ao Pré – Universitário.

Diferente dos colégios católicos retrocitados, o Patronato funciona nos dois turnos (manhã e tarde). Além disso, adota uma postura diferenciada da percebida no Colégio Seráfico, pois aposta no pré-vestibular. Para tanto, conta com canal direto com o aluno. Navegando no *site*[39] da escola, verifica-se a existência de *link* intitulado "*aluno online",* onde é possível conferir agenda, visualizar lista de material escolar, tirar dúvidas e participar de rede de relacionamento através do *twitter.* O Patronato aposta no ensino para o Vestibular, associado ao discurso de fé da escola cristã.

Instituto Josefino

Fundado há 58 anos, tem por Patrono São José, a quem venera e presta culto, dispensando um amor filial. O Instituto Josefino, ou Congregação das Irmãs Josefinas, marca sua presença nos Estados do Ceará, Rio Grande

[39] www.patronatoplbm.com.br
http://twitter.com/patronatoplbm

do Norte, Piauí, Paraíba, Maranhão, Bahia, Acre, Rondônia e, no exterior o Timor Leste.

A área de ação deste Instituto abrange o desenvolvimento de um trabalho de evangelização junto aos jovens, crianças e adultos, na pastoral missionária e catequética. Podemos verificar a atuação deste instituto tanto na educação formal, no Colégio Patronato Luiz Barbosa Moreira (uma das instituições de ensino pertencentes a referida Ordem), quanto na educação informal, em seu trabalho com a comunidade em geral, com a catequese, grupo de jovens, envolvimento com as pastorais.

O Patronato teve como fundadores: Monsenhor Luis de Carvalho Rocha, Rosita Paiva e Dom Antônio de Almeida Lustosa.

Estudar as escolas católicas de Messejana exige uma preocupação com o resgate da memória dessas instituições. Este capítulo foi elaborado, em grande parte, pela coleta de informações tanto das congregações e daqueles que integram ou integraram a gestão destas, como também pelas pessoas que participaram da história destas escolas, como alunos e pais. Essas informações utilizadas foram extraídas de entrevistas dos dirigentes e funcionários das instituições, bem como dos informes divulgados por eles em *sites* próprios na internet.

O trabalho de entrevista realizado com alunos, ex-alunos e suas respectivas mães ajudou a detectar as impressões destas pessoas comuns sobre as referidas escolas, as motivações que levaram tais pessoas a escolher as escolas católicas de Messejana para formação educacional e pessoal de seus filhos e delas próprias.

É relevante destacar o fato de que algumas das mães entrevistadas foram alunas das escolas retrocitadas e que as entrevistas em alguns momentos são carregadas de emoção, pois a escola, de maneira geral, representa parte importante no crescimento dos alunos, até mesmo pelo tempo vivido nestas instituições, que ocupam boa parte da vida de seus alunos.

Cabe ressaltar que todos os entrevistados reconheceram a importância formativa diferenciada na educação católica que receberam. Quase todos relembram com prazer e nostalgia os momentos vividos nas referidas escolas.

Entre as motivações para matrícula nas escolas católicas, aparecem sempre a referência às práticas da religião e a preocupação com a formação cristã. Ao falar do diferencial das escolas católicas, os entrevistados destacam sempre a disciplina e a constituição dos valores cristãos. Para Deilaine Pinto da Silva, o diferencial de ter estudado no colégio das Irmãs, por exemplo, são "os valores que eram passados todos os dias. Elas diziam que tudo que era bonito era pra se guardar. Essas coisas nos levavam a ser mais comportadas. No colégio era tudo muito disciplinado, tinha hora para tudo". (DEILAINE, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 28/02/2010).

Percebemos nas entrelinhas da fala da entrevistada o objetivo da educação feminina do Instituto Frei João Pedro de Sexto e que pode ser estendido às demais escolas estudadas. Existe a preocupação com a castidade, com a orientação para o casamento, para a constituição de famílias. É relevante destacar, porém, que a escola retrocitada tratava com maior liberdade os temas do cotidiano, pois a presença apenas de meninas tornava as conversas mais abertas.

Segundo Enyvládia Rodrigues de Lima, geógrafa, ex-aluna do Colégio das Irmãs (1991-1998), as aulas de religião traziam ensinamentos do que é ser um bom católico, mas,

> Não eram só datas comemorativas, era tudo que tinha haver com a vida. Conversávamos sobre temas como: prostituição, gravidez na adolescência, tinha essa abertura com os alunos. Como era uma escola só de mulheres a gente tinha abertura para conversar, até para evitar. (ENYVLÁDIA, Ex-aluna do Instituto Frei João Pedro de Sexto, 28/02/2010).

É fácil entender que a disciplina Religião, bem como os momentos de oração antes das aulas, tinham como finalidade formar bons católicos. No caso do Instituto Frei João Pedro de Sexto, visava à formação de moças bem comportadas. Às meninas era ensinado a "guardar" o que é belo; trocando em miúdos, as irmãs estimulavam a castidade das jovens, envolvendo-as em discussões e atividades lúdicas que, de forma sutil, interiorizava determinados valores. De acordo com os entrevistados, essas ideias permanecem marcantes em sua postura adulta.

5.5 ESCOLAS CATÓLICAS DE MESSEJANA: DA CRISE A SUPERAÇÃO

Nosso interesse pelas escolas católicas de Messejana também reside no fato de que estas instituições tradicionais conseguiram passar por um período de crise que abalou a educação católica de níveis Infantil, Fundamental e Médio no Brasil, trazendo em muitos casos o despertar para investimentos no Ensino Superior, talvez em virtude das facilidades de financiamento do Governo, da abertura da legislação e da necessidade de suprir a demanda de profissionais (a exemplo dos cursos de formação de professores), além, é claro, de ser mais um setor da educação onde a Igreja, no caso do Ceará, poderia atuar.

Tal crise em Fortaleza, seja pela extinção dos convênios com o Poder Público, seja pelas modificações do modelo educacional com a adoção de postura mais agressiva e competitiva, objetivando principalmente a formação para o Vestibular, ou mesmo pela soma dos dois fatores, fez com que escolas tradicionais confessionais, como o Colégio das Doroteias, o Colégio São Rafael e o Colégio Marista Cearense (Centro) fechassem suas portas definitivamente, ou mudassem o foco educacional para a atuação no nível superior, ou ainda, passassem a alugar seu espaço para cursos preparatórios para concurso ou cursos sequenciais chancelados pelo Instituto Dom José, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. A multiplicação dessas faculdades localizadas em prédios de escolas confessionais, principalmente no turno da noite, apenas está servindo aqui como ilustração, talvez pelo fato de uma destas faculdades funcionar no Colégio Seráfico.

É relevante ressaltar que a crise a que nos referimos atingiu principalmente as escolas católicas que estavam trabalhando com os convênios, portanto, o Colégio Seráfico e o Instituto Frei João Pedro de Sexto. O Patronato Luíz Barbosa Moreira foi sempre uma escola totalmente particular, tendo dedicado boa parte de sua história à Educação Infantil. Mais à frente, trataremos de algumas modificações realizadas por essa escola a fim de manter e mesmo ampliar sua clientela.

Na tentativa de superar os desafios impostos pela crise vivida pelas escolas confessionais no final da década de 1990, foram realizadas algumas mudanças significativas, com o intuito de estabilizar as instituições, equilibrar

as contas e, no segundo momento, realizar reformas na tentativa de tornar os estabelecimentos de ensino católico mais atraentes a uma clientela de maior poder aquisitivo. No período dos convênios, o Colégio Seráfico e o Instituto Frei João Pedro de Sexto atendiam a uma vasta clientela de alunos pertencentes em sua maioria a famílias assalariadas, de classes baixa e média-baixa. Com a retirada dos convênios, esta clientela, sem condições de arcar com mensalidades mais altas, se desvinculou destas escolas. Vejamos a Tabela 04, que mostra o numero total de matrículas no período de convênio e o declínio destas com a crise agravada em 1998.

TABELA 04 - Número de alunos matriculados no Colégio Seráfico

ANO	Nº DE ALUNOS
1990	1.219
1991	1.171
1992	945
1993	958
1994	996
1995	1.006
1996	1.455
1997	1.425
1998	1.315
1999	545
2000	373

FONTE: Dados fornecidos pela direção do Colégio, 2010.

Sobre estes dados, é preciso fazer algumas considerações. Ao solicitá-los, tínhamos a pretensão de mostrar o auge das escolas católicas em Messejana e o seu declínio. A direção das instituições, todavia, relutaram em fornecer tais números. Frei Paulo, do Colégio Seráfico, após muitas insistências, cedeu-nos os dados ora expostos. Os números, no entanto, não abarcam o período correspondente com o convênio retrocitado na entrevista com o frade, e tampouco refletem a realidade da escola, já que não houve a indicação sobre o período (manhã, tarde e noite) relativo a cada ano.

O próprio frade expôs em entrevista que houve momentos nos quais a escola chegou a possuir 4.500 alunos divididos em quatro turnos (manhã, tarde, intermediário e noite). Os dados fornecidos pela escola, todavia, refletem uma realidade muito menor do que aquela apresentada pelo sacerdote, já que o maior número de alunos aparece em 1996 com 1.455 alunos. A incompletude

dos dados disponibilizados não nos permite ter a real dimensão da clientela atendida pelo Colégio Seráfico.

A Tabela 05 retrata o número de alunos matriculados no Instituto Frei João Pedro de Sexto no período de 1979-2000. Sobre esses indicadores, é preciso considerar que até o ano de 1988 o Instituto era dedicado exclusivamente à educação feminina[40], todavia, a escola sempre apresentou um elevado percentual de alunos matriculados. Os dados da Tabela retratam o período no qual o Instituto manteve convênio com a Prefeitura de Fortaleza até o ano de 1998. O fim do convenio nesse mesmo ano reflete a forte queda no número de alunos matriculados nos anos de 1999 e 2000. A partir de 1999, o Colégio das Irmãs (agora totalmente particular), como medida de contenção de despesas, passou a funcionar apenas com o turno da manhã.

TABELA 05 - Alunos matriculados no Instituto Frei João Pedro de Sexto

ANO	Nº DE ALUNOS	ANO	Nº DE ALUNOS
1979	400	**1990**	872
1980	594	**1991**	890
1981	600	**1992**	988
1982	690	**1993**	1042
1983	793	**1994**	1000
1984	785	**1995**	992
1985	782	**1996**	959
1986	807	**1997**	955
1987	795	**1998**	1056
1988	823	**1999**	302
1989	816	**2000**	265

FONTE: Dados fornecidos pela direção do Colégio, 2010

Segundo Frei Paulo, o período de crise iniciado no final de 1998 levou as escolas conveniadas a pensar no possível cancelamento das atividades escolares. Na tentativa de manter as portas abertas, os religiosos começaram a notificar pais e alunos da retirada do convênio, informando que continuariam com a escola particular, porém com mensalidades acessíveis (em torno de R$ 50,00).

[40] As aulas do período noturno eram mistas e não eram de responsabilidades do Convento e, por este motivo, não aparecem nos dados da Tabela 05.

> Nós tínhamos três mil alunos, juntando os três turnos estudavam quatro mil e quinhentos praticamente. Estudava muita gente na escola, salas com cinqüenta, sessenta alunos, era muitas gente. Você começa o ano sem o convênio e a sua escola fica com quinhentos alunos e desses quinhentos alunos ela vai diminuindo e hoje nós estamos com trezentos e vinte e poucos alunos. (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010).

De acordo com o diretor do Colégio Seráfico, para não fechar as portas em 2001, foi enviada uma carta às Fraternidades Franciscanas, pedindo auxílio. Esse auxílio foi concedido por algumas Fraternidades. Outra saída foi a contenção drástica das despesas. "*Começamos a fazer economia, eu mesmo fazia o material de limpeza pra escola*". (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010).

Além destas medidas, a escola, em 2001, passou a alugar o espaço no turno da noite para os cursos da UVA: "eu consegui um convênio para os cursos da UVA. [...] Alugamos o prédio para eles à noite, aí começou a entrar esse dinheiro e eu comecei a ir pagando, fazendo investimentos na escola. (FREI PAULO, Colégio Seráfico, 05/03/2010). Atualmente o prédio da escola continua sendo alugado pela UVA, para cursos de graduação e pós - graduação. O Colégio Seráfico também alugou parte de suas salas para a Prefeitura de Fortaleza, quando no mesmo ano uma escola do Município (nas proximidades do Colégio) teve sua estrutura comprometida no período chuvoso. Esta também foi uma fonte de renda para a escola.

Após o pagamento das despesas em atraso, chegava a hora de arrumar as escolas, dar uma nova roupagem, pois escolas tão tradicionais precisavam despertar o interesse dos pais e dos futuros alunos. Uma mudança significativa foi a instalação de regime de salas mistas no Instituto Frei João Pedro de Sexto, pois, até 1998, nesta escola, tais turmas somente eram permitidas no turno da noite, quando funcionavam supletivos. No Colégio das Irmãs, durante os turnos manhã e tarde, estudam apenas meninas. A constituição de salas mistas se apresenta como estratégia para diversificar e atrair clientela maior de alunos, visto que foi possível observar, pela análise dos dados de matrícula, das informações prestadas em entrevistas, a brusca diminuição do número de alunos.

Com o declínio significativo do número de matrículas, o Colégio Seráfico, Segundo Frei Paulo, passou a ofertar turmas apenas nos turnos da manhã e tarde. Como medida de contenção de despesas, porém, em 2001, optou-se por funcionar apenas no turno da manhã, deixando os demais turnos para uso como aluguel para empresas que atuem no ramo da educação.

Outra estratégia adotada pelas escolas católicas de Messejana foi a mudança de algumas características físicas dos prédios escolares. Até o final do convênio, as escolas confessionais possuíam a mesma fisionomia dos conventos (verdadeiras fortalezas): muros bastante altos impediam a visualização do espaço interno, pinturas simples sem nenhuma identificação mais visível de que naquele local funcionava uma escola.

A primeira modificação realizada na fachada do Colégio Seráfico após a retirada do convênio com a Prefeitura de Fortaleza aparece registrada na Figura 26, que traz uma fotografia de 1999, quando a escola, após 25 anos de subvencionamento, entra na categoria de colégio particular.

O primeiro a fazer modificações mais modernas na fachada foi o Instituto Frei João Pedro de Sexto (Figura 22 e 24). A escola também investiu em uma pintura mais elegante, e em letreiros mais atraentes aos olhos e mais modernos. No final do ano de 2009, o Colégio Seráfico Nossa Senhora do Brasil modificou a fachada, permitindo a visualização interna do pátio de entrada dos alunos, dando uma visão mais agradável e acolhedora da escola. Separou a entrada dos alunos do Infantil da dos alunos do Ensino Fundamental e Médio com a construção do segundo portão.

FIGURA 26 – Primeira mudança de fachada do Colégio Seráfico (1999)
FONTE: MORAES, 2000, p. 271

As escolas católicas vêm se modernizando no quesito educacional, aderindo a um sistema de ensino que associe os ensinamentos cristãos a uma postura mais arrojada ante do vestibular, por exemplo. Apesar de crescentes mudanças no processo de ensino, não podemos generalizar, pois as duas escolas que oferecem Ensino Médio parecem ter posturas um pouco diferenciadas sobre este segmento educacional.

O Patronato Luís Barbosa Moreira adota um sistema de preparação para o vestibular bastante semelhante ao adotado nas grandes escolas particulares de Fortaleza. No chamado pré-vestibular, adota apostilas preparadas especialmente para o 3º ano, livros paradidáticos seguem a lista divulgada anualmente para o vestibular da Universidade Federal do Ceará – UFC. Além de possuir extensa e intensa cargahorária (35h semanais), disponibiliza em sua página na internet um canal direto e exclusivo de acesso para os alunos, além de estar presente nos *sites* de relacionamento (*orkut*, *twitter*, MSN, entre outros).

Já o Colégio Seráfico toma como filosofia um ensino próximo do que se espera em termos de educação confessional tradicional; apesar de modernizar o prédio, adotar novas tecnologias, principalmente com a recente ligação com a Rede Católica, a escola aparentemente não se preocupa tanto com o vestibular. O que se percebe em todas as escolas confessionais de Messejana é a crescente preocupação com a instalação de novas tecnologias para a ação didática: computadores, aulas de campo, laboratórios. Todas estas modificações vêm acompanhadas da inserção de duas destas escolas na RCE. O instituto Frei João Pedro de Sexto não possui Ensino Médio, apenas Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, sendo o primeiro privilegiado em termos de investimento da escola, que abriu ala especialmente desenvolvida para a faixa etária. Segundo Dona Nilsa, esse investimento ocorre pela "necessidade de criar uma clientela educada desde os primeiros anos na fé católica". Também seria uma maneira de garantir que alunos iniciem sua vida escolar no Instituto e sigam nesta escola até as séries finais.

5.5.1 Rede Católica de Ensino: associar para fortificar

Entre os mecanismos de modernização da Educação Católica no Brasil, temos a constituição de associações e redes mantenedoras que buscam auxiliar as escolas católicas. Entre elas destacamos a Rede Católica de Ensino.

O Instituto Frei João Pedro de Sexto e o Colégio Seráfico foram as escolas confessionais católicas de Messejana com maiores dificuldades em superar a crise da década de 1990. Tais estabelecimentos correram o sério risco de fechar suas portas. Adotando, no entanto, algumas das estratégias acima expostas (cada escola de acordo com sua filosofia), conseguiram manter-se funcionando. Atualmente apresentam-se como estabelecimentos de ensino particular, com mensalidades médias de R$180,00[41], com postura mais arrojada, mais próxima do modelo educacional, das escolas particulares de Fortaleza.

Estas escolas nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, tornaram-se credenciadas à RCE. A Rede Católica presta assessoria e confecciona todo tipo de material pedagógico a ser utilizado nas escolas credenciadas: livros didáticos, material audiovisual, extracurricular, religioso, capacitação para professores e funcionários, agenda escolar, entre outros.

"A Fundação Universa – vinculada a Universidade Católica de Brasília e instituída por tradicionais Congregações Religiosas Educacionais, é a responsável pela RCE, o mais ousado e inovador projeto para a Escola Católica no Brasil". (http://www.redecatolicadeeducacao.com.br/historia.html). Segundo informações postadas no *site*[42] da RCE, seu objetivo é fazer frente aos desafios e mudanças do mercado educacional brasileiro. Para isso, investe em material próprio e no uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

A instalação de uma Rede Católica de Educação denota o valor da educação para a Igreja Católica como instituição social e, principalmente,

[41] O Patronato tem mensalidades que variam de R$ 150,00 para os primeiros anos da Educação Infantil a R$ 400,00 para o Ensino Médio.
[42] www.redecatolicadeeducacao.com.br

revela o nível de planejamento e administração estratégica que busca para se manter presente e atuante na vida das pessoas e nos rumos da sociedade. Vejamos como a igreja se molda às novas demandas que são apresentadas, como esta se expressa disposta a trabalhar uma educação para um mundo globalizado. Na prática, é possível perceber que as escolas católicas vêm se modernizando, tanto com equipamentos quanto na pedagogia que aplica.

Existe a preocupação de preparar alunos para os vestibulares, mas sem deixar de lado a formação social cristã. A Rede Católica também funciona como instituição balizadora, orientadora, pois mantém as escolas trabalhando conteúdos e práticas condizentes com as determinações do que os postos mais altos da hierarquia católica acreditam ser adequado. Portanto, entendemos que a RCE funciona como mecanismo de controle das ações educacionais das escolas católicas, buscando a homogeneização dos conteúdos, daquilo que serve e do que não serve para o aprendizado das crianças e jovens católicos. Basta perceber que RCE oferece assistência às escolas católicas filiadas à rede. Entre os serviços educacionais estão a elaboração de material didático exclusivo, agenda escolar, materiais de apoio didático, material complementar e material para atividades extraclasse.

Todo este material é facilmente adquirido nas escolas pelos preços estipulados pela mesma RCE. A Rede Católica de Educação também disponibiliza capacitação para os professores das escolas católicas, bem como o Programa de Avaliação Acadêmica da Rede Católica de Educação – PROARCE. Desta forma, é mais fácil manter os professores atualizados dos “preceitos e objetivos” da educação católica.

Isso significa possibilitar à Igreja controlar todo o conteúdo e atividades realizadas pelos professores e demais funcionários das escolas, estabelecendo os conteúdos e as formas como estes são aplicados. A agenda escolar traz informações sobre a história do Colégio, sobre a Congregação das irmãs capuchinhas, normas de conduta, orações e hinos nacional, da bandeira e hinos referentes às missões capuchinhas. Porta ainda, orientações de como deve agir o aluno cristão, sua relação com os colegas e com os mestres.

A Rede Católica de Educação é uma muleta de amparo pedagógico para congregações que, acostumadas a trabalhar nos cargos diretivos ou no acompanhamento da formação religiosa dos alunos, tiveram que rapidamente

se adaptar a um sistema particular gerido totalmente pelos religiosos que muitas vezes, tiveram que assumir salas de aula e em muitos casos não têm muita afinidade com a educação formal.

CONCLUSÃO

O século XX marcou profundamente a religião católica no Brasil. Com a constituição de um Estado Laico (1891), a Igreja, importante ferramenta no período colonial, é relegada a segundo plano pelo Estado, pelo menos no que diz a Constituição brasileira do período.

Com este cenário, a Igreja Católica instala verdadeiras operações expansionistas, a fim de manter-se como religião principal do Brasil, apesar de não ser mais a única e nem a religião oficial.

É verdade que a história nos mostra que, mesmo no Estado que então se declarava laico, as raízes e marcas de séculos de catolicismo e de uma colonização católica não desapareceram com uma lei apenas. No panorama político, econômico, social e cultural, a Igreja Católica continuava a influenciar as discussões e decisões. É importante observar que, em determinados momentos, esta instituição colocou-se ao lado dos governos, enquanto em outros mantinha posição contrária e liderava em todos estes suas fraternidades, seu “rebanho”, utilizando este povo como massa de manobra, por meio de suas congregações, movimentos sociais, escolas, pastorais, no processo de produção e reprodução do espaço.

Muito cedo a Igreja percebeu que seu principal trunfo era a educação. A maneira mais eficaz de enraizar-se nas vidas das pessoas, promovendo a perpetuação das práticas do catolicismo de geração em geração, se daria pela formação de pessoas que defenderiam os ideais católicos e repassariam essa doutrina às outras gerações.

Neste momento, investe na educação feminina, reconhecendo que estas futuras esposas e mães ensinarão seus filhos a ser também católicos. O investimento em escolas, internatos, orfanatos, com regras rígidas e ensino de alto padrão, em adição aos períodos em que o Governo brasileiro não manifestava grandes investimentos no setor educacional, fez das escolas católicas marcos de excelência educacional.

Messejana mostra o valor da educação das mulheres para a Igreja. Muitas pessoas se surpreendem ao saber que, no final da década de 1990, ainda existia uma escola de educação feminina nessa área de Fortaleza. O Colégio das Irmãs, inaugurado em 1949, manteve esta opção até a retirada do convênio que mantinha com a Prefeitura Municipal de Fortaleza; uma escola de meninas, onde praticamente não havia funcionários, nem professores do sexo masculino.

A educação informal também aparece como importante investimento da Igreja Católica. Os círculos operários, as escolas de catequese, as associações e irmandades católicas, as pastorais, os grupos de casais, de jovens, de Crisma, Primeira Eucaristia, reuniões de batizado e outros ritos acompanham a vida dos fiéis desde o nascimento (batismo) até a morte.

A estratégia de romanização da Igreja Católica no Brasil ganhou força após a instituição do Estado Laico (1891). Ao longo do século XX, este processo é objeto de várias alterações que objetivam ajustá-lo às novas necessidades e conjunturas. Inicialmente a Igreja desperta para a necessidade de expandir sua área de atuação, com o aumento expressivo das dioceses e paróquias. Além disso, busca manter vínculos com o Estado, com o objetivo de cristianizar as instituições e desenvolver um quadro de intelectuais católicos, bem como conquistar benefícios e regalias para a Igreja.

Na década de 1960, com a legitimação das determinações do Concílio Vaticano II, que anunciava uma liturgia mais próxima das massas, uma proximidade entre leigos e religiosos, associada ao crescimento das religiões evangélicas e afro-brasileiras, tornou iminente a necessidade de aproximar a Igreja das camadas mais pobres da população. O surgimento das CEBs, das pastorais que reúnem e buscam representar os grupos excluídos da sociedade, são marcas deste momento. A Igreja aproximou-se das camadas sociais, apoiou lutas que acreditava ser convenientes, mas também em muitos momentos colocou seus argumentos ao lado do Estado, mudando de posicionamento sempre que acreditava ser mais adequado.

A atuação nas comunidades de base, no entanto, parece não ter sido suficiente para conter o avanço dos pentecostais, dando margem a novas estratégias que trariam para a frente do movimento católico a camada mais conservadora da Igreja. É inaugurado o Movimento Carismático, que, trazendo

algumas características dos evangélicos, adota posições e práticas de culto semelhante, resguardando as diferenças estruturais. Acirra-se a concorrência no mercado da religião e as necessidades dos possíveis fiéis comandam as transformações, os discursos, as práticas. A Igreja segue a onda neoliberal do capital simbólico, que busca atender as necessidades imediatas dos potenciais consumidores da fé. Rezar para o futuro após a morte, para ganhar o "Reino dos Céus", não é mais suficiente para estes consumidores do sagrado, pois as recompensas devem ser imediatas: cura, dinheiro, alivio para a dor física, recuperação de drogados, pagamento das dívidas, entre outros.

Todas estas mudanças nas demandas dos possíveis consumidores da fé estão diretamente ligadas à perda dos grandes valores, das grandes causas, da vivência de um presente contínuo (HOBSBAWM, 1995) que se reflete também em instituições tradicionais, como as religiosas.

No cerne destas transformações, aparecem os conflitos internos e externos vivenciados pela própria Igreja Católica. Estes têm consequências diretas e indiretas nas suas escolas confessionais. Em Messejana, as escolas católicas organizadas na forma como conhecemos foram instaladas no século XX.

Primeiro, o Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil (1934), o Instituto Frei João Pedro de Sexto (1949), o Patronato Luiz Barbosa Moreira (1953). Cada uma destas escolas adotou filosofia diferenciada para o ensino, pois, respaldadas pelos convênios com o governo, formavam alunos sob as determinações da Igreja. O instituto Frei João Pedro de Sexto fez opção pela educação feminina e, junto com a alfabetização, ensinava às meninas pobres de Messejana e às suas mães ofícios domésticos, como bordado, costura, prendas do lar. Como ressaltado em Rosendahl (2009), essas atividades educacionais eram ofertadas de acordo com nível social a que as alunas pertenciam. Segundo as próprias irmãs, as meninas que frequentavam sua escola, desde o antigo Patronato e a Escolinha Ouro Preto, eram todas pobres na forma da lei. Esta clientela foi ao longo dos anos absorvendo outras meninas da classe média. A própria escola foi se modernizando e se adequando às mudanças que a sociedade lhe impunha, sem deixar de lado o ensino de meninas e o acompanhamento de suas famílias.

O Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil, atual Colégio Seráfico, inicialmente se dedicava à formação de seminaristas, futuros frades; mais tarde abriu suas portas também para alfabetizar meninos carentes do Distrito. Em meados da década de 1970, já funcionava com salas mistas. Entre seus alunos, encontravam-se pessoas de outras classes sociais que desejavam se tornar seminaristas (jovens de todo o Ceará, Piauí e Maranhão), funcionando também como um preparatório, onde o futuro seminarista cursaria o Ginásio e o Colegial, o que denominamos hoje de Ensino Fundamental e Médio.

Com o passar dos anos e em razão da demanda de alunos por conta do convênio, o Seminário chegou a ter 4.500 alunos matriculados nos turnos manhã, tarde, noite e intermediário. Com a retirada do convênio, esse número foi reduzido a 500 alunos.

O Patronato Luís Barbosa Moreira funcionou, desde sua fundação, em regime de escola particular, recebendo crianças pagantes que cursariam a Educação Infantil, Primário e Ginasial, (atuais Ensinos Infantil, Fundamental I e II). Das três escolas dirigidas efetivamente pela igreja, por meio das Congregações, o Patronato sempre apresentou comportamento de escola particular, enquanto as outras guardavam características que remetiam ao ensino público, pela forma de acesso, mas resguardando a filosofia e a disciplina das Ordens.

A reflexão sobre uma Messejana da educação deve seguramente fazer referência à educação católica que acompanha o cotidiano do Distrito, desde a sua criação da aldeia de São Sebastião de Paupina, passando pelos momentos históricos de autonomia (como Vila Nova de Messejana e como Município, tendo experimentado esta última condição por dois períodos) até os dias atuais. A Igreja católica apontam os caminhos trilhados por esta população que permanece católica em sua maioria. Não podemos deixar de comentar o recente crescimento dos evangélicos em Messejana, porém, na área central do Distrito, é menos comum a existência destas igrejas. Como listado anteriormente, apenas três templos mais representativos estão localizados nas duas avenidas centrais: a Igreja Universal; a Igreja dos Santos dos Últimos Dias e a Assembleia de Deus Canaã.

Esta presença acompanha uma tendência nacional de ampliação da atuação dos evangélicos e justifica as ações de aproximação da Igreja Católica com os fiéis. Em Messejana, na Paróquia Matriz, temos a convivência entre o movimento Carismático da Associação Jesus e Maria, que segue a linha do Shalon (tendo sido aberta por esta organização religiosa), com os Movimentos Eclesiais de Base. Sabemos dos conflitos internos oriundos do confronto destes dois movimentos católicos, dada a diferença de postura e dadas as questões hierárquicas envolvidas no seio da Igreja Católica.

Na feitura desta pesquisa, foi necessário fazer recuos no tempo a fim de recompor fatos importantes da história de Messejana. Não foi fácil reunir documentos que mostrassem, pelo menos em parte, a trajetória deste pedaço de Fortaleza. O importante é que conseguimos, com esta busca, encontrar documentos que apontam a ligação histórica entre Messejana e a Igreja Católica desde o período jesuítico até os dias atuais.

Os trabalhos de campo, as entrevistas com membros das congregações religiosas e a leitura de Moraes (2000) permitiram-nos certificar de que entre as motivações da Igreja Católica para instalação de equipamentos em Messejana no século XX estão: a ligação forte e antiga entre Messejana e os capuchinhos que estiveram no Ceará, nos séculos anteriores, fato que abriu espaço para a instalação de tantos equipamentos e as determinações do Concílio de Trento, entre as quais, apontando o lugar mais adequado para elevação, para oração e para o estudo. Os frades presentes já no Santuário Coração de Jesus desde 1901 precisavam de uma nova área para formação de seminaristas. Messejana, por ser um lugar de calma, silencioso, com imensos mangueirais, belas lagoas (paisagem é um quesito importante para aproximar o homem de Deus, segundo o Concílio de Trento) aparece como destino para o novo Seminário.

As determinações desse Concílio em relação à educação foram reiteradas no Concílio Vaticano II, que também determinou ser função da Igreja cuidar da alma e do corpo de seus fiéis, educando-os na catequese e nas escolas católicas. O alvo da Igreja é a juventude, mas a Igreja Católica é uma organização e, como tal, toma decisões baseadas no estudo do potencial dos lugares e dos riscos na implantação de investimentos. Segundo palavras de Frei Paulo, todos os locais que abrigam antigas casas capuchinhas (não só em

Fortaleza) após alguns anos alcançam uma grande margem de crescimento urbano e tornam-se áreas de expansão de empreendimentos de alto padrão.

Portanto, também é relevante destacar o fato de que a Igreja Católica estuda suas possíveis áreas e atua num processo de seletividade espacial, e, em muitos casos, de antecipação espacial, escolhendo locais com potencial para o crescimento urbano e que possibilitem a expansão de setores sofisticados de consumo. Messejana é um distrito de Fortaleza que já havia sido município por duas vezes, além de ser local de interligação de Fortaleza e municípios da parte sudoeste do Ceará. Sua história como rota do gado, sua grande e conhecida feira livre, seu mercado, o Sanatório de Tuberculose (inaugurado em 1933 - hoje Hospital do Coração) e os demais hospitais (que foram para Messejana por conta das determinações higienistas que rondavam as decisões sociais e que impregnavam também o discurso e as práticas da própria Igreja) que se instalavam em Messejana davam o tom do crescimento desta área da Cidade.

No capítulo três, mostramos que a construção de estradas que funcionam como verdadeiras artérias da Cidade pode direcionar determinados investimentos e o próprio crescimento urbano. Em Messejana, a construção da BR 116 e da CE 040 representa pontos importantes na expansão deste espaço da Cidade. É nesse ponto que o Poder Público, importante agente produtor do espaço, atua com vistas a direcionar o crescimento de Fortaleza, selecionando áreas para a implantação de serviços mais sofisticados. O Cambeba – onde se encontra o Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará, aparece como fator importante neste direcionamento. O capítulo retrocitado traz uma gama de empreendimentos públicos que foram se deslocando para a porção leste de Fortaleza em direção a Messejana e que direcionaram os investimentos dos demais agentes produtores do espaço.

A Igreja Católica também foi analisada neste trabalho como agente produtor do espaço, pois, com seus equipamentos e a educação formal em suas escolas, mesmo pela educação informal da sua catequese (que para nós envolve todas as ações de educação informal dos fiéis) cria territórios, espaços que são delimitados pelas relações de poder. Ao observar Messejana através de imagens do Google Earth, foi possível verificar a quantidade de equipamentos numa pequena área, no centro do Distrito de Messejana. Isso

porque nos detivemos neste recorte, pois se abrirmos para a grande Messejana, o número de equipamentos, entre paróquias, seminários e conventos, é bem mais expressivo.

Este importante agente produtor do espaço consegue, por meio da manipulação de fiéis, das relações extraoficiais com o Estado, obter certas regalias e, no caso de Messejana, o mais recente resultado foi a criação do Bairro São Bento, que, inexplicavelmente, sem participação dos reais habitantes da Paupina, foi aprovado e demarcado, tendo como justificativa a presença do Mosteiro de São Bento e a suposta iniciativa popular. A quem interessa esta ação? Ainda não foi possível responder.

O capítulo quatro foi formulado como resultado da necessidade de suprir a carência de leituras sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, e como estes fatos históricos repercutiram na produção do espaço do simbólico de Messejana. Carregado de elementos visíveis (igrejas, escolas, conventos, entre outros) e de elementos invisíveis, o espaço de ação da religião é complexo e repleto de nuanças que requerem do pesquisador preocupação em analisar o espaço estudado como acumulado de tempos que, mediante as relações sociais, se materializam no território concreto que está além da definição de fronteiras territoriais, pois se trata da produção do espaço como prática social.

Com efeito, a Igreja Católica espacializa seus equipamentos e os mantém nas duas avenidas mais centrais de Messejana, em virtude, não só, das raízes fincadas naqueles locais, mas também como forma de mostrar constantemente aos fiéis, aos possíveis fiéis ou àqueles que simplesmente transitam, que Messejana é ainda um território católico. Em nossa leitura, todos aqueles equipamentos que ocupam grandes terrenos em área valorizadas, com preço alto por metro quadrado, denotam a espacialização de uma ação planejada.

Entre os desafios da Igreja Católica em Messejana para o século XXI, temos, além do crescimento das religiões protestantes e outras procedentes da África que ocorre no de Brasil, a queda brusca sofrida com a perda dos convênios com a Prefeitura de Fortaleza. Tal mudança, que também ocorreu em âmbito nacional, fez surgir novas estratégias para manter estas escolas funcionando. O primeiro momento foi marcado por decisões ligadas a

dívidas adquiridas pelas instituições. As congregações buscaram ajuda financeira dentro da própria Igreja. No segundo momento, buscaram recursos no aluguel de turnos ociosos para a UVA e para a Prefeitura de Fortaleza.

As três escolas, tanto as antigas conveniadas quanto o Patronato Luís Barbosa Moreira, vêm reestruturando suas abordagens pedagógicas e adequando suas escolas ao novo modelo empresarial e voltado para concursos (principalmente o Vestibular), prática das demais escolas de Fortaleza. As mudanças na fachada e as reformas internas que conferem espaços maiores e mais elitizados nas escolas são estratégias para atrair e (e no caso do Colégio das Irmãs) diversificar a clientela. As escolas apostam ainda no saudosismo de seus ex-alunos para que estes matriculem seus filhos nas antigas escolas onde estudaram (grande parte dos alunos destas escolas são filhos de ex-alunos, segundo os administradores).

O Colégio Seráfico e o Instituto Frei João Pedro de Sexto associaram-se à Rede Católica de Educação, como forma de entrar nesse padrão mais atualizado de escola e também pela assistência prestada por essa associação. A RCE é apresentada como alternativa para a aquisição de materiais didáticos mais baratos pela compra conjunta e uma forma de manter a "união" entre escolas católicas para vencer a crise.

Analisando, porém, as informações do *site* da RCE dando conta do tipo de assistência que abrange desde a confecção da agenda, padronização dos livros didáticos e materiais de apoio, extracurricular e formação continuada dos professores, entendemos esta como mais uma ação da Igreja Católica; com vistas a direcionar e mesmo controlar os ensinamentos passados aos alunos das escolas católicas. Seria essa mais uma forma de homogeneizar os conteúdos e as práticas desenvolvidas em cada escola? Entendemos que se trata de um mecanismo de controle, uma maneira de manter as escolas mais próximas das determinações do que deve ou não fazer parte da educação católica escolar e catequética.

A formação continuada dos professores com materiais elaborados pela referida associação pode estar ligada ao fato de que estes professores são pessoas leigas e que, muito embora sejam todos católicos, existe a necessidade de acompanhar de perto o que estes devem ensinar em sala de aula.

Diante do apresentado até aqui, temos a convicção de que Messejana diversificou os seus serviços. Embora tenha perdido uma parte do seu território na criação de outros bairros e de outras paróquias, ainda centraliza uma dualidade que é a cara do Brasil, pois ela é ao mesmo tempo antiga e moderna. Basta ir aos domingos à área de sua feira livre, ver o número de novos investimentos imobiliários, a fachada de antigas casas e comércios. Não poderia ser diferente o contexto da educação confessional. Modernizam-se as escolas, tornam-se mais atraentes o material didático e as abordagens psicopedagógicas, mas a finalidade é a mesma – dar continuidade à razão maior de uma religião: novos adeptos e defensores dos seus dogmas e modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA ESCOLAR. Instituto Frei João Pedro de Sexto, 2009

ALENCAR JÚNIOR, José Martiniano de. **Iracema** – lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965 (1865).

ALVES, Manoel. Sistema Católico de Educação e Ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: v. 5, n.16, set./dez. 2005, p. 209-228.

AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. **História de Messejana**. Fortaleza: 1996 (ensaio publicado pela Sociedade Educadora de Messejana).

ANDREOTTI, Azilde L. O pêndulo da história – tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**.** Resenha do livro de Ivan A. Manoel (Maringá: EDUEM, 2004). ***Educ. Soc.,* Campinas**, vol. 26, n. 93, Set./Dez. 2005, p. 1515-1519. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6 edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Ed. UnB, 1996.

BARBOSA, Sandy Regina Cadete de Jesus. A territorialidade da igreja católica apostólica romana no nordeste brasileiro – 2000. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 21, janeiro de 2007. (p. 50 – 67)

BEZERRA, José Arimatéia B. (org.). **Projeto Fontes**: sistematização de fontes sobre a educação no Ceará (século XIX). Fortaleza: Ed. UFC, 2009. CD-ROM. ISBN: 978.85-7282-321-0.

BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará**: origens da imprensa e da tipografia cearenses. Fortaleza: Secretaria de Cultura/Museu do Ceará, 2006.

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. Diálogos Sobre Religiosidade Popular. **Os urbanitas, revista digital de antropologia urbana.** Ano 1, vol. 1, n^0. 0, outubro de 2003.

CARLOS, Ana Fani A. Introdução. In: CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 11-44.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani de Alessandri. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton. **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 303 – 309.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ensino no Ceará**. Departamento de Imprensa Oficial. 1970 (Coleção Instituto do Ceará).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia In: CASTRO Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.), **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-45.

CORRÊA, Roberto Lobato**. O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, p. 61-69, 2002.

DANTAS, Maria José. Instruir para civilizar: em nome da fé cristã. **Scientia Plena** 3 (5): 152-160, 2007.

Declaração **Gravissimum Educationis** sobre a Educação Cristã. Roma, 28 de outubro de 1965, Paulo VI Bispo da Igreja Católica e demais Padres Conciliares. Petrópolis, RJ, Vozes, 18 de abril de 1966.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ANO LVI, FORTALEZA, Nº 13.972, 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Caminhos de Geografia** 9(13)141-157, 2004.

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **Expansão urbana e segregação espacial no Sudeste do município de Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Fortaleza: UECE, 2002.

GUERRA, Lemuel. As influências da lógica mercadológica sobre as recentes transformações na Igreja Católica. **Rever – Revista de Estudos da Religião** Nº 2 / 2003 / pp. 1-23 ISSN 1677-1222

GIL FILHO, Sylvio Fausto**.** Estruturas da Territorialidade Católica no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 205, 15 de janeiro de 2006.

GOIS JÚNIOR, Edivaldo. LOVISOLO, Hugo Ronaldo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira Ciência Esporte**. V. 25, n I, p. 41-54, setembro, 2003.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. O perfil da formação cristã do padre Ibiapina em monumentos, letras e moral. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia *[et al].* [orgs.]. **História da educação - vitrais da memória**: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p.252-270.

MANOEL, Ivan A. Igreja e educação feminina (1859-1919), 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido**.** A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum** 21 (1), 1999, p. 207-215.

MORAES, Moisés Siqueira, Frei. **Província São Francisco das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí**. Fortaleza, Editora Multigraf, 2000.
OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ**.,** Rio de Janeiro: v.12, n.45, out./dez. 2004, p. 945-958.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o discurso de

moralização da nação. **Scientia Plena,** vol.3; n. 5, 2007, p. 180-185. <http:// www.scientiaplena.org.br>.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados** 18 (52), 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a03v1852.pdf

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAZO, Renata; FERNANDES, Cristiano; SOARES, Sergei. O impacto da municipalização do Ensino Fundamental brasileiro: uma estimativa por escores de propensão utilizando os dados do censo escolar. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/PDF/seminario/2005/artigo_versao2_cris.pdf

RIBEIRO, Esaú Costa. **Memorial e História de Messejana**. Fortaleza: Editel, 1982.

RIBEIRO, L. T. F. História, memória e as Instituições escolares. In: Fábio Delanio Vidal Carneiro; Maria Estrêla Araújo Fernandes; Maria regina dos Passos Pereira. (Org.). **Pedagogia do Testemunho: a construção do projeto político-pedagógico do colégio 7 de setembro**. 1a. ed. Fortaleza: Editora Ipiranga, 2009, v. 1, p. 53-63.

RODRIGUES, Simone Paixão. Em Nome da Fé Católica: a criação do Colégio Santa Teresinha. **Scientia Plena** 3 (5): 171-179, 2007; disponível em: www.scientiaplena.org.br.

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (65). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-65.htm>>.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e educação na geografia cultural. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. [Et al] (org.). **Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais.** Fortaleza, 2009. p. 310-320.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, política e religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.09-38.

ROSENDAHL, Zeny. O Sagrado e o Urbano**:** Gênese e Função das Cidades. In: **Hierópolis**: O sagrado e o urbano. Rio de janeiro: UERJ, 1999 (p. 13-38).

SANTOS, Alberto Pereira dos. Introdução à Geografia das Religiões. **GEOUSP _ Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 11, pp.21-33, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo; Hucitec, 1994.

SILVA, André Luiz da. Devoções Populares no Brasil: contextualizando algumas obras das ciências sociais. **Revista de Estudos da Religião** n° 3, 2003, p. 30-49.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza: Multigraf, 1992, p. 21-70.

SOUSA, José Carvalho de. **Presença participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs), **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades.** São Paulo: UNESP, 2008.

STUDART, Guilherme. **Notas sobre a História do Ceará.** Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2004.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. A territorialidade das ações instrucionais da Igreja Católica no Ceará. In: VASCONCELOS, José Gerardo Carvalho do; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.). **História da Educação no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Ed. UFC, 2006b, p.114-126.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. Espaço geográfico nas pesquisas educacionais. In: VASCONCELOS, José Gerardo Carvalho do; [et al...]. **História da Educação – vitrais da memória**: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Ed. UFC, 2008.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro da Educação [manuscrito]:** a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968). Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; [et al.] (org.). **Documentos de Política Educacional no Ceará:** Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, 2006. 113 p. + 4 CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**: a reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WETZEL, Herbert E. O condicionamento histórico étnico-cultural da Igreja no Brasil. In: **Missão da Igreja no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1973, p. 27-47.

ABERTURA DE CONVENTOS EM FORTALEZA. http://vocacionadoscap.blogspot.com/2009/02/abertura-de-conventos-cepi.html

HOBSBWM, E. **Era dos Extremos**. 2ª Edição. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

Sites visitados:

COLÉGIOSERÁFICO
http://www.colegioserafico.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=30 último acesso 10/08/09

www.portaldemessejana.com.br. Útimo acesso: março de 2010

Patronato Luís Barbosa Moreira
www.patronatoplbm.com.br

Arquidiocese de Fortaleza

www.arquidiocesedefortaleza.com.br. Último acessado em 04/01/10

Regiões Episcopais da Arquidiocese de Fortaleza:

http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc.asp
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=1&txt_regiao=Metropolitana+I
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=2&txt_regiao=Metropolitana+II
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regepisc_paroq.asp?id_regiao=3&txt_regiao=Metropolitana+III

Congregações da Arquidiocese de Fortaleza:

http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg.asp
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg_cat.asp?txt_cat=Masculinas
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/congreg_cat.asp?txt_cat=Femininas
DECRETO 005/2009**:** criação das nove regiões episcopais.
http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/documento_integra.asp?id_documento=173 Acesso em 04/01/2010.

Reportagens de jornais:

CARAVANA CELEBRARÁ MARTÍRIO DE JESUÍTA PIONEIRO NO CEARÁ. **Diário do Nordeste**, Regional. 400 anos de história, 9/1/2008. www.diariodonordeste.com.br. Acesso 11/05/2009

CETV VISITA O BAIRRO PAUPINA. **TV Verdes Mares**. 21/05/2009 http://tvverdesmares.com.br/cetv1aedicao/cetv-visita-o-bairro-paupina.

CRD ENGENHARIA REALIZA CAFÉ DE LANÇAMENTO DO ACQUAVIVA NATURALIST*.* **O Estado***.* Caderno Imóveis. 21/05/2009. Acesso 03/062009

EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM MESSEJANA. O Povo. Economia. Fortaleza, Ceará. 27 Ago 2008. Acesso 03/06/09 http://www.opovo.com.br/opovo/economia/814958.html novo.

EMPRESÁRIOS DISCORDAM DO SINDUSCON. **Diário do Nordeste**. Caderno Negócios. (10/8/2008). Acesso 03/06/2009. www.diariodonordeste.com.br

FORTALEZA INÉDITA. **O Povo**. Caderno Cultura. 16 Ago 2008. www.opovo.com.br.

HISTÓRIA DE MESSEJANA. **Portal Messejana**. http://www.portalmessejana.com.br/historia.php. Acesso: maio de 2009

MESSEJANA: a história do bairro que teve origem numa aldeia e já chegou a ser município. **O Povo**. Bairro, Fortaleza: Julho/agosto, 2000. Guia Pague Menos Informatudo, p.28-29.

LUGARES DE JOSÉ DE ALENCAR. **Diário do Nordeste**, Caderno 3. Fortaleza, Ceará, 01/05/2009. www.diariodonordeste.com.br. Acesso 11/05/2009

MESSEJANA COMPLETA 238 ANOS. **O Povo** – Editoria de Cidades, 04/01/1998.

MESSEJANA E SEU FILHO ILUSTRE. **Diário do Nordeste**, Caderno 3. Fortaleza, Ceará, 01/05/ 2009. www.diariodonordeste.com.br. Acesso 11/05/2009

MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE FORTALEZA. **O Povo**. 12 de Outubro de 2007. Acesso. http//osbdefortaleza.blogspot.com/2007/10/reportagem-do-jornal-o-povo-html.

NOVO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM MESSEJANA. **O Povo**. Caderno Economia. 27 Ago 2008. Acesso 03/06/09. http://www.opovo.com.br/opovo/economia/814958.html

Documentos do Instituto do Ceará (diferentes tomos):

A ALDEIA DE PAUPINA E OUTRAS ALDEIAS. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo LXXXIII, 1969, p.38-39.
DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ. Coleção Studart. In: **Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza**. Tomo XXXVII, 1923, p.87-88.

DATAS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII. STUDART, Guilherme Dr. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo XVIII, 1895. p. 92.

DOUS DOCUMENTOS REFERENTES À ANTIGA ALDEIA DE PAUPINA. Termo que fazem os directores para satisfazer as obrigações, que se lhes encarregao. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1913, p. 225-227.

A DEMOLIÇÃO DO PASSO MUNICIPAL DE MESSEJANA. In: **Revista do Instituto do Ceará.** TOMO LIV Fortaleza, 1940, p. 70-71.

MUNICIPIOS CEARENSES EXTINTOS. In: **Revista do Instituto do Ceará**. TOMO LIV. Fortaleza, 1940, p. 279.

DATAS E FACTOS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ: último qüinqüênnio da monarchia. In: **Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza**; Tomo XXXIX, 1925, p. 307.

APÊNDICES

Apêndice 01

Roteiro de Entrevistas para as escolas

1. Quem administrar a escola?
2. Quanto a escola veio para Messejana? O que motivou sua vinda? Quais os atrativos de Messejana?
3. O colégio estabelece(u) convênio com o Poder Público (Prefeitura de Fortaleza)?Quantos? Quais períodos?
4. Houve momentos em que a Prefeitura retirou o convênio e depois voltou atrás?
5. Quais os benefícios do convênio?
6. A escola adotava o Tele-Ensino?
7. Em 1998 foi retirado definitivamente o convênio da escola com a Prefeitura de Fortaleza. Qual o impacto disso?
8. Com toda essa crise, escolas tradicionais fechando as portas, como foi que vocês conseguiram se manter de pé?
9. Atualmente quem é a clientela da escola?
10. Como funciona a formação religiosa dos alunos? Na escola como é feita essa formação religiosa?
11. Os alunos também têm a catequese?
12. Além do desenvolvimento da atividade escolar, que outras atividades se pode mencionar dessa congregação na pastoral de Messejana?
13. De onde vêm os alunos da escola?

Apêndice 01

Roteiro de Entrevistas para ex-alunos

1. Qual a sua religião?
2. Seus pais são católicos?
3. Que motivos você acha que levaram seus pais a matricular-lhe em uma escola católica (longe de casa)?
4. Em que escola católica você estudou?
5. Qual o período de sua vida você estudou nesta escola? Qual o intervalo de tempo?
6. Como era o dia-a-dia na escola? Qual era a rotina na entrada, antes de ir para sala de aula?
7. Descreva a sala de aula?
8. Quem eram os professores?
9. Os alunos participavam das missas, orações realizadas no convento?
10. Existiam obrigações religiosas a cumprir?
11. O que era ensinado nas aulas de religião?
12. OS alunos de sua escola realizavam trabalhos ou atividades com alunos de outras escolas confessionais?
13. Quais as principais festas da escola?
14. Os alunos participavam de algum evento (festas religiosas, missas etc.) na Igreja Matriz?
15. Para você qual a importância de ter estudado numa escola católica?
16. Que recordações você guarda da escola em estudou? E como vê o ensino católico hoje?
17. A escola era totalmente gratuita? Era cobrada alguma taxa dos alunos?
18. Em que ano foi extinto o convênio com a prefeitura?
19. O que mudou na rotina, na estrutura e na administração da escola com o fim do convênio?
20. Que problemas a escola teve com a perca do convênio?

ANEXOS

Anexo 01

CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 0053 /2008

"Denomina de Bairro São Bento à área limitada que indica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1°- Fica denominado de bairro São Bento à área limitada pelo perímetro abaixo relacionados: Tem início na confluência da rua limite oeste do Conjunto Habitacional Paupina com a Avenida conhecida como Av. Barão de Aquiraz e como Rodovia CE – 040, segue por esta Rodovia, no sentido sul, até encontrar o Riacho Coaçu, segue por esse Riacho, no sentido Sudoeste, até encontrar a Rua conhecida como Rua Duarte Coelho, segue por esta rua, no sentido oeste, até encontrar a rua conhecida como como Rua Antero de Quental, segue por essa rua no sentido norte, até encontrar a Rua projetada no limite norte do Conjunto Alto Alegre, segue por essa rua projetada, no sentido leste, até encontrar a rua conhecida como Rua Prof. Francisco Carlos, segue por essa rua, no sentido norte, e depois pela rua limite oeste do Conjunto Habitacional Paupina, até o ponto inicial.

Art. 2° – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008.

José Carlos B. De Carvalho
Vereador CACÁ – PPS

Glauber Lacerda Sindeaux
Vereador - PPS

DER LEGISLAT
EM 03/12/08 10:21
FOR EXPIRATIVO

Anexo 02

Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete do Vereador Leonelzinho Alencar – PT do B
Rua Dr. Thompson Bulcão nº. 830 – sala 21 - Luciano Cavalcante –
CEP: 60.810-460 – Fortaleza-CE

PROJETO DE LEI Nº 0100 /2009

Oficializa a data de aniversário do Bairro Messejana, estabelece um marco histórico e adota outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º. Fica oficializada, no âmbito do Município de Fortaleza, a data de aniversário do Bairro Messejana, a ser comemorada, anualmente, no dia 1º de janeiro, data em que no ano de 1760 foi inaugurada a Vila de Messejana, até então aldeia de São Sebastião da Paupina, passando a se chamar daí em diante de Vila Nova Real de Messejana da América.

Art. 2º. A data oficial de aniversário do Bairro Messejana constará no Calendário Oficial de Eventos do Município de Fortaleza.

Art. 3º. Fica estabelecido como marco da história do Bairro Messejana, o dia 18 de março de 1663, data em que a Carta Régia foi escrita, denominando de Aldeia de São Sebastião da Paupina a então Aldeia Potiguara.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 11 DE MARÇO DE 2009.

LEONELZINHO ALENCAR
Vereador – PT do B

DEP. LEGISLATIVO
EM: 11/03/09 às 10:24
FUNCIONÁRIO

Anexo 03

Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete do Vereador Leonelzinho Alencar – PT do B
Rua: Dr. Thompson Bulcão, 830 - Sala 21 - Telefone (085) 34448347
CEP.: 60810460 - Luciano Cavalcante - Fortaleza - Ceará

PROJETO DE LEI Nº 0234 /2009.

Oficializar o dia 08 de março, como a data de aniversário do Bairro de Messejana, estabelece um marco histórico e adota outras providencias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica oficializada, no âmbito do Município de Fortaleza, a data de aniversário do Bairro de Messejana, a ser comemorada, anualmente, no dia 08 de março, data em que consta a fundação inicial da Aldeia de Paupina, como homenagem dos Indígenas ao missionário Pe. Francisco Pinto de Assis - SJ; de modo denominado corriqueiramente pelos nativos de "Pai Pina ou Paupina", que veneravam o pioneiro Jesuíta Padre Pinto. O resgate desta memória advém da efeméride 08 de março de 1607.

Art. 2. A data oficial de aniversário do Bairro Messejana constará no Calendário Oficial de Eventos do Município de Fortaleza.

Art. 3º. Fica estabelecido como marco comemorativo histórico do Bairro de Messejana, o mês de março, pois consta nos anais da historiografia que no dia 18 de março de 1663 foi escrita a Carta Régia que denominou de Aldeia de São Sebastião da Paupina, então original Paupina; isto posto em referencia a terra natal do missionário Pe. Pinto, São Sebastião da ilha de Angra dos Açores. A criação do termo Messejana, que significa uma fuzão entre a memoria do missionario Pe. Pinto e a original cultura indigena: "Messe (missionaria) + Jana" (lua em lingua primitiva); e "deste modo atende a cultura de Paz para eterniza os laços entre os Povos".

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 02 DE JUNHO DE 2009.

LEONELZINHO ALENCAR
Vereador – PT do B

02 JUN 2009 09:52
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Carlos Alberto de Aquino
CHEFE DA DIVISÃO DE PLENÁRIO